



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**POLÍTICA E PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO PARA CIÊNCIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR: Possibilidades do multilinguismo
para a produção e a difusão de conhecimento**

DOCTORADO

Paula Clarice Santos Grazziotin de Jesus

**Florianópolis
2018**

Paula Clarice Santos Grazziotin de Jesus

**POLÍTICA E PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO PARA CIÊNCIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR: Possibilidades do multilinguismo
para a produção e a difusão de conhecimento**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutora em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Gilvan Müller de Oliveira.

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Jesus, Paula Clarice Santos Grazziotin de
Política e planejamento linguístico para ciência
e educação superior : possibilidades do
multilinguismo para a produção e a difusão de
conhecimento / Paula Clarice Santos Grazziotin de
Jesus ; orientador, Gilvan Muller de Oliveira, 2018.
218 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão,
Programa de Pós-Graduação em Linguística,
Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Linguística. 2. PPLICES. 3. Política Linguística
para a ciência e a educação superior. 4.
Multilinguismo. 5. Economia das Línguas. I.
Oliveira, Gilvan Muller de. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação
em Linguística. III. Título.

Paula Clarice Santos Grazziotin de Jesus

**POLÍTICA E PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO PARA CIÊNCIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR: Possibilidades do multilinguismo para
a produção e a difusão de conhecimento**

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Doutora em Linguística” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2018.

Prof. Atilio Butturi Junior, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Marcos Baltar, Dr.
Presidente da sessão
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Sabine Gorovitz, Dr.^a
Avaliadora
Universidade de Brasília

Prof. Domingos Savio Pimentel Siqueira, Dr.
Avaliador
Universidade Federal da Bahia

Prof.^a Suzani Cassiani, Dr.^a
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Andreia Guerini, Dr.^a
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Irlan Von Linsingen, Dr.
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico esta tese ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC, em gratidão pela oportunidade deste Doutorado Interinstitucional. Que o conhecimento produzido nesta pesquisa possa contribuir para a missão da instituição.

AGRADECIMENTOS

Obrigada a Mauricio Neves de Jesus; a Doriane de Fátima Santos Grazziotin, Mario Rosemiro Grazziotin e Francisco Antônio Santos Grazziotin; a Gilvan Müller de Oliveira; a Andreia Guerini, Domingos Savio Pimentel Siqueira, Irlan von Linsingen, Sabine Gorovitz e Suzani Cassiani; a Ana Lúcia Machado, Daniela de Carvalho Carrelas, Luciane Carneiro, Maria Inêz Probst Lucena, Maria Teresa Collares e Vidomar Silva Filho e todos que trabalharam pela viabilização deste DINTER; à reitora Maria Clara Kaschny Schneider e todos os colegas servidores do IFSC, em especial os do Câmpus Lages e os do Câmpus Gaspar; ao Fórum de Ensino de Línguas do IFSC; a Evelise, Lucas, Camila, Taciane e demais servidores do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC, em especial aos docentes que atuaram neste DINTER; a Adriana Zanqueta Wilbert Ito, Simone Mara Dulz, Luciane Bittencourt de Oliveira e minhas demais amigas e amigos; a Alex Sandro Beckhauser, Júlia Izabelle da Silva, Júlia Mendes, Luana Rodrigues, Maria Cristina Alencar e demais colegas de orientação; e às companheiras e companheiros de DINTER Ana Maria Bonk, Claudia Tomaselli, Daniella Yano, José Carlos Martins, Lucimary Bajon, Marcos Treptow, Rosana Garcia, Sérgio Sell, Telma Amorim e Vanessa Elsas.

RESUMO

Esta tese discute as Políticas e Planejamento Linguístico para a Ciência e a Educação Superior (PPLICES), enfocando as possibilidades do multilinguismo como recurso para produção e difusão de conhecimento. O objetivo geral é identificar e analisar políticas linguísticas para ciência e educação superior e de sistematizar diretrizes para orientar a criação de PPLICES voltadas para o multilinguismo. O método de coleta de dados se deu por pesquisa bibliográfica e documental, analisando a teorização disponível neste campo, os documentos elaborados pelas instituições, a documentação de programas e iniciativas de PPLICES e ainda algumas das repercussões dessas ações na imprensa. A pesquisa mostra os limites de PPLICES como campo de estudos emergente dentro da Política Linguística e elenca algumas de suas principais problemáticas, divididas em duas categorias: as referentes à produção de conhecimentos e as ligadas à circulação de conhecimentos. Uma dessas questões é a tendência ao monolinguismo que caracteriza o campo da ciência e da educação superior. Outra igualmente urgente é a invisibilização de conhecimentos produzidos na periferia do sistema linguístico. Na contemporaneidade, a língua dominante é o inglês e por isso a pesquisa também analisa as condições históricas que levaram o idioma à hegemonia. A relação das questões econômicas com as PPLICES também é objeto de análise. São abordados o conceito de mercado linguístico, capital linguístico e como o capitalismo tardio fez das línguas um dos principais meios de circulação de mercadorias no contexto da globalização. Nesse contexto, a internacionalização das instituições de educação superior é analisada como um fenômeno de reação dos Estados às mudanças econômicas, políticas e culturais vividas pelo mundo no século XX, que causa grande impacto sobre as línguas na produção e circulação de conhecimentos. A pesquisa ainda analisa as PPLICES da lusofonia nesse contexto, avaliando suas contribuições para a promoção da diversidade linguística da ciência ou para a manutenção da situação de hegemonia. Com especificidade no Brasil, a análise se dedica às PPLICES adotadas pelo governo e aos documentos de PPLICES publicados pelas instituições de educação superior em seu processo de internacionalização. Ao final, elenca-se um rol de princípios para a elaboração de PPLICES pela promoção do multilinguismo. O primeiro deles é a promoção de uma metodologia de pesquisa pós-monolíngue. A pesquisa investigou as possibilidades de

usar o completo repertório linguístico dos indivíduos como uma ferramenta de teorização. O segundo, a ampliação do uso das tecnologias, aborda como os sujeitos podem aproveitar os recursos tecnológicos para acessar a produção científica de diferentes línguas, entrar em contato com pares sem a necessidade da mediação da língua dominante, e ainda usar esses recursos para promover a visibilidade da ciência feita na periferia do sistema. O terceiro princípio é a promoção das redes de pesquisa internacionais e locais, como meio de fortalecimento das instituições, indivíduos e Estados. O quarto princípio é a decolonialidade, tendo em vista como a tendência da ciência a ser um campo monolíngue tem a ver com a herança da colonialidade. A pesquisa analisa a demanda por PPLICES de promoção do multilinguismo para contribuir no desenvolvimento humanitário e no resgate e valorização dos conhecimentos guardados nas línguas que foram historicamente silenciadas.

Palavras-chave: PPLICES. Política Linguística para a Ciência e a Educação Superior. Multilinguismo. Economia das Línguas. Internacionalização. Decolonialidade.

ABSTRACT

This thesis discusses the Language Policy and Planning for Science and Higher Education (LPP for SHE), focusing the multilingualism's possibilities as a resource for production and dissemination of knowledge. The general objective is to identify and analyze language policies for science and higher education as well as to systematize guidelines to orient the development of LPP for SHE focused on multilingualism. The data collection's method was designed through bibliographical and documentary research, analyzing the available theorizing in this area, the documents elaborated by the institutions, the LPP for SHE programs and initiatives' documentation, in addition some of these actions' effects in the press. The research specifies the limits of LPP for SHE as an emerging field within Language Policy and indicates some of its main problems, divided into two categories: the ones related to the knowledge's production and the ones related to the circulation of knowledge. One of these concerns is the monolingualism trend, which characterizes the science and higher education field. Another equally pressing issue is the invisibilization of the knowledge produced at the world language system's margins. Nowadays, English is the dominant language and therefore this research analyzes the historical conditions that led the language's hegemony. The economic issues and LPP for SHE relations are also analyzed. We approached the concept of linguistic market; linguistic capital and how late capitalism has made languages one of the main means of circulation of goods in the globalization context. In this context, the higher education institutions' internationalization is analyzed as a reaction phenomenon of the States to the economic, political and cultural changes experienced by the world in the 20th century, which has a great impact on languages in the production and circulation of knowledge. The research also investigates the Lusophony's LPP for SHE in this context, evaluating their contributions to the linguistic diversity of science increasing or to the situation of hegemony maintenance. With specificity in Brazil, the analysis focuses on the LPP for SHE adopted by the government and the LPP for SHE documents published by higher education institutions in their internationalization process. In the conclusions, a roster of principles for LPP for SHE development through the promotion of multilingualism is listed. The first one is the promotion of a Post-Monolingual Research Methodology. The research investigated the possibilities of using the full linguistic repertoire of individuals as a tool

of theorizing. The second, the use of technologies expansion, considers how individuals can take advantage of technological resources to access the scientific production of different languages, get in touch with peers without the need for dominant language mediation, as well use these resources to promote the science visibility developed in the system's periphery. The third principle is the promotion of international and local research networks as a means of institutions, individuals and State strengthening. The fourth principle is decoloniality, considering how the science tendency to be a monolingual field has to do with the coloniality inheritance. The research studies the LPP for SHE demand of multilingualism promotion in order to contribute in human development and in the recovery and appreciation of knowledge stored in languages that have been historically silenced.

Key-words: LPP for SHE. Language Policy and Planning for Science and Higher Education. Multilingualism. Economics of Languages. Internationalization. Decoloniality.

LISTA DE SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPES-PrInt - Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil
CEFET-MG - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
COIL - Collaborative On Line International Learning
COLIP - Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa do Ministério da Educação do Brasil
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DINTER - Doutorado Interinstitucional
EMI - English as a Medium of Instruction
LPP - Language Policy and Planning
IC - Camões - Instituto da Cooperação da Língua, I. P.
IFSC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
IILP - Instituto Internacional da Língua Portuguesa
IMA - Instituto Machado de Assis
IPOL - Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OLP - Observatório da Língua Portuguesa
PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PLE - Português como Língua Estrangeira
PPLICES - Política e Planejamento Linguístico para a Ciência e a Educação Superior
PPPLE - Portal do Professor de Português Língua Estrangeira / Língua Não Materna
RUF - Ranking Universitário Folha
SHE - Science in Higher Education
THE - Times Higher Education
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR - Universidade Federal do Paraná
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRR - Universidade Federal de Roraima
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
UnB - Universidade de Brasília
UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNITWIN - University Education Twinning and Networking Scheme
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 POLÍTICA E PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO NA CIÊNCIA E NA EDUCAÇÃO SUPERIOR (PPLICES) COMO CAMPO DE ESTUDO: ESPECIFICIDADES DO OBJETO E PROBLEMÁTICAS EMERGENTES	29
1.1 O campo de estudos de PPLICES e suas especificidades	29
1.2 Problemáticas de PPLICES	41
2 A ECONOMIA DAS LÍNGUAS: TENSÕES ENTRE O MERCADO E A EDUCAÇÃO	51
2.1 Mercados e capital linguístico	51
2.2 Os rankings e a métrica da relevância	73
3 A ANGLICIZAÇÃO DA CIÊNCIA: CAUSAS E EFEITOS DE UM FENÔMENO HISTORICAMENTE CONSTRUÍDO	89
3.1 Inglês, língua da ciência: hegemonia da língua sobre o campo	90
3.2 Os reflexos da globalização sobre as PPLICES e a hegemonia da língua inglesa	99
3.3 Internacionalização da educação superior: PPLICES e a globalização.....	108
4 PPLICES DA LÍNGUA PORTUGUESA: LUSOFONIA E AÇÕES DAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS	119
4.1 PPLICES na lusofonia.....	119
4.2 PPLICES nas instituições brasileiras	128
5 O MULTILINGUISMO COMO RECURSO: PRINCÍPIOS PARA PPLICES	141
5.1 Uma metodologia de pesquisa pós-monolíngue.....	147
5.2 A ampliação do uso da tecnologia para a produção e circulação do conhecimento	160
5.3 A promoção de redes.....	168
5.4 A decolonialidade: PPLICES para igualdade e justiça.....	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
REFERÊNCIAS	203

INTRODUÇÃO

Um olhar sobre a presença das línguas na ciência mostra um cenário de assimetria e desigualdade, no qual as grandes línguas internacionais concentram a maior parte da produção mundial, com um predomínio absoluto da língua inglesa sobre todas as outras. Esse quadro resulta em barreiras linguísticas que invisibilizam conhecimentos produzidos fora da anglofonia, o que exclui pessoas e sociedades do campo da ciência.

A limitação desse acesso se estabelece por meio de um exercício de poderes que se dá em vários campos. Há uma intensa influência das relações econômicas entre os países nesse quadro. E essas relações se ressignificaram ao longo do século XX, quando a globalização ampliou a importância da comunicação e uma série de eventos históricos garantiu que a anglofonia se firmasse como o centro do sistema. A ciência é um campo exemplar desse domínio e, como consequência, hoje o inglês é a principal língua da produção científica.

Com isso, a própria educação superior, espaço de formação dos pesquisadores, adotou estratégias para se tornar relevante no mundo globalizado. A mais intensa foi a internacionalização. Em decorrência disso, houve um movimento de políticas linguísticas de promoção do inglês — no ensino, na produção e na circulação de conhecimentos. E essa resposta à pressão do mercado pode ser compreendida, uma vez que a universidade é o lugar onde se formam profissionais com vistas a inseri-los no mercado de trabalho, que se internacionalizou. Mas, como consequência dessa reação, testemunhamos hoje uma tendência mundial a uma ciência monolíngue.

Isso trouxe a demanda por se pensar as línguas de ensino, de produção e de difusão de conhecimento. Nesta tese, problematizamos essa política de adotar um idioma como “a língua da ciência”, que avaliamos como perigosa, porque contribui para a minorização das demais línguas, a invisibilização dos conhecimentos e o reforço de uma hegemonia. Se os Estados e instituições não oferecerem resistência e essa tendência, estarão abrindo mão de um patrimônio não material, o seu capital linguístico.

Nesse esforço de se aproximar do centro do poder, as instituições são compelidas a abrir mão de sua diversidade linguística em nome de se inserir na língua da relevância. A história mostra que a humanidade tende a eger, de modo cíclico, línguas francas, sendo essa virada para o século XXI o momento de predomínio do inglês na comunicação, no

comércio internacional, na mídia, na educação e na ciência, entre outras esferas.

Além do ensino e da pesquisa, a forma de circulação dos conhecimentos também precisa ser revista. A ciência comunica seus resultados por meio, principalmente, da publicação de artigos em periódicos — e existe uma rigorosa hierarquia entre esses espaços de visibilidade, sendo alguns respeitados mundialmente e outros, praticamente desconhecidos no contexto global. O grande volume de publicações existente demandou que se estabelecessem critérios de ranqueamento, a partir da medida do impacto causado por cada descoberta em suas áreas do conhecimento.

Mas, por uma consequência da hegemonia estabelecida, os critérios são definidos por sujeitos e instituições que já ocupam os espaços de maior prestígio no campo da ciência. Assim se fecha o ciclo que perpetua a dominância da língua inglesa: os critérios para uma produção ser relevante têm a ver com a quantidade de vezes em que ela é citada. Por essa métrica, os artigos em inglês são considerados os de maior impacto. Essa dinâmica ajuda a manter a ciência predominantemente monolíngue, reduzindo o acesso aos artigos que circulam nas outras línguas. Afinal, o número de menções recebidas por um autor será sempre mais alto se seu texto estiver publicado na língua mais utilizada. Mas isso não significa que essa seja a língua dos principais interlocutores de sua pesquisa, eis um problema.

Hoje os Estados, cientes da importância geopolítica da educação superior e da ciência, incentivam que as instituições se valorizem nesse mercado, por meio da ocupação dos lugares mais altos desses rankings internacionais. Como, muitas vezes, o impacto das publicações e os resultados da internacionalização são os critérios para que as universidades acessem recursos dos seus governos federais, as instituições tratam de ampliar a presença do inglês em seus contextos — sem um olhar mais crítico sobre as consequências disso sobre as outras línguas, inclusive a materna ou oficial. Os sujeitos da academia são levados a ensinar, pesquisar e publicar em inglês, em muitos casos em detrimento da própria língua.

O problemático é que essas políticas incentivam a manutenção do processo excludente que está instaurado na ciência. Afinal, a priorização do inglês como língua da ciência tem consequências que colocam em risco as línguas periféricas e invisibilizam os conhecimentos que nelas são produzidos e circulam. Muitos autores têm se dedicado a denunciar esse processo e os riscos que essas políticas oferecem às línguas que não estão no centro do sistema linguístico da ciência.

Por outro lado, políticas e planejamento linguístico que promovam o multilinguismo na ciência podem contribuir para uma valorização desse capital. Esse paradigma da diversidade linguística também dará visibilidade ao conhecimento produzido fora da língua inglesa, ampliando as possibilidades de parceria e até fortalecendo novos mercados linguísticos, e científicos também, que não necessariamente terão que se submeter à anglofonia. Nesse sentido, produzir e circular conhecimentos numa perspectiva de multilinguismo fortalece as universidades e seus pesquisadores, permite que escolham quais interlocutores lhes interessam e em que língua(s) se darão essa interação e as parcerias. É uma questão de mudar o foco: passar de um produtivismo balizado pela métrica da relevância para uma real circulação de conhecimento que transforme a realidade social em que é produzido.

Assim, se foi uma sucessão de políticas linguísticas que nos trouxe ao quadro atual, podemos pensar que os meios de resistir a esse domínio e tornar ciência um campo mais plural também passarão pelas políticas linguísticas. Daí parte nossa pesquisa.

A Política Linguística é um campo de estudos que se delineou para pensar as relações de poder que se estabelecem por meio das e sobre as línguas. Essas intervenções, a que chamamos planejamento linguístico, são ações que realizam a gestão das línguas, adaptando-as ao contexto que ocupam ou pretendem ocupar. Para fazer política e planejamento linguístico, parte-se do conceito de que as línguas não são produto da natureza, mas do fazer humano, e por essa razão há a responsabilidade humana de intervir sobre elas.

Por tratar da questão do poder de modo tão manifesto, a Política Linguística tem entre seus objetos as relações que os Estados estabelecem com as línguas — seja dentro de seus territórios ou na esfera das relações internacionais. Dentro dessa esfera, identificamos que emerge um objeto de estudo mais específico, que são as políticas e o planejamento linguístico para a ciência e a educação superior (PPLICES).

A área de PPLICES vem sendo delineada por alguns estudiosos, que têm se dedicado à produção de conhecimento sobre como se deve pensar as línguas nesse contexto. Em inglês, encontramos em Hamel *et al.* (2016) a sigla LPP for SHE (Language Policy and Planning for Science and Higher Education). Entendendo que uma das tarefas desta pesquisa é contribuir para a construção de uma terminologia adequada em língua portuguesa, neste texto trabalharemos com a tradução PPLICES, citada pela primeira por nós em Oliveira *et al.* (2017). Como

veremos adiante, a complexidade deste objeto tem chamado a Política Linguística a estudar as especificidades da intervenção nas línguas de modo a viabilizar que elas sejam meios de produção e de difusão de conhecimento.

Buscando contribuir para a compreensão dessas dinâmicas, desenvolvemos essa pesquisa. Estabelecemos como questões de pesquisa as seguintes perguntas: Qual o papel das línguas (e das barreiras linguísticas) na produção e circulação da ciência, e como elas participam da produção de desigualdades e assimetrias no campo? Quais as relações entre as políticas linguísticas e a produção e circulação do conhecimento científico? Uma política linguística focada no multilinguismo pode concorrer para a produção e a democratização do conhecimento? E que outros ganhos geopolíticos podem decorrer da promoção da produção científica na própria língua?

Movidos por estas perguntas, perseguimos o objetivo de identificar e analisar políticas linguísticas para ciência e educação superior e de sistematizar diretrizes para orientar a criação de PPLICES voltadas para o multilinguismo. Para isso, trabalharemos a partir da concepção de multilinguismo como a coexistência e o contato de diferentes línguas em um mesmo espaço social – na presente discussão, limitando esse espaço ao campo da ciência e da educação superior. Nesse sentido, apresentamos um conceito:

O termo ‘multilíngue’ se refere aqui à diversidade de significado, expressa através de diferentes códigos, modos, modalidades e estilos que são correntes em um mundo globalizado que está agora constantemente e onipresentemente interconectado. Esse é o mundo onde nossos alunos serão chamados a ‘interagir entre línguas’ e a demonstrar ‘competência translinguística e transcultural’. (KRAMSCH, 2014, p. 17)

Especificamente, traçamos os seguintes objetivos para nosso estudo: a) conhecer e analisar a presença das línguas da ciência, abordando a situação dominante da língua inglesa em oposição à diversidade de línguas em que se produz e divulga conhecimento; b) mapear o campo do conhecimento emergente de PPLICES, identificando atuais estudos publicados sobre este objeto e suas demandas; c) conhecer e analisar o estatuto da língua portuguesa no campo da ciência e as políticas em andamento para esta língua, com

ênfase no contexto da educação superior brasileira; c) elencar princípios que auxiliem a elaboração e implementação de PPLICES a partir da valorização do multilinguismo como recurso para a produção e difusão de conhecimento.

A escolha desse tema se justifica pela necessidade de se ampliar o debate da PPLICES, sobretudo no contexto do Brasil. Uma busca no Banco de Teses da CAPES na década atual, utilizando combinações dos parâmetros “política linguística”, “políticas linguísticas” e “educação superior”, mostra que, embora crescente, o campo ainda está incipiente no Brasil.

No ano de 2018 ainda não há registros de trabalhos nesta área na plataforma.

No ano de 2017, há 20 ocorrências de teses e dissertações relacionadas na busca, das quais duas chamam nossa atenção: uma dissertação¹ que pode ser inserida no campo de PPLICES e uma tese² sobre um tema afim, a produção científica.

No ano de 2016, há 10 ocorrências de teses e dissertações relacionadas a esse campo, das quais apenas uma³ se refere exatamente a uma política linguística e sua implementação, tendo como objeto o Celpe-Bras.

Em 2015, aparecem seis ocorrências, das quais três (duas teses e uma dissertação)⁴ podem ser destacadas como afins ao objeto desta tese.

¹ DIONISIO, Cynthia Israelly Barbalho. **O Exame CELPE-BRAS: Mecanismo de Política Linguística para o Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)**. 15/02/2017. 265f. Mestrado em Linguística. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-PB. Biblioteca depositária: Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa).

² CARVALHO, Alexey. **Produção Acadêmica Docente na Educação Superior: exigência, necessidade e critério de qualidade**. 21/02/2017. 159p. Doutorado em Educação. Universidade de Sorocaba. Biblioteca depositária: Universidade de Sorocaba.

³ DORIGON, Thomas. **O Celpe-Bras como instrumento de política linguística: um mediador entre propósitos e materializações**. 14/03/2016 128 f. Mestrado em Letras Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Biblioteca Depositária: BSCSH.

⁴ SILVA, Maria Erotildes Moreira e. **Interfaces entre ações oficiais e as políticas linguísticas para a promoção internacional do português**. 15/06/2015 416 f. Doutorado em Linguística Instituição de Ensino: Universidade Federal do Ceará, Fortaleza Biblioteca Depositária: Ciências Humanas; SEHNEM, Paulo Roberto. **Relações entre os contributos de programas de mobilidade internacional e a competência comunicativa intercultural de estudantes universitários**. 18/12/2015. 357 f. Doutorado em Educação Instituição de Ensino: Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí Biblioteca Depositária: UNIVALI; e FACCIN, PEDRO DOS SANTOS. **Quando o texto vira número: linguística e produção intelectual na academia'** 24/08/2015 109 f. Mestrado em Linguística. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central UFSC.

No ano de 2014, das três ocorrências relevantes, uma⁵ pode ser inserida no campo deste estudo, ao tratar do Programa Ciências Sem Fronteiras e sua relação com políticas linguísticas.

No ano de 2013, não há registros relevantes relativos ao tema.

No ano de 2012, registram-se duas⁶ pesquisas relevantes, uma delas afim a este trabalho por abordar políticas linguísticas para internacionalização da língua.

Finalmente no ano de 2011, marco estabelecido para essa busca por ser o início da década, encontram-se 14 ocorrências relevantes. Chama atenção, contudo, a abundância de teses e dissertações sobre políticas para a educação superior, de modo amplo, naquele ano. Com mais afinidade ao tema desta pesquisa, destaca-se apenas um trabalho com alguma relação mais próxima a nosso estudo, uma dissertação sobre relações de poder nas políticas linguísticas da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)⁷, que ainda assim não pode ser considerado um estudo de PPLICES.

Diante disso, vê-se que o Brasil tem ainda um debate em construção no campo da PPLICES e é fundamental que os Programas de Pós-Graduação abram espaço para essa discussão nas pesquisas que abrigam.

Internacionalmente, autores como Hamel (2016), De Wit (2016), Amon (2001) e Singh (2017), entre outros, têm apontado a importância de uma explicitação de políticas linguísticas — e seu respectivo planejamento — para uma educação superior efetivamente inclusiva e

⁵ SOUZA, Marina Mello de Menezes Felix de. **Avaliação da política linguística para o ensino de línguas estrangeiras: o impacto linguístico no programa Ciências Sem Fronteiras**. 13/01/2014 157f. Mestrado em Estudos de Linguagem Instituição de Ensino: Universidade Federal Fluminense, Niterói Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá

⁶ SILVA, Regina Celia da. **Plurilinguismo em Ambientes Virtuais de Aprendizagem: Potencialidades, Entraves, Desdobramentos, Perspectivas**. 01/02/2012 180 f. Doutorado em Linguística Aplicada Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Campinas, Campina.s Biblioteca Depositária: Biblioteca Central; e DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. **Política linguística do Estado brasileiro na Contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior**. 01/05/2012 350 f. Doutorado em Linguística Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Campinas, Campina. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central.

⁷ SILVA, Diego Barbosa da. **De Flor do Lácio à Língua Global: uma análise discursiva das relações de poder nas políticas linguísticas para a promoção, a difusão e a projeção do português da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**. 01/01/2011 282 f. Mestrado em LETRAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Biblioteca do Instituto de Letras.

não autoritária.

Especificamente no caso desta tese, por se inserir em uma série de pesquisas desenvolvidas interinstitucionalmente, por meio do Doutorado Interinstitucional (DINTER) entre Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) e UFSC, justifica-se ainda que se dedique à investigação deste que é um tema caro a ambas as instituições, necessário para seu desenvolvimento e inserção no espaço global e nacional.

Além do DINTER, outra conexão importante é que esta pesquisa se inseriu na Cátedra UNESCO Políticas Linguísticas para o Multilinguismo. Este programa é um importante meio de promoção das redes de pesquisadores, que tem as seguintes características:

Este Programa da UNESCO é um instrumento privilegiado para o reforço das capacidades e para o intercâmbio de conhecimentos dentro de um espírito de solidariedade. Assim, promove a cooperação Norte-Sul e Sul-Sul como estratégia para enriquecer as instituições. Os principais participantes são universidades e instituições de pesquisa, em parceria com numerosas ONGs de educação superior, fundações e organizações do setor público e privado. (UNESCO, 2006, n.p.)

A Cátedra foi inaugurada no ano de 2018 e significa um movimento importante para o campo das PPLICES. No Capítulo 5, quando abordamos a importância das redes de pesquisa e desse foco de valorização do Sul global, detalharemos como uma ciência multilíngue depende de esforços de cooperação como esse. Nossa tese se insere no eixo 1 da Cátedra, “Multilinguismo e Internacionalização”.

A necessidade de promover movimentos que valorizem o Sul, com suas culturas, conhecimentos e línguas, foi uma das razões da implementação dessa Cátedra. Esse tipo de política é essencial para lidar com certas injustiças históricas que ainda hoje não foram reparadas. Ao longo da discussão de nossa tese, dialogaremos com estudos sobre decolonialidade, pois às pesquisas no campo de PPLICES é inescusável assumir que a situação das línguas invisibilizadas na ciência no século XXI é uma consequência da violência da colonialidade.

Assim Quijano descreve como o período das colonizações organizou a maneira pela qual, até hoje, se exercem as relações de poder entre povos (e, acrescentamos, suas culturas e línguas):

Essa colonialidade do controle do trabalho determinou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial. Em outras palavras, determinou a geografia social do capitalismo: o capital, na relação social de controle do trabalho assalariado, era o eixo em torno do qual se articulavam todas as demais formas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. Isso o tornava dominante sobre todas elas e dava caráter capitalista ao conjunto de tal estrutura de controle do trabalho. Mas ao mesmo tempo, essa relação social específica foi geograficamente concentrada na Europa, sobretudo, e socialmente entre os europeus em todo o mundo do capitalismo. E nessa medida e dessa maneira, a Europa e o europeu se constituíram no centro do mundo capitalista. (QUIJANO, 2005, p.110)

Ao longo da tese, detalharemos as relações entre o contexto econômico internacional e as PPLICES. Discutiremos sobre como as políticas, em grande parte dos casos, são reações do Estado a pressões de um mercado linguístico internacional, que é capitalista e se embasa na ideia de competição, concorrência e exclusão dos menos poderosos. Assim, prosseguindo na justificativa da relevância dessa pesquisa, entendemos que a temática eleita é não apenas relevante mas necessária e urgente, pois toca em questões estruturais das grandes injustiças que caracterizam o legado da colonialidade em que ainda vivemos.

Na minha trajetória pessoal, a opção por este tema é pertinente porque permite usar o repertório da minha dupla formação de base. Sendo licenciada em Letras e bacharel em Direito, estudar políticas linguísticas é lidar com questões afetas às duas áreas: educação, pesquisa, poder, violência, direitos humanos, justiça e democracia, entre outras. Hoje docente no IFSC, atuo no ensino de Português, na pesquisa, na extensão e na formação de professores. No cumprimento dessas tarefas, o aprofundamento na questão das PPLICES do multilinguismo é uma necessidade para uma prática mais consciente, engajada e esclarecida.

A metodologia de pesquisa eleita para esta investigação compreende pesquisa bibliográfica, que Severino explica:

A *pesquisa bibliográfica* é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2007, p. 122, grifo original)

Essa metodologia nos ajudou a conhecer o estado atual do campo de PPLICES dentro dos estudos em Política Linguística e as principais teorizações a respeito do assunto. Para seleção dos textos e análise dos conceitos, concentramos nossa investigação nas categorias PPLICES, Economia das Línguas, Internacionalização e Multilinguismo. Preocupamo-nos, na análise dos dados, em contribuir na construção de uma terminologia em língua portuguesa quando os principais estudos do nosso referencial traziam os conceitos em língua estrangeira.

Além disso, nossa metodologia também recorreu a pesquisa documental, que tem a seguinte característica:

No caso da *pesquisa documental*, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise. (SEVERINO, 2007, p. 122-123, grifo original)

A principal fonte documental deste trabalho foram as PPLICES publicadas pelas universidades e instituições de educação superior no Brasil no ano de 2018. Como detalharemos no Capítulo 4, a elaboração desses documentos foi impulsionada pelo Programa Capes-PrInt, programa de internacionalização da educação superior cujo edital de lançamento estabeleceu que a explicitação de uma política linguística institucional seria um dos critérios para acessar os recursos disponíveis para internacionalização.

Nosso trabalho também reuniu algumas notícias da imprensa, que ajudaram a compreender como as PPLICES vêm sendo recebidas e trabalhadas nos debates fora da academia. Ainda, como fontes primárias, acessamos vários sítios de instituições ligadas à elaboração e implementação de PPLICES para conhecer algumas ações de intervenção sobre as línguas que se encontram em andamento.

Provavelmente nossas leitoras e leitores questionarão a ausência de traduções às citações em línguas estrangeiras em nossas páginas. Considerando que a pesquisa tem sido realizada dentro dos limites das línguas conhecidas pelos autores, é natural que tenhamos citado autores que registraram suas ideias em inglês, francês, espanhol.

A ideia foi realizar uma pesquisa que mobilizasse nosso repertório linguístico como um todo. Eis nossos critérios para fazer tal experimentação e abrir mão das traduções de rodapé: a) o público-alvo da tese são pesquisadores da área de Linguística com alta escolaridade, o que presume certa familiaridade com línguas estrangeiras; b) há disponibilidade de tecnologia para tradução, incluindo softwares, dicionários on line, tradutores on line etc. e elas estão amplamente acessíveis a esses sujeitos que nos lerão.

Considerar a especificidade dos interlocutores com quem dialogamos e aproveitar a tecnologia que temos disponível para circular pelo sistema linguístico da ciência nas diferentes línguas são dois elementos que identificamos como recurso para promover o multilinguismo na ciência, como explicaremos ao longo da tese. A ideia de uma tese sem as traduções de citações possivelmente vá provocar resistência em alguns leitores. Nossa proposta é oferecer uma experiência, testar o uso do recurso — até para podermos encontrar maneiras de melhorá-lo, por meio do uso.

Convidamos a refletir sobre a economia de recursos que esta opção pode trazer: a quem escreve, menos tempo traduzindo e digitando as citações; a quem lê, menos tempo dedicado à leitura. À circulação do conhecimento, entregamos um arquivo de texto mais curto e mais leve para ser compartilhado entre leitoras e leitores. Vimos com Marazzi (2009) e com Oliveira (2013) que as línguas são meios digitais por onde circulam recursos e mercadorias. Em um momento histórico em que estes recursos tecnológicos são realidade, assumir um texto acadêmico de doutorado como um gênero que deve dar boas-vindas à diversidade linguística nos parece uma ideia que merece ser testada.

Esta tese está estruturada em cinco capítulos. No Capítulo 1, apresentamos o campo das PPLICES e as especificidades de seu objeto de estudo, discutindo por que a diversidade linguística deve ser uma

prioridade dessas políticas e quais os problemas emergentes do campo. No Capítulo 2, analisamos a economia das línguas e como o mercado da ciência afeta as línguas com seus critérios para medir e ranquear a relevância das publicações. No Capítulo 3, apresentamos como o inglês alcançou sua atual hegemonia, discutindo as relações da globalização com esse fenômeno, que resultou no processo de internacionalização da educação superior. No Capítulo 4, veremos algumas PPLICES em andamento na lusofonia, com especial atenção às PPLICES de instituições brasileiras. E, no Capítulo 5, apresentamos os princípios para a elaboração de PPLICES para o multilinguismo.

1 POLÍTICA E PLANEJAMENTO LINGÜÍSTICO NA CIÊNCIA E NA EDUCAÇÃO SUPERIOR (PPLICES) COMO CAMPO DE ESTUDO: ESPECIFICIDADES DO OBJETO E PROBLEMÁTICAS EMERGENTES

Neste primeiro capítulo nosso objetivo é apresentar PPLICES como um campo de estudos emergente dentro da Política Linguística. Analisamos algumas especificidades de seu objeto de estudo, elencando algumas problemáticas que demandam aprofundamento e ajudam a delinear o campo.

1.1 O campo de estudos de PPLICES e suas especificidades

Nesta seção buscamos demonstrar como PPLICES é um campo emergente dentro da Política Linguística, a qual é uma ciência recente, que se desenvolveu a partir de um olhar integrador entre as contribuições de outras áreas e as da Linguística. Segundo Bianco (2010, p. 143), o termo “Política Linguística” provavelmente foi usado pela primeira vez no começo da década de 1950, em Nova Iorque, pelo linguista Uriel Weinreich in the early 1950s. Bianco (2010) também ensina que a categoria “planejamento” foi consolidada na política linguística em 1969, por Heinz Kloss.

A Política Linguística, que nasce interdisciplinar e focada em resolução de problemáticas da relação entre as línguas, pode ser assim compreendida:

In essence this is a typology for classifying the choices government authorities make regarding language and social life. Classically these choices involve identification of a language or communication problem, the formulation of alternative ways of resolving this problem, deciding the norm to be promoted, and implementing it via the education system: a language problem leads to a language policy, which leads to LP [*language planning*]. (BIANCO, 2010, p. 144)

Como vemos, a essência de uma política linguística está no seu caráter interventivo. Fazer política linguística vai além do levantamento dos problemas que afetam as línguas e essas ações que se fazem sobre as

línguas são o planejamento linguístico. A manutenção, preservação ou extinção de uma língua depende de se fazer essas intervenções sobre elas e a pesquisa em Política Linguística serve a esse fim:

The goal of LPP research is, at its most fundamental, to understand, inform, and transform policies and practices of language (in) use, learning and teaching. As in all research, generalizability is an important consideration, one that some research traditions approach by using large sample size, random or representative sampling, or tight statistical controls. (HORNBERGER, 2015, p. 17)

Por isso, mais que uma ciência, a Política Linguística é uma ótica, como afirma Oliveira (2004, p. 175), uma busca por responder perguntas que vêm de fora dela. Em todos os espaços em que há interação humana por meio das línguas, podemos encontrar questões político-linguísticas, que se referem às relações entre as línguas e seus falantes. Assim, responde a uma confluência de demandas por produção de conhecimentos sobre as línguas, vindas de fora da linguística.

Estas teorizações trazidas pela Política Linguística são dialógicas e, por isso, relevantes. A ciência e a educação superior são atividades essencialmente dialógicas também, então é fundamental explicitar as relações de poder que se estabelecem por meio das línguas em que o conhecimento circula. Evidencia-se, desta forma, a pertinência da Política Linguística como meio de analisar e aperfeiçoar essas relações de poder no campo da ciência. O estudo das línguas nesse campo nos revela questões de grande complexidade, que afetam as culturas e os falantes e marcam suas histórias, indicando a demanda emergente pelos estudos de PPLICES.

O frescor da Política Linguística a afasta do paradigma positivista, por trabalhar com esse conceito de intervenção sobre as línguas. Parte-se da premissa de que as línguas não são objetos da natureza e sim produtos da história e, como tais, são suscetíveis a ideologias, poderes e constituem campos de conflitos. Dentre esses campos, temos a ciência como um espaço pedindo particularmente por estudo e intervenção.

Os estudos em política linguística em geral trazem três elementos: o levantamento dos problemas, a proposta de solução (política) e um meio de implementá-la (planejamento). Nossa tese é que

são necessários estudos específicos sobre o lugar das línguas na produção e difusão de conhecimento, um objeto que pede a sistematização de suas problemáticas e respostas a elas.

A primeira especificidade tem a ver com o cenário em que se dão as PPLICES. As instituições de pesquisa e educação superior são espaço estratégico para os Estados, do ponto de vista econômico. Sobre essa questão vejamos:

Sendo a universidade a principal ou uma das principais unidades de produção de C&T no capitalismo contemporâneo, e que passa a dar crescente atenção à pesquisa e integrá-la cada vez mais fortemente com o ensino, é natural que na universidade se sinta de modo muito forte a necessidade de definir estratégias para uma participação ampliada nos “mercados da ciência”, o que num primeiro momento também para o Brasil a pauta da internacionalização [O papel da universidade na ciência internacionalizada]. (OLIVEIRA *et al.*, 2017, p. 26)

Por essa razão, as universidades se tornam espaços dos quais se espera uma contribuição para o fortalecimento econômico dos países, de modo mais acentuado hoje do que em épocas passadas. Nesse sentido, a internacionalização das instituições tem sido a reação mais marcante no Brasil atualmente, o que pede decisões sobre as línguas em que faremos ciência.

Não é possível falar em PPLICES sem assumir a existência do mercado linguístico da ciência e da educação superior. Um mercado linguístico é um espaço em que, mesmo havendo convivência entre línguas, há uma em que se reconhece maior legitimidade. É a língua ou variedade linguística de prestígio, cujo domínio confere autoridade a seus falantes. Bourdieu explica:

Pour qu'un mode d'expression parmi d'autres (une langue dan le cas du bilinguisme, un usage de la langue dan le cas d'un société divisée en classes) s'impose comme seul légitime, il faut que le marché linguistique soit unifié et que les différents dialectes (de classe, de région ou d'ethnie) soient pratiquement mesurés à la langue ou à l'usage légitime. L'intégration dan un même “communauté linguistique”, qui est un produit de

la domination politique sans cesse reproduit par des institutions capables d'imposer la reconnaissance universelle de la langue dominante, est la condition de l'instauration de rapports de domination linguistique. (BOURDIEU, 1982, p. 28)

Os sujeitos, para poder pertencer ao mercado linguístico, portanto, têm de saber usar a língua considerada legítima naquele campo. Mas a língua dominante em geral é acessível somente a uma elite, pois mesmo falantes da mesma língua, quando marginais no sistema, precisam aprender a dominar a variedade de prestígio para poder se aproximar do centro do sistema. Conhecer a variedade prestigiada da língua legitimada, então, é ter em mão um valioso capital linguístico, ou seja, é ser poderoso no mercado. No contexto global da ciência, este capital hoje se concentra na língua inglesa, assim como em outros momentos da história se concentrou em outras línguas.

A existência de um mercado linguístico da produção e circulação do conhecimento pressiona o campo ao monolingüismo, porque a língua hegemônica domina o mercado, levando os falantes à busca por acessá-la, usá-la, promovê-la. Assim, as instituições de pesquisa e educação superior tendem a se adaptar à pressão, a menos que haja uma escolha consciente por oferecer alguma resistência a esse domínio — essa resistência depende de PPLICES.

Observemos que a educação superior tem um caráter duplo: ao mesmo tempo em que deve oferecer formação técnica e atender à demanda do mercado, incumbe a ela contribuir para a formação moral, humana, de seus estudantes. Como vimos acima, a característica da universidade como “unidade de produção” é delicada, pois as questões de formação humana em geral são atropeladas quando se busca atender aos mercados — e a isso voltaremos no Capítulo 2. Diante disso, a primeira característica que destacamos das PPLICES como um campo de estudos é a questão estratégica das universidades no contexto do capitalismo, em que o capital linguístico é um patrimônio importante para os povos.

Uma característica dessas instituições, que vem desde sua origem, é a missão de combinar a formação humana com a preparação para o mercado de trabalho, o que pode ser antagônico quando olhamos para a competitividade que caracteriza o mercado.

Desde seu surgimento, as instituições de educação superior servem a dois propósitos: um sistema de controle de poder, pela Igreja e

pelo Estado; e uma proteção à produção e difusão do conhecimento, especialmente os saberes profissionais. Na idade média, quando surgiram as primeiras instituições de educação superior, os mestres e alunos se reuniam para atuar em escolas ligadas à Igreja ou particulares para transmitir os saberes de seus ofícios. Daí elas passaram a levar aos estudantes conhecimentos não só técnicos mas também de Artes Liberais e Teologia. Era já um espaço de formação do pensamento. Esse controle sobre o que era ensinado fazia da educação superior um meio de exercício e reforço do poder do Papa, que o exercia sobre a educação em acordo com o governo da cidade, conforme ensinam Charle e Verger (1996), ilustrando como o poder político e econômico sempre se vincularam às políticas na educação superior.

Assim é que, desde seu nascimento, mesmo com relativa autonomia, a educação superior sempre se vincula à oferta de uma formação em acordo com os poderes políticos da sociedade e as ideologias hegemônicas, como se vê:

Embora permanecendo oficialmente instituições eclesiásticas, as universidades passaram cada vez mais para o controle das cidades e dos estados, que esperavam delas tanto a formação dos letrados quanto a dos juristas competentes de que necessitavam suas administrações em pleno desenvolvimento, bem como a sua contribuição para a elaboração da ideologia nacional e monárquica que acompanhava o nascimento do Estado moderno. (CHARLE; VERGER, 1996, p.24-25)

Um problema desse modelo de universidade é que, no século XXI, ele vive o que Castro-Gómez (2007, p. 80) nomeia como “[...] la crisis de legitimación de la universidad contemporánea en el marco del capitalismo posfordista [...]”. Essa crise, ensina o autor, deve-se ao fato de que a estrutura da universidade é uma herança da colonialidade e, por isso, parte da premissa de que existem conhecimentos legítimos em oposição aos conhecimentos ilegítimos e que o papel de dizer qual é qual deve ser desempenhado a partir de uma estrutura disciplinar e hierarquizada — a que o autor nomeia “arborizada”, em referência às ramificações das ciências.

Porém as mesmas forças constituintes dessa autoridade das universidades as mantêm fragmentadas e submissas às hegemonias. Com a globalização da economia, as universidades competem por

espaço na produção de conhecimento, tecnologia e inovação. Os caminhos encontrados para se manter em seu papel de espaço da produção do conhecimento então passam por parcerias com empresas, institutos de pesquisa e outros entes. Essa rendição ao mercado, porém, pode conflitar com a outra vocação original da universidade, a de espaço de formação moral e humana e de instituição autônoma. Por isso,

Como a produção de C&T implica crescentemente em redes (de colaboração, mas não só) ampliadas, a área de PPLICES analisará a relação entre as línguas e a produção/consumo de C&T, isto é, as características do multilinguismo no ambiente hierarquizado e geopoliticamente competitivo que de um lado tem um interesse máximo em internacionalização, e por outro tem um interesse máximo em atender às necessidades específicas de cada mercado, ou seja, um máximo em customização. (OLIVEIRA *et al.*, 2017, p. 26)

Também é preciso questionar a relação evidente entre o poder das línguas e a economia global, pois “As línguas são formas de afirmação de poder, são formas também de se afirmar do ponto de vista dos negócios e por isso mesmo podemos dizer que as línguas seguem a rota dos negócios”, como pontuou Laborinho, em sua fala no XII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas (PONTO FINAL, 2017, n.p.).

Uma segunda especificidade das políticas linguísticas no campo da ciência é a inescusável tarefa de lidar com a questão da colonialidade do saber. As PPLICES, declaradamente ou não, implicam uma tomada de posição em relação à questão da colonialidade. Ou contribuirão com o movimento decolonial ou estarão a serviço da manutenção da hegemonia.

A própria dominância do português e do espanhol na ciência latinoamericana, por exemplo, são uma mostra de como as línguas europeias exerceram opressão sobre as línguas locais. Porto-Gonçalves (2005, p. 3) afirma que “[...] há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias”.

Fazemos ciência a partir do olhar eurocêntrico que fundou e persiste em nossas instituições de educação e pesquisa. A tendência a produzir e publicar nas línguas hegemônicas é mais um efeito daquele evento histórico que foram as colonizações. Lander explica que a

ciência de hoje se constituiu a partir delas. Segundo o autor, a colonialidade não acabou junto com o colonialismo, ela persiste até hoje e seus efeitos na produção de conhecimentos científicos são assim descritos:

Da constituição histórica das disciplinas científicas que se produz na academia ocidental interessa destacar dois assuntos fundacionais e essenciais. Em primeiro lugar está a suposição da existência de um metarrelato universal que leva a todas as culturas e a todos os povos do primitivo e tradicional até o moderno. A sociedade industrial liberal é a expressão mais avançada desse processo histórico, e por essa razão define o modelo que define a sociedade moderna. A sociedade liberal, como norma universal, assinala o único futuro possível de todas as outras culturas e povos. Aqueles que não conseguirem incorporar-se a esta marcha inexorável da história estão destinados a desaparecer. (LANDER, 2005, p.13)

Essa noção de que é preciso parecer-se com o outro, o dominante, para poder evoluir, é uma visão deturpada, que faz com que os falantes de uma língua valorizem mais a língua do outro do que a própria. Alimenta-se do mito de que existe hierarquia entre povos e línguas e que cada cultura está mais adiante ou mais atrás em relação às outras, na linha da evolução. No âmbito das PPLICES, por essa ótica fica a impressão de que as línguas que insistirem em lutar por espaço e visibilidade perecerão por não terem sido capazes de se adaptar.

Lander acrescenta ainda uma segunda explicação sobre a colonialidade do saber:

Em segundo lugar, e precisamente pelo caráter universal da experiência histórica européia, as formas do conhecimento desenvolvidas para a compreensão dessa sociedade se converteram nas únicas formas válidas, objetivas e universais de conhecimento. As categorias, conceitos e perspectivas (economia, Estado, sociedade civil, mercado, classes, etc.) se convertem, assim, não apenas em categorias universais para a análise de qualquer realidade, mas também em proposições

normativas que definem o *dever ser* para todos os povos do planeta. Estes conhecimentos convertem-se, assim, nos padrões a partir dos quais se podem analisar e detectar as carências, os atrasos, os freios e impactos perversos que se dão como produto do primitivo ou o tradicional em todas as outras sociedades. (LANDER, 2005, p.13, grifo original)

Essa questão tem como efeito o apagamento de tudo que não se pareça com as formas já legitimadas de fazer e circular a ciência. Ela pode ser ilustrada com a fala de outro autor, Forattini (1997, p. 5 e ss.), que denuncia a existência de um fenômeno a que chama “imperialismo científico”. O autor elenca três aspectos que caracterizam o imperialismo científico exercido pelo que ele chama de Ocidente — “América do Norte, Europa, Austrália e Japão” — sobre os demais países, em desenvolvimento ou subdesenvolvidos (nomenclatura adotada pelo autor), dentre os quais se destaca a questão linguística. São eles: a) os países da hegemonia sempre detêm o conhecimento e, portanto, estabelecem com os demais países uma relação de ensino, em vez de parceria/colaboração; b) os países periféricos servem, na relação científica com o Ocidente, como objeto de estudo e sede de coleta de dados — o chamado raw material. Quando um pesquisador deste Ocidente é recebido, os anfitriões celebram sua presença, cooperam com sua coleta de dados, mas não se associam aos visitantes na produção de conhecimento e publicação dos resultados da pesquisa; c) os países dominados se sujeitam ao idioma dos países dominantes no campo da ciência.

Sousa Santos (2009, p. 28) analisa assim essa gênese da epistemologia ocidental do nosso tempo: “O colonial constitui o grau zero a partir do qual são construídas as modernas concepções de conhecimento e direito”. Desde a Antiguidade, o Ocidente insiste em apresentar uma postura de superioridade em relação a outras culturas e identidades. O resultado disso tem sido uma sucessão de eventos de colonizações, guerras, escravidão, fome, desigualdades e violações de direitos humanos ao longo de toda a história. O Ocidente sempre buscando impor sua visão de mundo como um meio de salvação, civilização, conscientização daqueles que vivem e pensam diferente, pois, “Na sua concepção moderna, o colonial representa, não o legal ou o ilegal, mas antes o sem lei” (SANTOS, 2009, p. 28).

Huntington, citado por Spring (2004, p. 82), ensina que são oito as principais civilizações no mundo do século XXI: ocidental (que abrange América do Norte, Europa, Austrália e Nova Zelândia), latinoamericana, africana, islâmica, sínico, hindu, ortodoxa e japonesa. São esses os grupos que temos visto a cada década disputando poderes em cada setor da vida humana: economia, política, entretenimento, educação e tantos outros.

Sousa Santos também registra os meios de exercício desse poder e como aqueles que estavam sob jugo dos colonizadores tiveram sua riqueza tomada em nome de um projeto colonial:

A apropriação e a violência tomam diferentes formas na linha abissal jurídica e na linha abissal epistemológica. Mas, em geral, a apropriação envolve incorporação, cooptação e assimilação, enquanto a violência implica destruição física, material, cultural e humana. No domínio do conhecimento, a apropriação vai desde o uso de habitantes locais como guias e de mitos e cerimônias locais como instrumentos de conversão, à pilhagem de conhecimentos indígenas sobre biodiversidade, enquanto a violência é exercida através da proibição do uso das línguas próprias em espaços públicos, da adoção forçada de nomes cristãos, da conversão e destruição de símbolos e lugares de culto, e de todas as formas de discriminação cultural e racial. (SOUSA SANTOS, 2009, p. 29-30)

Diante da complexidade desses efeitos da violência colonial sobre as políticas linguísticas atuais, fica evidente que será preciso concentrar esforços de pesquisa para compreender essa influência e encontrar respostas para a questão de como lidaremos com essa herança. O campo de PPLICES tem na colonialidade do saber uma especificidade muito característica de seu objeto de estudo, o que reforça a emergência desse campo.

Em nome de sobreviver à violência da colonialidade, os povos dominados resistiram não sem marcas à apropriação de sua cultura e ao apagamento de seus saberes. Mas os estudos contemporâneos das ciências humanas têm levado em conta essa questão, como explica Rosevics (2017, p. 188): “A preocupação dos estudos pós-coloniais esteve centrada nas décadas de 1970 e 1980 em entender como o mundo

colonizado é construído discursivamente a partir do olhar do colonizador, e como o colonizado se constrói tendo por base o discurso do colonizador”.

A desigualdade entre as línguas é a desigualdade gerada pela submissão de certas culturas ao poderio de outras. Diante dessas dinâmicas de poder, estabelecendo as relações de atribuição de valor a que se refere Bourdieu (1977), evidencia-se a importância de aprofundar o estudo sobre os processos coloniais que foram fundamentais para a constituição do capital nesta economia das línguas.

Isso porque a questão epistemológica não pode ser analisada isoladamente, senão dentro do contexto global, em que as questões econômicas são essenciais. Assim, como já afirmamos em outro momento, o campo de PPLICES “Permite ainda, através do entendimento das Políticas Epistemológicas, elaborar uma crítica ao papel da ciência e da universidade como mera engrenagem produtiva do capitalismo [...]” (OLIVEIRA *et al.*, 2017, p. 26).

As relações entre as línguas no mercado da ciência (na educação superior, na pesquisa, nas publicações, nas traduções...) são marcadas por essa dominação. Apenas usar a língua dominante como passaporte para circular pelo centro do sistema, sem pensar criticamente essa relação, é submeter-se a essa hierarquia. E isso pode custar a sobrevivência da língua:

There is, however, one caveat: authors in small languages have some reason to be worried by foreign competition; but so do their readers, who may come to fear that eventually their indigenous authors will be forced out of the field through the impact of translated and imported texts. Concern may grow that in the end this will lead to a general erosion of the mother tongue and of domestic culture in general – or, in the terms of this analysis, to an overall depreciation of the original investment in mastery of the mother tongue. In other words, the short-term preferences of individual consumers may damage their collectively accumulated cultural capital in the long run. Moreover, given the low marginal costs of translated texts, the arguments from international trade theory about ‘dumping’ may well apply in the case of cultural exchange too. (DE SWAAN, 2010, p. 63)

Os autores que nos sustentam nesta investigação têm alertado para a necessidade de problematizar os poderes hegemônicos que se exercem sobre a ciência e a educação superior no mundo por meio das línguas. Na atualidade, falar dessa hegemonia equivale a falar da dominância do inglês, mas é importante esclarecer que o objeto de PPLICES não se restringe ao estatuto de qualquer língua que ocupe o espaço de hegemonia. O objeto de PPLICES são as relações entre as línguas, o que faz com que este campo enfoque as potencialidades do multilinguismo na ciência, buscando meios de fortalecer cada língua e rever as assimetrias.

Isso nos mostra uma terceira característica do campo de PPLICES: uma política linguística não oficializada, no campo da ciência e da educação superior, pode comprometer o próprio fazer científico. Todavia uma das premissas do trabalho científico é que ele seja tão objetivo e democrático quanto possível. Por essa razão, as políticas linguísticas têm de contribuir para maximizar as possibilidades de debate entre pares e poderem ser elas próprias expostas à crítica. Os estudos em PPLICES são necessários porque é preciso problematizar a impressão de que é possível uma ausência de políticas — quando, pelo contrário, quanto mais invisível é uma política, maior o exercício de poder por meio dela.

Baker (2001, p. 53) defende que uma atitude de *laissez-faire* é também uma forma de fazer política linguística: uma forma que promove a extinção de línguas minoritárias. A alternativa apontada pelo autor como mais desejável é a elaboração de uma política linguística. Isso significa explicitar as perspectivas e expectativas relativas ao futuro das línguas e estabelecer um plano de ações concretas que viabilizem a consecução de tais objetivos.

Vejamus um exemplo. Há vários relatos de como a atual ocupação de espaço pela língua inglesa se deve à ausência de políticas explicitadas, como o caso da educação superior alemã, descrito abaixo:

Therefore, language policy and education at the university level need further consideration. Also, consistent and effective policy on the teaching of English, as well as other languages, should be made transparent. If the German system of higher education is to be truly reformed and internationalized, students should be supported in their efforts to learn languages — both English

and German — at an academic level. (ERLING; HILGENDORF, 2006, p. 287)

De fato, qualquer instituição de ensino e pesquisa, sobretudo se pública, é um espaço de execução de uma série de políticas, inclusive linguísticas. Por isso, os sujeitos que atuam nessas instituições devem ter consciência de seu papel neste processo de implementação de políticas. A discussão de PPLICES atende a essa demanda. Na citação acima, as autoras afirmam que, para uma reforma real na educação superior de seu país, seria preciso que as políticas incentivassem aprendizado e uso de línguas, no plural. E, de fato, quaisquer PPLICES que reforcem a tendência de anglicização da ciência não podem ser chamadas de reforma. Políticas de promoção do multilinguismo, por outro lado, que facilitem o acesso a diferentes línguas, por meio de um letramento acadêmico nessas línguas, essas sim podem ser chamadas de inovação.

Ainda sobre as PPLICES que reforçam o monolinguismo na ciência, uma consequência perigosa é que elas podem resultar na ausência de ações estratégicas voltadas a outras línguas além da hegemônica. Mesmo no caso do alemão, citado no exemplo, — uma língua europeia, economicamente forte e com tradição no campo da inovação científica e da educação superior — as autoras descrevem que tal idioma não tem condições de coexistir de modo equilibrado com o inglês.

Amon reforça esse entendimento, explicando que as línguas podem ter diferentes níveis de funcionalidade na linguagem, mas a existência de uma língua dominante dificulta o processo de desenvolvimento dessa funcionalidade das demais línguas: “All these functional types of language are somehow hampered in their development if another language dominates the international scientific communication; the actual impact and the social consequences are, however, presumably different for each type” (AMON, 2001, p. 348).

Diante de tudo isso, compreendemos que assumir PPLICES como campo de estudos dentro da Política Linguística é uma necessidade do nosso tempo. Há importantes questões históricas, econômicas e sociais implicadas nas escolhas que se fazem sobre as línguas de produção e circulação de conhecimento e as PPLICES devem amparar essa tomada de decisão, problematizando as assimetrias.

1.2 Problemáticas de PPLICES

Tendo levantado as especificidades que caracterizam PPLICES, nesta seção vamos elencar algumas das problemáticas deste campo. No Brasil, ficou ainda mais evidente a necessidade de produzirmos material sobre PPLICES nos últimos anos, quando muitas instituições de educação superior tiveram de definir políticas para línguas, atendendo a demandas de seu processo de internacionalização — analisaremos algumas dessas PPLICES no Capítulo 4.

A urgência de apresentar uma política para não perder as oportunidades de internacionalização fez com que muitos dos problemas que vieram à tona não fossem respondidos de modo adequado, ou sequer considerados nas PPLICES brasileiras. Mas as questões que pedem estudos de PPLICES não são exclusividade do Brasil, elas têm se apresentado enfaticamente para todas as línguas.

Podemos sistematizar os problemas de PPLICES em dois grupos, que nomeamos a partir das categorias trazidas por Bourdieu (1977): “produção” e “circulação” de conhecimentos. Encontramos neste autor uma crítica a qualquer estudo sobre as línguas que não leve em consideração o mercado em que se dão as interlocuções por meio das línguas. El diz:

A la question saussurienne des conditions de possibilité de l'intellection (i.e. la langue), une science rigoureuse du langage substitue la question des conditions sociales de possibilité de la **production** et de la **circulation** linguistiques. Le discours doit toujours ses caractéristiques les plus importantes aux *rapports de production linguistique* dans lesquels il est produit. (BOURDIEU, 1977, p. 19, grifo nosso)

Elegemos como referencial essas duas categorias, “produção” e “circulação”, porque nelas encontramos dois elementos-chave para compreender o lugar das línguas na ciência. Nesta esfera, as condições de produção da linguagem são as condições de produção de conhecimento; assim como as condições de circulação têm a ver com a visibilidade desse conhecimento entre pares cientistas.

Isso porque as línguas não existem desconectadas de seus falantes, que por sua vez são sujeitos interagindo em espaços sociais. Essa lógica discursiva em que se dá a produção de conhecimento nos

mostra que as condições de uso de cada língua são tão amplas e complexas que a produção e a circulação dos conhecimentos, por serem mediadas pelo uso de línguas, variam conforme o contexto discursivo em que se dá o uso da língua.

Esse olhar sociológico sobre as línguas na ciência evidencia o complexo e peculiar estudo das relações de poderes que se exercem nas e por meio das línguas, caracterizando desde logo que PPLICES é um campo de necessário estudo interdisciplinar. A partir de Bourdieu, evidencia-se que cada vez que algum pesquisador publica sua produção em alguma língua, ele o faz dentro de uma relação e nunca de modo neutro. Cabe então pensar que condições são essas em que esse discurso é produzido e circula.

Na questão da produção, identificamos que o campo de PPLICES nos pede respostas sobre, por exemplo, a produção de conhecimentos em línguas minorizadas. Ainda que cada língua tenha em si os conhecimentos e saberes de seu povo, a sistematização desse conhecimento muitas vezes só acontece quando outra língua se apropria deles. Afim com a questão da colonialidade, essa apropriação comumente resulta em pilhagem de conhecimentos e riquezas, uma prática que não é recente, como vemos a seguir:

O ‘descobrimento’ foi um dispositivo legal para reivindicar o direito ao território estrangeiro por parte do poder ocidental europeu, dito descobridor. É pertinente apontar aqui que este último realizou as viagens com objetivo de ‘descobrir’, incluindo as consequências legais relacionadas. Parece estranho que os viajantes, e aqueles em cujo benefício estas viagens eram realizadas, parecem nunca ter considerado a possibilidade de que eles também seriam descobertos no próprio acto de descoberta. Eles estavam confiantes na universalização da sua religião e cultura através da assimilação e integração, na melhor das hipóteses, e também por meio de assassinato, pilhagem, expulsão e destruição, na pior. (RAMOSE, 2009, p. 142)

Assim, cabe às PPLICES encorpar nosso repertório de recursos para lidar com essa violência, que aconteceu de modo absurdamente assumido como legítimo na época dos “descobrimentos” e persiste até hoje, quando o capitalismo e o neoliberalismo ainda servem de meio

legitimador de práticas predatórias que colocam em competição (desigual) as línguas e as culturas.

Para ilustrar, Hamel (1999) explica que os estudos latinoamericanos de mais visibilidade no mundo se encontram nos Estados Unidos, em semelhante paradoxo à situação relatada acima:

Observamos un nuevo boom en estudios latinoamericanos desde comienzo de los años noventa. Hoy en día hay más investigadores universitarios en los estados de California y Nueva York dedicados a estos temas que en toda América Latina en su conjunto. A partir de modelos muy específicos desarrollados en Estados Unidos investigan temas latinoamericanos estrechamente delimitados, sin conocer en muchos casos el contexto socio-histórico más relevante que los condiciona. Y las “soluciones” son cada vez más similares para distintos países y problemáticas. (HAMEL, 1999, p. 293)

Um dos resultados de desvalorizar a pesquisa na língua própria em favor da língua mais prestigiada é o enfraquecimento das redes de produção de conhecimento, já que: “Preocupados com a tão decantada ‘visibilidade’, os pesquisadores nacionais tendem a buscar a divulgação dos resultados obtidos, em periódicos anglófonos. Com essa atitude passam, ‘a priori’, as informações aos leitores de outro país”, como aponta Forattini (1997, p. 6).

Um segundo problema da ordem da produção de conhecimentos, que é típico do campo das PPLICES, são os efeitos que uma ciência monolíngue pode ter sobre as línguas nacionais. Não é saudável para as línguas a ideologia de que o monolinguismo na ciência seja um caminho natural e preferencial para a ciência. As PPLICES devem ajudar a pensar meios para valorizar também o conhecimento que é produzido e circula em todas as línguas, sem silenciamentos. Tomemos o caso da educação superior europeia a partir da década de 1990.

O Tratado da União Europeia, que criou o coletivo de Estados da União Europeia, de 1992, trouxe uma tendência à unificação política e econômica entre seus estados membros. Essa tendência se refletiu nas políticas para educação superior. Os responsáveis pelos sistemas de educação superior passaram desde então a buscar uma uniformização em seus sistemas, o que levou à Declaração de Bolonha em 1999, que

tem como finalidade primeira o estabelecimento de uma “Área Europeia de Educação Superior”.

Esse movimento poderia e até deveria ter dado impulso a uma definição de políticas linguísticas que amparassem o processo de internacionalização da educação superior. Contudo, não foi essa a escolha dos Estados e instituições. A ausência de uma política explícita com um planejamento linguístico bem definido para promover a diversidade linguística (e de línguas fortes, incluídas no continente a anglofonia, hispanofonia, a francofonia e a lusofonia, para mencionar apenas quatro) deixou livre o caminho para o fortalecimento da língua inglesa como meio de produção e circulação de conhecimentos científicos.

Na Alemanha, por exemplo, o que há é uma política tácita de anglicização da ciência, identificada desde que o país se dedicou a atender o direcionamento da Declaração de Bolonha para a educação superior, como ensinam as autoras a seguir:

An explicit language policy with respect to the Bologna Declaration initiatives is also lacking in Germany. German policy, however, does refer to a role for English in internationalizing its university system, which in effect suggests the existence of a tacit policy supporting the increasing use of English. (ERLING; HILGENDORF, 2006, p. 272).

Sobre ausência de menção às políticas linguísticas nos documentos da educação superior na Europa — como a Declaração de Bolonha e seus desdobramentos —, podemos perceber que é um silêncio comum naquele continente, não caracterizando apenas a Alemanha, como as mesmas autoras registram: “This lack of explicit language policy is not unusual in the history of efforts towards European integration” (ERLING; HILGENDORF, 2006, p. 271). Além delas, Amon (2001, p. 343 e ss.), também alemão, em seus estudos registra a forte anglicização do ensino alemão.

E além de tudo isso, temos questões da ordem da circulação de conhecimentos. Muitas vezes, a educação superior se dá privilegiando a língua nacional, no ensino e nas fontes de pesquisa, originais ou traduzidas. Mas, no momento de fazer circular as descobertas, é cada vez mais comum que os resultados sejam publicados apenas na língua dominante.

Essa prática tem a ver com questões de bibliometria, que estabelecem critérios quantitativos para medir a relevância das publicações e que, como veremos no Capítulo 2, são estruturadas a partir do centro do sistema — alimentando, portanto, a assimetria. Privilegiar a circulação das descobertas em língua estrangeira é uma maneira de reforçar a tendência a uma ciência monolíngue. Essa escolha resulta num empobrecimento da ciência de modo geral, porque uma ciência que se pretenda monolíngue vai resultar na minorização da produção nas outras línguas.

Ainda na categoria das problemáticas relativas à circulação dos conhecimentos, identificamos a questão da invisibilização de conhecimentos. Nesse contexto em que as PPLICES ainda procuram (ou deveriam procurar) meios de promoção de uma ciência multilíngue, muitos saberes permanecem invisibilizados perante o sistema global da ciência. Esse problema afeta muitas das línguas locais mas também grandes línguas internacionais como o português e o espanhol.

Sousa Santos descreve a epistemologia ocidental como “pensamento abissal”, que resulta na invisibilização de tudo que não se identifica com centro do sistema:

Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’. A divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. (SOUSA SANTOS, 2009, p. 23)

Esse abismo que de que fala o autor é um retrato do que se vê ao olhar para as línguas no campo da ciência. Muito da produção de conhecimento da periferia se torna invisível aos olhos do centro, por estar ‘do outro lado da linha’ que separa o que é considerado ciência relevante. Na contemporaneidade, ‘este lado da linha’ é a anglofonia.

Por hoje estarem vigentes políticas que privilegiam o monolinguismo na ciência, ou (o que dá no mesmo) pela ausência de uma tomada de posição clara por parte de Estados e instituições, um grande volume de conhecimentos científicos válidos permanece à

margem do sistema mundial. Gibbs aborda este processo de invisibilização dos resultados de pesquisas desenvolvidos nos países da periferia do sistema capitalista:

The invisibility to which mainstream science publishing condemns most Third World research thwarts the efforts of poor countries to strengthen their indigenous science journals — and with them the quality of research in regions that need it most. It may also deprive the industrial world of critical knowledge, observes Richard Horton, editor of the *Lancet*. (GIBBS, 1995, p. 93)

Ao privilegiar que a publicação em inglês é uma condição para ser considerado relevante, cria-se uma barreira linguística que torna difícil a divulgação ampla do que se produz em certos contextos, como a América Latina. O efeito cascata da ciência que só fala uma língua afeta o ensino, a produção de materiais didáticos, o mercado editorial e muitas outras esferas. Amon (2001, p. 354) exemplifica consequências dessa barreira linguística para a circulação do conhecimento: “The scientists for whom English is a foreign language are disadvantaged in presenting their research, or also their teaching materials, on an international level.

A questão que se apresenta então é: como fazer política linguística para ciência e educação superior sem contribuir para isso, mas sem deixar de publicar na língua em que se é lido? Esta é a grande questão para o campo de PPLICES responder. As relações de dominação entre os Estados e povos incidem sobre culturas e línguas e a ciência feita nos países fora da hegemonia — como os da América Latina e da África — está em segundo plano no contexto global.

Tais exclusões demandam uma assunção de responsabilidade linguística por parte das universidades e dos Estados, que virão pela definição de políticas. Veja-se um exemplo que ilustra essa invisibilização — curiosamente é um relato de um cientista brasileiro que chegou a nosso conhecimento publicado num artigo de um autor estadunidense, em língua inglesa:

Rogério Meneghini of the University of São Paulo showed just how few when he studied the papers published by 487 Brazilian Biochemists over a 15-year period. The articles they sent to international journals had received 7.2 citations each, on average. Those sent to Brazilian journals,

only three of which are included in the SCI, garnered one ninth as many. Such low visibility is the norm: 70 percent of Latin American journals are not included in any index, according to a study by Virginia Cano of Queen Margaret College in Scotland. The thus “are condemned to a ghostlike existence”. (GIBBS, 1995, p. 94)

Outro exemplo menciona o sistema de valoração das publicações dos pesquisadores brasileiros:

[...] some scientists warn that by favoring papers published in international papers — in Brazil, South Africa and the Philippines such papers are awarded twice as many points as those published domestically — incentive programs may forever doom local journals to leftovers. (GIBBS, 1995, p.95)

Esses exemplos nos ajudam a compreender os desafios de fazer política e planejamento linguístico para a educação superior. Escolher em que línguas ensinar, estudar, publicar e traduzir é escolher uma posição, que é ideológica e também estratégica.

A proporção desigual da pesquisa nas línguas dos países mais e menos ricos tem chamado atenção. Há uma hegemonia nesse campo e ela acompanha a hegemonia política e econômica. São relações de poder que podem ser assim descritas:

Hay toda una serie de estudios que demuestra cómo desde los centros de poder, en especial de la lengua inglesa y los centros científicos en los Estados Unidos, se desarrolla esa dicotomía, una asimetría entre los campos enunciativos, que le asigna el papel de proveedores de materia prima a los mercados secundarios y terciarios, pero rarísima vez acepta, reconoce e incorpora creativamente una posición teórica diferente a la propia que provenga del tercer mundo. (HAMEL, 1999, p. 293)

Uma terceira questão de circulação de conhecimentos, a qual pede atenção às PPLICES, é a da terminologia. A valorização da ciência produzida em uma língua frequentemente pode ser percebida pela

existência de termos locais para trabalhar conceitos científicos e desenvolvê-los a partir do olhar da própria cultura. Forattini, no mesmo sentido, afirma que a terminologia é um caminho importante para fortalecer uma língua no campo da ciência. Segundo o autor, o alcance de uma terminologia original é índice da inovação desenvolvida no âmbito da língua e deve ser reconhecido como sucesso da cultura em que se origina:

Nos casos em que, de maneira autóctone, se alcançou linguagem técnico-científica original e foram estabelecidos os alicerces de determinado campo de conhecimentos, há que se dar à língua a “franquia” que foi conquistada. E isso em respeito ao enriquecimento da cultura do país. (FORATTINI, 1997, p. 8)

Uma pesquisa desenvolvida por Singh (2017) junto a estudantes de pós-graduação na Austrália verificou que, ao ser estimulados a usar todo seu repertório linguístico para produzir suas pesquisas, os estudantes cuja língua materna não era o inglês encontraram maneiras inovadoras de teorizar sobre seus objetos, enriquecendo a metodologia essencialmente monolíngue de sua universidade. Naquele caso, ao qual retornaremos no Capítulo 5, a disponibilidade de recursos linguísticos variados permitiu que os estudantes teorizassem oferecendo ao objeto um olhar totalmente novo.

Assim diversidade linguística pode funcionar na produção e difusão de conhecimento como um recurso que amplia o capital linguístico, valoriza os bens culturais e empodera sujeitos. PPLICES de promoção do multilinguismo podem ser um caminho de democratização do fazer científico e a publicação na própria língua é um meio essencial para estimular o fortalecimento das comunidades científicas locais e regionais.

Tal papel caberá a nós, que fazemos ciência nas línguas do outro lado da linha abissal definida por Sousa Santos (2009), pois “The scientists of the smaller language communities have never had the chance to develop a strong loyalty to their own language, at least not in recent times, since they have always been dependent on some other language for their international communication” (AMON, 2001, p. 351). E é difícil que os falantes das línguas minorizadas desejem cultivar as próprias línguas quando a maioria das vantagens é reservada para os falantes das línguas do centro do sistema. A questão da lealdade de que

fala Amon é delicada pois não é justo exigir do sujeito que faça, sozinho, um movimento contrário ao fluxo do sistema (sempre tendendo ao centro), baseada em um argumento de ordem moral como a lealdade à própria língua. Incumbe a quem faz a gestão da língua promover condições de exercício desta dita lealdade. Por exemplo, visibilizando o capital cultural e científico que aquela língua minorizada contém.

Certas línguas já gozam de reconhecimento como ferramenta de trabalho científico. O inglês é notoriamente uma delas. A dominância do inglês na questão terminológica é tal, e o uso de seus termos já é tão corriqueiro por falantes de português, que o fenômeno ganhou nome — e é por alguns considerado vício de linguagem, chamado “barbarismo” ou “anglicismo”, como ensina Valadares (2015).

De fato, não há no uso corrente da língua portuguesa substituto para termos como, por exemplo, “software”, e inclusive é comum encontrá-los dicionarizados (MICHAELIS, s.a., n.p.) sem uma palavra equivalente em nossa língua. A naturalização do fenômeno talvez não permita que o senso comum se dê conta, mas um olhar político-linguístico pode identificar aí um traço de valorização da cultura anglófona como berço do desenvolvimento de inovações na área da Informática.

The English-speaking nations have at present a greater research capacity than has any other language community in the world. Therefore, they have also the greatest capacity for modernizing (or elaborating) their language. This capacity is even enlarged by the fact that not only the English-speaking countries' own scientists and scholars are engaged in this modernization process but also researchers from numerous other countries for whom English serve as the preferred medium of international communication. It is therefore hardly astonishing, that all other languages trail English in degree of modernization. In this situation, some language communities try to coin as much new terminology for their own language as possible by way of translating from English, with the French probably leading this course of action. Some terminology is naturally also created from within these languages, of which a small portion again finds its way into English. (AMON, 2001, p. 350)

Com essa exposição, esperamos ter demonstrado a emergência de PPLICES como um campo de estudos e a complexidade de seu objeto, sem a pretensão de ter definido limites ou de expor um rol taxativo das possibilidades desse estudo. Entendemos que a ciência e a educação superior são espaços de conflito e desigualdades, mas também de diálogos e avanços, e nessa perspectiva construtiva inserimos nosso estudo. Nos próximos capítulos desta tese, analisaremos algumas das questões que foram levantadas aqui, procurando oferecer contribuições para pensar essas questões que desafiam as PPLICES.

2 A ECONOMIA DAS LÍNGUAS: TENSÕES ENTRE O MERCADO E A EDUCAÇÃO

No Capítulo 1 discutimos PPLICES como um campo de conhecimento com objeto definido e uma problemática emergente. Tangenciamos, naquele ponto, como as questões econômicas influenciam as PPLICES, inclusive (e talvez principalmente) quando essas políticas não são explicitadas e discutidas coletivamente. Nesta seção, vamos analisar a economia das línguas, com objetivo de conhecer melhor como se constituem os mercados linguísticos e como as forças econômicas podem afetar a produção e a circulação do conhecimento científico. Partiremos do princípio de que as línguas são recursos, constituem o que chamamos de capital linguístico e integram o capital cultural de seu povo.

2.1 Mercados e capital linguístico

Nesta seção, procuraremos conhecer o que são mercados linguísticos e como as línguas constituem um capital imaterial. Inicialmente, estabeleçamos que, se cada língua é uma comunidade de falantes, é também uma comunidade de consumidores potenciais.

Um dos autores que descrevem a relação entre línguas e mercado, circunscrevendo a economia das línguas como campo de conhecimento, é Grin (2014). Citando a um artigo dele próprio em coautoria com Vaillancourt, o autor define economia das línguas assim:

[...] language economics refers to the paradigm of mainstream theoretical economics and uses the concepts and tools of economics in the study of relationships featuring linguistic variables. It focuses principally, but not exclusively, on those relationships in which economic variables also play a part. (GRIN; VAILLANCOURT *apud* GRIN, 2014, p. 7)

Segundo ele, a economia das línguas já é um tópico digno de análise no mínimo desde a década de 1990. Naquele momento, relata, muitas políticas linguísticas estavam sendo adotadas no mundo, em função de eventos que transformavam o contexto econômico, mudando

a visão que se tinha sobre as línguas: a queda do Muro de Berlim, o avanço tecnológico das comunicações e a globalização.

Uma das consequências dessas mudanças foi a intensificação das trocas linguísticas entre os povos de diferentes culturas. O retorno da visibilidade de culturas minoritárias ou minorizadas, a escolha das línguas oficiais da União Europeia e uma revalorização das identidades foram alguns dos fatores que comunicaram ao mercado que era preciso dar atenção às línguas em que seriam produzidas e circulariam as mercadorias pelo mundo.

E existem muitas mercadorias que circulam nas línguas (mercadorias não tangíveis, digitalizáveis, conhecimentos...). Por isso, cada língua tem potencial de ser uma plataforma de produção e circulação de valores econômicos. Pois, na economia da contemporaneidade,

A comunicação, assim, lubrifica todo o processo produtivo, de uma ponta a outra, da produção à distribuição-venda das mercadorias no processo de ida e vinda da mercadoria. É a comunicação que permite a bidirecionalidade da relação entre produção e consumo, entre oferta e demanda; e é ainda a comunicação de informações que exige que se reestruture o processo produtivo do modo mais flexível possível, rompendo com qualquer rigidez ligada aos tipos e hábitos de trabalho dos funcionários. (OLIVEIRA, 2010, p. 23-24)

Cada língua em que se pode trabalhar, então, é um recurso. Um recurso que pertence a uma coletividade. A isso chamamos capital linguístico:

The hypercollective nature of a language applies also to its past. One might imagine that all communication leaves a sediment in the form of texts, either in human memory or in physical record of one form or another – written or printed on paper, or recorded in digital form. The totality of these memorized, written, or otherwise recorded texts constitutes the cumulative cultural capital of that language – a capital accessible only through the language itself. This capital is hypercollective in nature, for the simple reason that the more people contribute to it and draw

from it, the more useful the capital becomes for each one of them. Clearly, with the disappearance of a language, the corresponding cultural capital would lose its value. (DE SWAAN, 2010, p. 60)

A ideia de capital é central no tempo em que vivemos, pois nosso contexto econômico é marcado pela dominância do capitalismo e as ideologias neoliberais que o permeiam. Neste sistema, as políticas são norteadas pela busca do lucro e consumo passa a ser sinônimo de sobrevivência. Por envolver poderes tão grandiosos, o capitalismo é fértil para projetos imperialistas:

For Harvey (2005:26), capitalist imperialism is a contradictory fusion of ‘the politics of state and empire’ (imperialism as a distinctively political project on the part of the actors whose power is based in command of a territory and a capacity to mobilize its human and natural resources towards political, economic, and military ends) and ‘the molecular processes of capital accumulation in space and time’ (imperialism as a diffuse political-economic process in space and time in which command over and use of capital takes primacy). (SKUTNABB-KANGAS; PHILLIPSON, 2010, p. 82)

Para o senso comum, pode até parecer que há certa distância entre questões linguísticas e questões econômicas. Mas um olhar político-linguístico revela que são indissociáveis, sendo as línguas diretamente afetadas pelos movimentos globais da economia. Aliás, de acordo com Esperança, essa relação é óbvia:

A análise econômica da língua tem vindo a atrair uma atenção crescente, devida sobretudo ao papel que esta desempenha nos fluxos globais de ideias, pessoas, capitais e mercadorias. As implicações sociais são óbvias e muitos Governos definem políticas que promovem determinadas línguas, interna e externamente, e providenciam aconselhamento e suporte à aprendizagem de outras, encaradas como conhecimento valioso tanto para os cidadãos como para o país. (ESPERANÇA, 2009, p. 2)

Por isso, nesta discussão, buscaremos compreender o valor econômico das línguas e, para que compreendamos o valor das PPLICES que promovam a diversidade linguística, devemos ter claro que é lucrativo investir no multilinguismo:

So far as linguistic neo-imperialism is concerned, the ‘political mode of argumentation’ refers to decision-making, language policy, and planning, whereas the ‘economic mode of argumentation’ refers to the working through of such decisions at all levels, to the implementation of language planning decisions, to the actual use of English in myriad contexts. (SKUTNABB-KANGAS; PHILLIPSON, 2010, p. 82)

Assim como o capital financeiro está (mal) distribuído dentro do sistema capitalista, o capital linguístico está distribuído dentro de um grande sistema linguístico que se divide em subsistemas. Nesse contexto, cada língua tem um lugar, que lhe define um valor, o qual pode ser capitalizado como recurso econômico. De acordo com De Swaan (2010), há uma fórmula que explica que línguas em posições diferentes (periféricas, centrais, supercentrais, hipercentrais etc) têm valores diferentes, que ele chama “O Valor-Q”.

Por esse cálculo, é possível valorar as línguas como recursos econômicos do tipo que não se consome. Assim a língua é um bem coletivo, uma chave para acessar o acúmulo de material cultural e científico registrado naquela língua. Do ponto de vista econômico, poderíamos dizer que as línguas são bens coletivos como a água ou os minérios — com a vantagem de que, ao contrário do meio ambiente, quanto mais uma língua é usada mais vigorosa e forte ela fica.

Oliveira lembra que investir em processos de comunicação e intercâmbio com países estrangeiros numa perspectiva monolíngue, sem cuidado de fazer PPLICES que promovam as línguas nacionais e suas culturas, gera uma relação desigual e superficial, reduzindo os ganhos que a relação poderia trazer para os países que aceitam essa submissão à dominância da língua estrangeira:

Há países, como os escandinavos que, ao receberem estrangeiros, possibilitam que realizem estudos ou façam negócios totalmente em inglês, e que concentraram quase toda sua produção científica em inglês. Essa estratégia, porquanto

permite uma interação imediata melhor com o exterior, acaba por impedir o acesso dos estrangeiros à cadeia da produção cultural e de sentidos do país, tornando a relação mais superficial, e exteriorizando o lucro linguístico, que será captado pelos países de língua inglesa. (OLIVEIRA, 2013, p. 430)

Mas fortalecer uma língua leva tempo e requer esforço (diferentemente de desperdiçar água) e a força econômica das línguas hegemônicas leva os indivíduos ao dilema de escolher entre a língua do cosmopolitismo e a língua local, o que equivale a escolher entre qual capital cultural prefere acessar, promover e preservar. Mas o que é um capital cultural? Vejamos a explicação:

The users of a language share it as a hypercollective good. Having constituted a language community over the centuries, they have gradually accumulated a collection of texts recorded or memorized in their language. Just as every speaker added benefits to all others, every new text increases the collective cultural capital. (DE SWAAN, 2010, p. 65)

Trata-se do acúmulo de conhecimentos, saberes, de discurso naquela língua. Cada falante que aprendeu, usou e passou adiante um idioma contribuiu para que nele fossem guardadas as culturas de seu povo, a história, seu jeito único de experimentar o mundo. Negar a língua é negar a bagagem de conhecimento acumulado por meio dela. Garcés exemplifica, com seu relato sobre como o poder econômico atropelou saberes indígenas e campesinos (“etnosaberes”) na Revolução Verde:

Hace pocos años, durante la triunfante revolución verde que prometía al mundo la abolición del hambre, se negaba el conocimiento de los indios y campesinos ignorantes, en nombre de un cientificismo moderno que se jactaba de objetividad, precisión y veracidad. En nombre de esa negación, las comunidades campesinas e indígenas se llenaron de misioneros del desarrollo que les enseñaban a los indios cómo sembrar, qué semillas usar, cómo aumentar la producción. Hoy,

se sigue negando que el conocimiento de los indios sea conocimiento — a lo más llega a ser saber, o etnosaber —, pero por debajo se usurpa, se roba, se saquea el conocimiento de las comunidades. Los conocimientos de los indios no valen para la legalidad escrita, pero sirven para la acumulación capitalista sin freno. (GARCÉS, 2007, p. 231)

As línguas guardam saberes, que são riquezas, e quando esses saberes são sistematizados e circulam como ciência, essas riquezas são reconhecidas pelos olhares externos como conhecimentos. Dizendo de outra forma, o capital linguístico de um povo é uma riqueza imaterial de seu patrimônio e fazer ciência na própria língua é investir na valorização desse capital. Mas as línguas do centro sabem disso e por isso oferecem resistência a validar a produção da periferia. Quando a voz cujo discurso é altamente valorizado exclui ou invalida saberes de outras vozes, o efeito de invisibilização é muito forte.

Sousa Santos chama a atenção para como o discurso excludente (a que ele chama “pensamento abissal”) da ciência contribuir para a invisibilização do que está fora de seus cânones, daquelas categorias que ela admite como observáveis:

Essas tensões entre a ciência, a filosofia e a teologia têm sido sempre altamente visíveis, mas como defendo, todas elas têm lugar deste lado da linha. A sua visibilidade se assenta na invisibilidade de formas de conhecimento que não encaixam em nenhuma dessas formas de conhecer. Refiro-me aos conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas do outro lado da linha. Eles desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso. (SOUSA SANTOS, 2009, p. 25)

Isso afeta as línguas de modo perigoso porque isolar e invisibilizar uma língua é fazer o mesmo com suas culturas e seus falantes. É não aceitar o valor de seu capital linguístico que, reconhecido ou não, é sua riqueza — uma riqueza difícil de quantificar. Difícil de quantificar, mas não de ranquear. A línguas são fortalecidas, minorizadas ou até extintas em seus sistemas linguísticos a partir da

relevância de seus falantes como consumidores no grande sistema linguístico — o qual, hoje, tem o inglês no centro. O mercado sabe disso. E, como o mercado está sujeito às forças hegemônicas do sistema, ele é organizado a partir de seu centro e de maneira a levar todos os recursos do sistema para o centro.

No mercado das atividades científicas, o centro é ocupado majoritariamente pela anglofonia, como detalharemos no Capítulo 3. Isso explica por que, na ausência de PPLICES, tende a vigorar uma política linguística de favorecimento do inglês, que é a língua hegemônica do nosso tempo.

Skutnabb-Kangas e Phillipson (2010, p. 80) explicam que promover a homogeneização cultural e linguística é um meio eficaz para promover um consumismo intenso em âmbito global. Por exemplo, se as pessoas falam, leem, ouvem músicas e assistem filmes na língua inglesa, é fácil transformá-las em consumidoras de produtos culturais da anglofonia.

O culto à juventude, por exemplo, é uma das estratégias de homogeneização global do mercado de consumidores. Pelo menos desde a metade do século XX, ser jovem no mundo ocidental é valorizado como muito positivo. Muitas indústrias são beneficiadas por esse paradigma, sobretudo aquelas ligadas ao universo da saúde e da estética. Envelhecer é altamente indesejável e, portanto, qualquer produto que ajude a parecer ou sentir-se mais jovem é desejado pelo mercado.

E o que é ser jovem? Nesse paradigma da homogeneização, juventude é sinônimo de ser americanizado: entre outras coisas, é preciso falar inglês, vestir-se como os jovens dos filmes americanos, consumir bens culturais em língua inglesa (cinema, música, séries de TV, alimentos e bebidas etc.). Mas Skutnabb-Kangas e Phillipson, (2010, p. 81) problematizam essa ideia. Segundo os autores, é só mais uma estratégia de homogeneização porque acreditar no inglês como língua franca dos jovens é ignorar, por exemplo, a existência das muitas línguas francas da Europa. O que queremos dizer é que as políticas para línguas na ciência não necessariamente se amparam só em iniciativas no campo da ciência. As hegemônias se estabelecem quando são exercidas em muitas esferas — cultura, mídia, política, economia etc.

Da mesma forma, seguem afirmando os autores, que falar no inglês, ou qualquer outro idioma, como “a” língua franca do mercado é deixar-se levar pelo fato de que esse discurso interessa ao mundo corporativo dos Estados Unidos e tudo que ele incorpora. Ou seja, essa devoção ao monolinguismo do inglês é uma submissão às forças de um mercado, antes de ser uma característica natural do sistema. Os produtos

que consumimos (ou desejamos) chegam ao nosso conhecimento por consequência de uma estrutura muito complexa e sustentada por poderes econômicos dominantes. E assim também se dá com o conhecimento científico, que é mais um tipo de conteúdo que pode ser vendido para um público interessado.

É homogeneizando o público, que o capitalismo maximiza seus lucros: um mesmo produto é objeto de desejo de consumidores de todo o globo terrestre, e uma mesma base de dados científicos pode ser consultada em todo o planeta, com o mesmo grau de confiabilidade de qualquer produto de boa reputação no mercado. É preciso compreender que quem ocupa o centro do mercado sempre conduz os consumidores a buscar o centro do mercado, desejar os bens que ele oferece.

Quando os consumidores estão dispostos a buscar esses bens, basta viabilizar a entrega e a produção em massa e estará garantida a demanda pela mercadoria. Se a mercadoria for conhecimento — que gera lucros para a indústria, patentes, medicamentos, etc. —, mais perfeito é o produto ainda: a ciência é um produto imaterial, digitalizável. O único veículo para entregá-la ao consumidor são as línguas e qualquer plataforma digital permitirá que o consumidor a acesse instantaneamente.

Então é compreensível que a língua hegemônica tensione o mercado para um monolinguismo que a favoreça. Há, porém, mais uma questão a ser observada aqui. Na lógica capitalista de oferta e procura, quando se homogeneiza a oferta é normal que se desvalorize o produto, gerando um interesse do próprio mercado pelas mercadorias mais raras, que guardam singularidades em relação aos produtos de massa. Assim também com o conhecimento científico: há demanda por ciência e educação superior em todas as línguas e sistemas linguísticos. Não só no grande sistema que se organiza em torno do inglês. Ou seja, há mercado para produção e circulação da ciência no âmbito global mas também há mercados para as línguas locais e regionais. E, de um ponto de vista econômico, também são mercados interessantes para instituições que queiram ganhar relevância com suas atividades de ensino e pesquisa. Desta maneira, embora as políticas linguísticas para circulação e produção da ciência hoje estejam cedendo à pressão do monolinguismo, nossa tese aqui é que a estratégia mais eficiente é outra. A verdadeira riqueza está na diversidade.

O que ainda está por ser percebido pelo senso comum, mas não passa despercebido ao campo das PPLICES, é que línguas minorizadas ou minoritárias são também mercados consumidores. E nem todos os fornecedores têm estrutura ou interesse em atender mercados globais.

Por isso essas políticas e planejamento linguístico deveriam contemplar, junto com a inclusão no universo anglófono, a promoção de redes entre línguas de um mesmo sistema. E podem ser essas redes de fluxo não apenas de conhecimento científico mas também de mercadorias e valores. As línguas, afinal, como espaços de circulação de valores econômicos, são bens em si mesmas:

This touches upon the very core of the political economy of language, a speciality so far hardly developed. Since a language has utility, it constitutes a good in the economic sense. But what sort of good? First, language is not consumed by being used. On the contrary, the more people use it, the better it serves each one of them. Language is freely accessible to all – no price can be exacted for using it. Moreover, it cannot be created by one person alone, and not everyone needs to collaborate in order to create or maintain it (so no one has a veto). These characteristics define a language as a collective good. (DE SWAAN, 2010, p. 59)

Cabe, então, questionar: quanto vale uma língua? Qual o retorno de se investir no aprendizado de uma língua adicional? Que significa para um Estado ou instituição, do ponto de vista econômico, adotar uma política de promoção do multilinguismo? As respostas para essas perguntas revelam quanto a autoridade percebe do potencial econômico de sua cultura diante do contexto global. Afinal, “Uma teoria sobre o peso das línguas é um instrumento para analisar e formular políticas linguísticas tendo por base a situação de uma língua dentro de um mercado linguístico, em comparação com outras línguas que se posicionam dentro de um mesmo mercado” (OLIVEIRA, 2010, p. 21).

Além de serem elas próprias bens com valor, as línguas são afetadas pela situação econômica do grupo a que pertencem. As PPLICES portanto devem ser e são vinculadas à situação econômica de seu povo. Nessa questão, Grin descreve o vínculo entre a economia e as políticas linguísticas:

There are many ways in which economics helps. At a general level, they are well-known to economists, and usually hinge on two aspects: the first is the intrinsic relevance of economic

variables and processes to most aspects of human experience and some, in line with Becker (1976), would claim that this applies to all of them. The second is the fact that the fundamentally economic approach enshrined in policy analysis is relevant to decision-making in LPP just as it is in other public policies in areas such as health, transportation or the environment. (GRIN, 2014, p. 15-16)

Uma língua perde valor, vai sendo marginalizada, por exemplo, quando os falantes não têm condições de acessar postos de trabalho de prestígio por meio dela. Isso é facilmente visualizado observando o mundo em que vivemos: escolas de inglês como L2 são numerosas, enquanto escolas de outras línguas, até com status de oficiais (como Libras) são raras ou inexistentes na maioria das cidades do Brasil. Skutnabb-Kangas e Phillipson (2010, p. 84) elencam algumas das condições que afetam o valor das línguas: isolamento das comunidades de falantes, disponibilidade de trabalhos sem que seja preciso migrar ou aprender outro idioma, existência de recursos que interessam aos estrangeiros no território de uma língua, estigmatização e invisibilização das línguas.

E essa reflexão pode ser definitiva para uma cultura ou Estado prosperar na contemporaneidade. Com a superação dos binarismos que marcaram a modernidade, o século XXI vem apresentando à humanidade o desafio de se perceber como planeta. Depois da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, e o advento dos direitos humanos, fica cada vez mais evidente nossa identidade como humanidade.

Os nacionalismos já não servem mais como paradigma porque as fronteiras entre culturas estão difusas. O século XXI é o tempo da comunicação, da troca, do contato com a diferença. E esse declínio do nacional nós podemos verificar, entre outros sinais, pela grande resistência ao novo que vem marcando a década de 2010, uma reação das ideologias mais conservadoras à tendência de valorização da diversidade e das singularidades. Tomemos como grande exemplo disso a contradição de se eleger democraticamente figuras com discursos nacionalistas e autoritários, como o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

É compreensível a reação. O nacionalismo representou segurança para os Estados e suas economias durante muito tempo. Na era da

internet e dos direitos humanos, porém, a nova linguagem é a da solidariedade. E a grande questão que os povos têm de saber responder é: quem somos nós no contexto global e como podemos contribuir para o avanço da humanidade?

Baseados nos paradigmas mais conservadores, constituídos por anos de nacionalismos, capitalismo, individualismo e foco total no lucro econômico, parece que, para muitas pessoas, a resposta mais vantajosa é: “somos norte-americanos!”. Mesmo que para isso seja preciso emular o *American way of life* em plena América Latina, por exemplo. Mas essa resposta é frágil.

Hoje sabemos que a riqueza está em aprender a língua do outro para mostrar a ele quem somos e não para nos igualarmos a ele. Nesse sentido, Oliveira analisa:

O contexto de como se dá o lucro na nova economia e como se processam os ganhos de produtividade parece mostrar que não só o novo capitalismo autoriza o funcionamento da produção em muito mais línguas, porquanto quer conquistar os mercados de consumo nestas línguas como até exige esta produção em um número crescente de línguas, dentro do lema: “para toda a produção um consumo, para todo o consumo uma produção”. Ainda que os mercados nestas línguas sejam relativamente menores, trazem a possibilidade de colocação de produtos para os quais os grandes mercados estão saturados. Não se pode aumentar indefinidamente a produção de bens culturais em língua inglesa: o que levou ao seu limite superior e, portanto, ao esgotamento a produção de bens materiais no tempo do fordismo acabará levando ao esgotamento da produção de bens imateriais em uma única língua, isto é, dentro de um único mercado. Mas há muitos mercados outros mercados a serem conquistados, e que se estruturam em outras línguas. (OLIVEIRA, 2010, p. 25-26)

O planejamento linguístico é um recurso para lidar com essa delicada questão de posicionar as línguas no mercado com equidade. Afinal, a valorização de um bem não é um evento espontâneo, senão resultado de um investimento em sua marca, divulgação e aceitação pelo mercado. Quando o bem em questão é uma língua, a maneira de

promover e inserir esse capital linguístico no mercado é por meio de planejamento. Quando o mercado em questão é o da ciência, temos a demanda pelas PPLICES. Formular as políticas e o planejamento, implementá-los, é uma tarefa complexa e entendemos que só é viável cumpri-la tendo um olhar econômico, analisando as pressões exercidas pelo mercado de trabalho sobre a educação.

Importante registrar que não defendemos a submissão das PPLICES ao mercado, pelo contrário, nossa proposta é de políticas que protejam a diversidade linguística das tendências ao monolinguismo que ao mercado interessa. Mas, como ensina Grin, a ideia de que cada língua tem um valor só faz sentido se entendermos o mercado como referencial para essa atribuição de valor:

The existence of substantial rates of return to foreign language skills bears witness to the fact that, unless we assume the labor market to be fundamentally dysfunctional, they contribute to value creation. However, surprisingly little is known about how this contribution actually comes into existence. Economics, from a fundamental microeconomics or possibly from an industrial organization perspective, is best placed to make progress in our understanding of this process of value creation. (GRIN, 2014, p. 19)

A inserção não é natural nem automática, cada língua deve ser preparada para poder se inserir no mercado linguístico de modo adequado. Línguas estão nas ferramentas de busca, nos tradutores automáticos, nos mapas, nos bancos de produção científica — cada uma com suas especificidades, seus caracteres especiais, seu capital cultural.

Pool (2010) aponta que o avanço das tecnologias de comunicação e informação pode contribuir para dois fenômenos: a) a interatividade em âmbito global; e b) a preparação das línguas. Quando se investe apenas no primeiro, a consequência é a homogeneização linguística. Quando o foco está no segundo, promove-se a diversidade.

Do ponto de vista de PPLICES, como se pode agir? Trabalhando com estratégias de promoção da presença das línguas na ciência. Não se trata de evitar a produção de circulação de conhecimento na língua hegemônica, pelo contrário. O inglês é a língua da visibilidade hoje e é preciso lidar com esse fato e tirar proveito do acesso a essa língua, reconhecer a legitimidade dos interlocutores com quem ela nos põe em contato.

Trata-se de incluir também as outras línguas nos espaços de visibilidade. Isso, ensina Pool (2010, p. 145), requer que se considere a valorização das línguas como um investimento econômico. É o que chama de compensação ecolinguística, uma ação que ajuda na manutenção e valorização das línguas e suas culturas dentro do sistema e consiste em: “Design mechanisms to internalize the benefits of low-density language cultivation. This strategy would give financial support to those who keep their native languages alive and vibrant” (POOL, 2010, p. 145).

Ainda, é preciso ter em mente que a educação superior é uma modalidade da educação profissional, ou seja, forma para o mercado de trabalho. Por essa mesma razão, está sujeita às pressões que vêm dele, muitas vezes oficialmente em forma de documentos e políticas de governo; e em outras vezes percebida individualmente pelos indivíduos que observam, empiricamente, que línguas devem conhecer para se valorizar como trabalhadores. Como ensina Esperança (2009, p. 9), os estudantes e pesquisadores observam a “[...] evidência clara de que o conhecimento de línguas se encontra correlacionado com a probabilidade mais elevada de arranjar emprego ou com o salário médio”.

De Swaan também nos lembra, sobre essa questão mercadológica, que aprendizado de línguas e tradução de textos são dois processos que custam tempo e dinheiro. E esses são custos impostos a quem tem uma língua de periferia como L1, nunca aos nativos do centro. Reconhecer que as línguas têm um Valor-Q diferente nos permite lidar com a realidade de que há desigualdade entre as culturas no cenário internacional (e local), e assumir esse fato é um caminho para promover a convivência harmoniosa, não predatória, entre línguas diferentes, com pesos diferentes, cada uma com sua cultura e sua história.

É preciso assumir que uma das maiores barreiras — se não a maior de todas — para a implementação de uma política linguística que valorize o multilinguismo em um Estado ou instituição é a assunção da democracia e da solidariedade como elementos a se promover dentro de seu âmbito. Esta não costuma ser a postura usual. Aqueles que ocupam a posição de autoridade dificilmente se empenham em promover a igualdade entre os indivíduos que compõem o grupo que lhe é subordinado. Usar o poder para valorizar línguas e culturas, do ponto de vista da manutenção de poder, pode ser visto como empecilho.

A diversidade linguística, sem dúvida, tem um preço, como todos os bens. Ter um cenário multilíngue num país, por exemplo, requer que

se invista em um sistema educacional capaz de acolher essa diversidade. Pensando só no ensino de línguas, o multilinguismo pede professores capazes de ensinar nas línguas maternas, materiais didáticos adaptados à realidade de cada comunidade linguística e escolar, formação de recursos humanos para trabalhar nessas escolas e dialogar com as famílias. E muito mais. Skutnabb-Kangas e Phillipson (2010, p. 90) comentam a diferença entre pensar nesse custo (ou investimento) de um ponto de vista moral ou de um ponto de vista de bem-estar.

Para o mercado, essas duas posições são muito diferentes. Parafraseando e dialogando com os autores, do ponto de vista moral, a questão que eles propõem é: por que alguém manteria uma língua? Por que é “bom” preservar uma língua e “ruim” deixá-la se extinguir? Ora, dizem, mas essas questões não interessam ao mercado! Não é da lógica capitalista investir na preservação de alguma coisa porque é boa. Já do ponto de vista do “bem estar”, no entanto, a diversidade linguística é valorizada pelo mercado, porque caracteriza um recurso.

Ao mercado interessa preservar recursos. Assim, do ponto de vista estritamente liberal — ainda que não seja este nosso ponto de vista nesta tese — desenvolver PPLICES para o multilinguismo é investir em manutenção daquilo que faz a sociedade viver melhor, sobreviver, fortalecer-se, prosperar. Um discurso de bem-estar sobre as línguas minoritárias, dizem Skutnabb-Kangas e Phillipson (2010, p. 93), trata de quantificar o valor das línguas e identificar quem são os vencedores e perdedores do multilinguismo. E, como vimos, na diversidade linguística os perdedores são sempre os que estão exercendo hegemonia.

Quem ganha com o monolinguismo contemporâneo? O inglês. Quem ganharia com a valorização da diversidade? Todas as outras línguas do mundo. Assim é que, para debater de modo propositivo, é importante trazer sugestões que dialoguem com essa linguagem mercadológica:

If the fate of research-based suggestions for the education of IM children is decided by market-value-based laws, both formalized and non-formalized, then the human rights, including LHRs, of IM people(s) do not stand a chance – unless the rights are formulated in terms of cost-benefit analyses that show the economic market value both of granting these rights and of mother-tongue medium education. If even human rights law is a ‘marketable commodity,’ we, as researchers, have to discuss whether and how it is

possible to market 'our commodity' more effectively and efficiently while keeping our integrity. (SKUTNABB-KANGAS; PHILLIPSON, 2010, p. 94)

Enquanto o currículo oculto do paradigma neoliberal trata de formar e fortalecer o mercado consumidor, no paradigma dos direitos humanos o currículo oculto trata de questionar o tempo todo qual o efeito do conteúdo que está sendo ensinado no contexto da humanidade, da coletividade.

Estados-nação e organizações mundiais, como o Banco Mundial partilham o interesse de criar nas mentes dos alunos um paradigma industrial e consumista que sustente as suas interpretações dos acontecimentos mundiais. Quando, em estados-nação fortes como Singapura e Estados Unidos, funcionários do governo falam em ataques ao modo de vida da nação, referem-se, normalmente, a ataques à competência das pessoas para trabalharem para o consumo de bens. O paradigma industrial e consumista resulta na avaliação, por parte dos alunos, de acontecimentos mundiais segundo os seus efeitos sobre o crescimento económico e a oportunidade igual de consumo. O currículo oculto das escolas consiste na transmissão de um paradigma industrial e consumista aos alunos. (SPRING, 2004, p. 72-73).

Indivíduos empoderados, exercendo autoria e professando seu próprio discursos em sua própria língua dificilmente contribuem para a continuidade do estado das coisas. Vejamos um exemplo. Falando sobre línguas minoritárias, em especial sobre o caso das línguas de sinais, os autores a seguir elencam dois motivos pelos quais até mesmo estatísticas sobre esses grupos são questionáveis:

Most of the figures for speakers/signers and for 'native speakers,' second language users, and so on are seriously unreliable for two main reasons: one is conceptual, the other is economic-political. First, the whole concept of 'a language' is unclear. What has been seen as one language can 'become' several languages, either fast, because of political

machinations [...], or over time [...]. The borders between ‘languages’ and ‘dialects,’ and between one language and another, are sociopolitical constructions. [...] Secondly, census and other data about languages, mother tongues, first languages, competence in various languages, and so on have never been reliably collected except for small sub-samples of various populations. It might be possible to do it, but that would require economic investment, conceptual clarification, and training. Besides, with reliable figures, demands for language-based services from governments might grow considerably, and not all governments are interested in offering them. (SKUTNABB-KANGAS; PHILLIPSON, 2010, p.78-79)

Como vemos, volta-se ao argumento econômico. A valorização das línguas é uma consequência de investimentos e a escolha sobre os investimentos é o que se chama “política”. O mercado linguístico das línguas de sinais, no exemplo acima, é pouco conhecido porque há pouco investimento em pesquisa sobre ele. Com poucas informações sobre esse mercado, rareia a oferta de produtos nessas línguas. Esta é a maneira como as políticas linguísticas (ou sua ausência) têm sido feitas e o resultado, como temos demonstrado neste texto, é uma distribuição desigual de poder, a invisibilização de conhecimentos e o desperdício de um mercado potencial para o conhecimento científico e os produtos que ele origina por meio da inovação.

Pool (2010) afirma que produzir textos em uma língua é o que a fortalece no sistema linguístico. A isso acrescentamos: ser lido é igualmente importante. As línguas nas quais se produz conhecimento não podem ser escondidas por uma paisagem monolíngue que cobra um pedágio dos não nativos do idioma para poderem existir no campo da ciência — pedágio esse cobrado por meio do investimento em aprendizado de L2, de tradutores, de desenvolvimento de tecnologia para tradução automática etc. As políticas para diversidade linguística são estratégias de manutenção e aumento do capital linguístico. Um meio de enriquecimento de um povo, totalmente coerente com o momento histórico que vivemos no século XXI.

Abrir mão de usar a própria língua, então, é abrir mão de capital cultural. Não há sentido em substituição de línguas: aprender uma língua dominante para acessar os conhecimentos do centro não precisa ter

como consequência o abandono da língua nativa. Por outro lado, não se pode contar com apenas a força de vontade dos falantes para a manutenção de uma língua. Assim explica De Swaan:

However, at this point other considerations may become predominant: with the surrender of the indigenous language, the corresponding collective cultural capital becomes increasingly inaccessible. Either the texts must be translated into the dominant language, or the collective cultural stock is lost. In this case the individual cultural capital, predicated as it is on the collective capital, must be written off. (Of course, the new speakers of the hegemonic language acquire access to the collective cultural stock of their new language community in the process, and they may well consider this to be an adequate compensation for their loss). Since it usually does not pay for someone to translate endogenous texts into the hegemonic language on one's own, a collective effort for cultural conservation must be made by the members of the language community in dissolution. But those who speak and act for this disbanding language community will most likely prefer to salvage the language not by translating its heritage, but by preventing the members of the community from deserting it in the first place: they will insist that a collective effort should be made to maintain the idiom, even if only as a second language. There will be pressure upon adults to continue to use it and upon children to go on learning it as their parents did. Clearly a community with an effective coordinating agency, for instance a political authority of its own, is in a much better position to impose its policies than a collectivity that must rely on voluntary compliance. (DE SWAAN, 2010, p. 67)

O caso das línguas indígenas do exemplo de De Swaan é ilustrativo da relação entre poder econômico e diversidade linguística. Indivíduos falantes de línguas periféricas serão levados, por inércia, a acessar a língua do centro. Na língua do centro circulam os maiores valores, ali será possível acessar todos os bens que são valorizados no sistema: melhores trabalhos, entretenimento, moda, educação,

conhecimentos científicos mais atualizados etc. Isso significa melhores condições de existência e, portanto, os indivíduos da periferia investem seus recursos nisso.

Também na língua periférica, há muitos conhecimentos e saberes. Como todas as línguas, guarda em si um capital cultural valioso e único. Mas é um capital diferente do que se valoriza no centro do sistema. Ou seja, não tem a mesma visibilidade e nem interessa ao sistema que tenha, pois ofereceria uma concorrência indesejada se de repente se tornasse atraente o discurso que circula naquela língua. Assim é que há muito menos investimento em visibilidade, ensino de línguas, traduções para as línguas não hegemônicas. Por essa razão é que se fala em políticas linguísticas. Concordando com De Swaan, a promoção das línguas é papel das autoridades, não dos indivíduos – ainda que seja importante que os indivíduos tenham consciência sobre a importância do fortalecimento de suas línguas.

E justamente as autoridades de muitos países têm se dedicado à questão das línguas com maior centralidade. Com os limites cada vez mais difusos entre as culturas, torna-se imperioso que os Estados optem entre o monolinguismo ou a diversidade. Ou seja, demandam-se políticas linguísticas. Já em 2010, Oliveira registrou o movimento de elaboração e implementação de políticas linguísticas que tem se dado desde então, no mundo todo, impulsionado pela globalização e pela revolução das comunicações na virada do século XXI. Esses movimentos político-linguísticos são assim descritos pelo autor:

Há uma nova pressa e vários países agem com rapidez. Países que nunca trataram da questão das línguas apressam-se em elaborar programas. Países que tradicionalmente são ‘clientes’ de políticas linguísticas vindas de fora apressam-se em formular seus próprios delineamentos. Oficializam-se novas línguas, reformam-se os sistemas de ensino de línguas estrangeiras, novas línguas lutam para entrar nos *curricula*, novos e grande bancos de dados de línguas são montados e financiados. De repente a questão de formação de professores de línguas é capaz de mobilizar de modo novo, e se coloca no centro de disputas de hegemonia. Certificados de proficiência novos são criados, apoiados em novas estruturas de financiamento e divulgação. Acordos ortográficos se tornam realidade depois de tantos anos de

espera e indecisão. Não é por acaso que a UNESCO declarou, em 2008, que ‘As línguas importam!’ através do Ano Internacional das Línguas, que chamou a atenção para vários fenômenos do nosso tempo, como por exemplo a perda ou extinção de línguas. Todos estes são sintomas de que as línguas passaram a ocupar um novo lugar na sociedade. Tornou-se obsoleto de repente uma das mais tradicionais bandeiras do Estado-Nação: um país, um povo, uma língua. (OLIVEIRA, 2010, p. 21-22)

No contexto em que publicamos esta tese, quase uma década depois, ainda assistimos a movimentos como os descritos por Oliveira. O processo segue em andamento e, em nossa visão, ainda há muito que avançar. Os Estados e as instituições ainda estão se dando conta da demanda por políticas linguísticas e da relevância de promover o multilinguismo. Dentre as forças que influenciam esses movimentos, destacam-se as demandas do mercado que pede comunicação e inovação — a que também podemos chamar produção e difusão de conhecimento. Avaliamos que o paradigma nacionalista a que se refere Oliveira está em crise, descendente, mas ainda sobrevive e com considerável fôlego.

Observamos com especial força esse discurso no Brasil onde, depois de tantas políticas de afirmação do português como língua nacional⁸, a confusão entre língua e pátria ainda é grande. No campo das PPLICES, no Brasil, vemos uma grande ênfase no ensino de português como L1 e de inglês como L2. Iniciativas minoritárias têm se dedicado à promoção de português como L2 para estudantes estrangeiros em mobilidade no país, por exemplo.

Nesse momento atual de elaboração das política linguísticas em geral — e, em especial para nossa discussão, de PPLICES —, o critério econômico é um fator importante. Sem incentivos em contrários, os indivíduos por vontade própria investem no aprendizado da língua dominante, a língua do mercado de trabalho. Um resultado disso é um cenário paradoxal no qual a língua mais valorizada não é a que tem mais falantes, mas a que concentra mais Valor-Q, ou seja, mais poder econômico. Veja-se a explicação:

⁸ Mais sobre essas políticas de repressão da diversidade linguística no Brasil em Campos (2006) e Oliveira (2009).

In the course of the twentieth century, English has become the hypercentral language of the world language system. Even if there are languages with more speakers, such as (probably) Mandarin and Hindi, English remains the most central one, on account of the many multilinguals who have it in their repertoire. This has nothing to do with the intrinsic characteristics of the English language; on the contrary, its orthography and pronunciation make it quite unsuitable as a world language. It is a consequence of the particular history of the English-speaking nations and of reciprocal expectations and predictions about the language choices that prospective learners across the world will make. Even if the hegemonic position of the US were to decline, English would continue to be the Language Systems hub of the world language system for quite some time, if only because so many millions of people have invested so much effort in learning it and for that very reason expect so many millions of other speakers to continue to use it. (DE SWAAN, 2010, p. 73)

Além dessa dedicação das pessoas em se incluir na anglofonia por força do mercado, governos e instituições também se movem nessa direção. Oliveira (2010, p. 25) exemplifica como as políticas linguísticas da lusofonia, tais como o Acordo Ortográfico, só se viabilizaram quando foram percebidas como uma adequação para trabalhar de modo mais funcional no mercado linguístico do português.

Sob o argumento de otimizar investimentos e obter resultados rápidos no mercado, é comum que se levantem vozes contra as políticas linguísticas de promoção da diversidade no campo da produção e difusão de conhecimento. Há uma falha nesse raciocínio, porém, que é equiparável ao raciocínio predatório de quem depreda recursos naturais para enriquecer rapidamente. Os recursos se esgotam quando a diversidade natural é extinta e com as línguas acontece o mesmo processo de extinção. E o conseqüente empobrecimento de quem antes detinha o recurso. Pool (2010, p. 147) avalia que o mundo tende ao que chama de, em tradução nossa, “globalização panlinguística”, um resultado da globalização sobre as línguas do mundo, cada vez mais em contato. Isso tanto poderá ser um quadro de grande contato entre as diferentes línguas quanto uma generalização do monolinguismo da hegemonia, engolindo as línguas periféricas.

A definição por um resultado ou outro se dará conforme a intervenção que os Estados estiverem dispostos a fazer em defesa de suas línguas. Pool (2010) ainda problematiza os argumentos contrários à diversidade, lembrando-nos de que as dúvidas emergem quanto a investir na diversidade porque esse multilinguismo seria um resultado nunca experimentado antes, uma maneira nova, diferente de olhar para as línguas em termos históricos. No mesmo sentido, Grin observa que é preciso abrir-se para novas formas de pensar a economia para compreender o papel das línguas nos mercados:

Economics has to prove its worth to practitioners of other disciplines and in order to do so, applications to language provide a particularly challenging relevance test. The reason is that language – and languages – cannot easily be formatted so as to fit into economic modelling. For the economics of languages to make sense, we need a well-grounded sense of what language is, so that its operationalization as a variable in economic modelling does not relegate economic propositions to triviality or irrelevance. (GRIN, 2014, p. 3-4)

Será preciso, então, olhar para as línguas, valorá-las, compreender o que representam como capital linguístico e investir em sua preservação e promoção — por meio de traduções, por exemplo. É um exercício de atualização da maneira de pensar e de existir, compreendendo que a economia global de hoje tem uma característica inédita na história, o que demanda novas maneiras de pensar. É momento de abrir mão de binarismos, de preconceitos. Assim se poderá investir na valorização das línguas no mercado da ciência. E será que esse investimento terá mesmo retorno? Parece que sim, vejamos o caso de sucesso dos investimentos feitos na promoção do inglês em momentos passados:

When English increasingly occupies territory that hitherto was the preserve of national languages in Europe or Asia, what is occurring is *linguistic capital accumulation*, over a period of time and in particular territories, in favor of English. When Singaporean parents gradually shift from an Asian language to the use of English in the home, this

represents linguistic capital accumulation. If users of German or Swedish as languages of scholarship shift to using English, similar forces and processes are at work. When considering agency in each of these examples, the individuals concerned opt for the neo-imperial language because they perceive that this linguistic capital will serve their personal interests best, in the false belief that this requires the sacrifice of their own language. When language shift is subtractive, and if this affects a group and not merely individuals, there are serious implications for other languages. If domains such as business, the home, or scholarship are ‘lost,’ what has occurred is in fact *linguistic capital dispossession*. (SKUTNABB-KANGAS; PHILLIPSON, 2010, p. 82)

Investir em PPLICES pela valorização do local, junto com a inserção no global, então, é estratégico para transformar esse esforço em lucro futuro. Esse esforço em garantir às instituições visibilidade no mercado internacional tem uma dimensão econômica, de pensar a educação como um produto cuja marca precisa ser conhecida para garantir que seja consumida. O mercado sabe, como vimos, que as línguas e as culturas são capital de seu povo. Justamente por isso, a educação e a cultura são meios de exploração de mercados, pois “El entorno relacional es fundamental para proyectar internacionalmente a la universidad. Las actividades culturales son uno de los caminos y debe aspirarse a proyectarse como una universidad de calidad, con una marca propia” (SEBASTIÁN, 2011, p. 6).

É fundamental pensar as línguas no campo da ciência como um meio de existência em um mercado. De fato, estamos propondo uma perspectiva nova, mais atualizada em relação ao que se tem feito de políticas linguísticas no campo da ciência até agora. Mas lembremo-nos de que também este momento histórico é inédito e será preciso inovar para sobreviver. É hora de reorganizar, como se vê:

Estes permanentes rearranjos dos mercados linguísticos, dados pela mudança rápida de contextos para o ingresso e a permanência das línguas nos circuitos de produção, seja em espaços sub-nacionais, seja no âmbito dos países, seja nos novos blocos econômicos e políticos, nos permitem entender melhor as políticas linguísticas

em curso e direcionam nosso olhar para o que poderíamos chamar de reposicionamento dos centros de gestão de língua. Este reposicionamento dos agentes político-linguísticos decorre da necessidade de estarem atentos para perceber os contextos altamente mutantes e as oportunidades altamente fugidias para a manutenção ou ampliação dos âmbitos de uso das línguas. (OLIVEIRA, 2010, p. 25)

Um dos meios de reorganizar-se no contexto, que vem sendo amplamente adotado por instituições no mundo todo, inclusive no Brasil, é a internacionalização das universidades. No próximo capítulo, falaremos sobre o processo de internacionalização das universidades, um movimento em resposta à globalização da economia que marca nossa época. Mas, antes dedicaremos a uma reflexão sobre uma consequência desse condicionamento do mercado sobre as PPLICES: o ranqueamento da produção científica no mundo.

2.2 Os rankings e a métrica da relevância

Os rankings internacionais são listas que valoram as universidades e suas publicações/produções, com objetivo de sinalizar para o mundo o que é considerado relevante e quem é considerado produtivo no campo da produção e difusão de conhecimento. Nesta seção vamos analisar como o ranqueamento da produção e circulação do conhecimento, e da educação superior afeta as PPLICES e pressiona Estados e instituições a contribuir para a manutenção da hegemonia da língua do centro.

Muitos são os critérios adotados por diferentes atores desse processo de ranqueamento, todos buscando encontrar a métrica que vai quantificar de modo definitivo a relevância da ciência que cada ator faz. E a circulação de poderes na escolha de critérios é explícita e passível de problematização. Afinal, como se constroem esses rankings? Quem legitima os ranqueadores a valorar a produção de conhecimento do mundo? Por que a língua inglesa é onipresente nas instituições e publicações mais bem avaliadas?

Uma das respostas para essa questão de legitimidade é que os rankings oferecem uma informação considerada confiável tanto por estudantes quanto pelo mercado, que interage com as universidades tanto como empregador como quanto parceiro de pesquisa:

São múltiplos os usuários que se utilizam dos dados oficiais que categorizam as instituições universitárias por ranqueamento. As próprias organizações universitárias evidenciam a preocupação com os resultados dessas publicações, uma vez que a ocupação de uma vaga privilegiada em qualquer ranqueamento pode significar maior notoriedade e ganhos no prestígio institucional, expansão da procura por parte de estudantes nacionais e internacionais, facilidade de captação de recursos para financiamento de pesquisas e doações. Os estudantes de graduação e pós-graduação, seus pais e familiares usam dessas publicações como referência para a escolha da instituição de maior prestígio para a formação acadêmica e inserção profissional. Os docentes também têm utilizado esses instrumentos para guiá-los em seus respectivos processos de escolha de pós-doutorado e desenvolvimento de projetos de pesquisa multicêntricas e interinstitucionais. Além disso, outros usuários que recorrem às publicações dos ranqueamentos são os representantes do governo, investidores privados e do ramo industrial, fundações privadas, entre outros. (MOURA; MOURA, 2018, p. 214)

Os mesmos autores seguem informando que até os governos, para elaborar suas políticas relativas à educação superior, guiam-se por essas listas. Na verdade, uma universidade pública que busque financiamento para pesquisa em seu próprio país deve se preocupar com sua posição no cenário internacional:

Vale ressaltar que os governos recorrem ao sistema de ranqueamento com a finalidade de selecionar universidades e programas para destinar linhas de financiamentos e incentivo a pesquisas. Assim, o que se percebe é a formação de uma rede de atores que estão se relacionando econômica e profissionalmente com esses instrumentos, criando uma possível indústria mundial de ranqueamentos, mais precisamente, um sistema de classificação de reputação em escala regional, nacional e global. (MOURA; MOURA, 2018, p. 214)

Temos discutido os efeitos que a economia tem sobre as PPLICES, uma vez que as instituições de pesquisa guardam uma relação muito íntima com o mercado de trabalho. E essa lista trazida pelos autores nos ajuda a problematizar esse ponto. Que o mundo globalizado tenha referências para comparar instituições de educação superior é questionável, mas podemos compreender que haja uma assunção de critérios e que ela privilegie os países que exercem hegemonia no mundo. Mas que os países mais distantes do centro da hegemonia — caso do Brasil — se submetam a essa pressão, replicando os critérios nas políticas internas, é uma postura de contribuir para a continuidade do problema.

Muitas vezes, essas pressões que o mercado faz sobre a educação e a ciência se exercem com violência, contradizendo valores importantes para a cultura local em nome da inclusão dos sujeitos no centro do sistema mundial. Por exemplo,

Uma vez mais, se Huntington estiver certo, os objectivos neo-liberais de usar as escolas principalmente para formarem os trabalhadores para os mercados livres baseados na competição individual não prevalecerão no mundo. É difícil conceber que as escolas sob o controlo Islâmico abandonariam os ensinamentos da moralidade Islâmica para dar lugar a uma doutrina económica secular. É, igualmente, difícil de acreditar que preparariam os alunos para participarem numa cultura consumista Ocidental. (SPRING, 2004, p.86)

Sabemos que o uso de uma língua faz com que seu valor como capital linguístico se amplie. Quanto mais se fala, se ouve, se lê numa língua, mais ela se torna valiosa e atraente como mercado. E isso é ainda mais verdadeiro quando o uso é feito no mundo do trabalho, não apenas no contexto doméstico. Por essa razão, publicar em sua própria língua é tão importante, é uma maneira de evitar a evasão de recursos. Isso inclusive se relaciona com a sobrevivência das línguas, pois, “According to Mufwene (2002), utilization, particularly in a person’s work, is the critically necessary condition for the survival of a low-density language” (POOL, 2010, p. 146).

O processo de internacionalização das instituições de educação superior, como veremos no Capítulo 3, é uma das respostas que o campo da ciência tem dado às demandas do mercado em relação à produção e

difusão de conhecimento. Mas também esse processo não inclui as instituições (e suas línguas) com equidade no sistema mundial.

Pelo contrário, há uma métrica da internacionalização, que Sebastián (2011) descreve, pela qual se elencam critérios de valoração da qualidade de atuação de cada universidade no mundo. O autor apresenta dezenas de critérios, dentre os quais destacamos o que dialoga com nossa pesquisa: as políticas, as publicações e as citações. Isso implica dizer que uma universidade só pode ser considerada com uma boa performance no contexto mundial quando tem seus resultados de pesquisa considerados relevantes nas bases de dados, seus artigos citados por um grande número de outros artigos e seus sujeitos capacitados para dialogar com a língua do centro. E, como já discutimos no Capítulo 1, isso equivale a dizer que são premiadas pelos rankings as instituições cujas PPLICES privilegiam a língua dominante e cuja internacionalização inclui intenso diálogo com ela. O resultado, sabemos, é a invisibilização de muita produção científica relevante.

Justamente por isso, há estudiosos que interpretam os resultados desse ranqueamento como um fenômeno do neoliberalismo, para além de uma simples avaliação de qualidade das publicações. Por exemplo, vemos:

Uma vez que os direitos humanos defendem a liberdade de pensamento e o acesso à informação, uma educação para os direitos humanos requer o reconhecimento destes princípios. Nos dias de hoje, estes princípios estão a ser violados pelos exames nacionais e estatais que controlam o conteúdo do currículo e os métodos de ensino e por teorias do capital humano que definem o principal propósito do ensino como sendo o de educar melhores trabalhadores para aumentar o crescimento económico. (SPRING, 2004, p. 86-87)

Segundo Pilatti e Cechin (2018, p. 75, grifo original), “Atualmente, os rankings de maior visibilidade internacional são o *Academic Ranking of World Universities* (ARWU), *Times Higher Education Ranking* (THE), *Quacquarelli Symonds World University Ranking* (QS), *National Taiwan University Ranking* (NTU), *Ranking Leiden* e *Ranking Webometrics*”.

Para os limites de nossa pesquisa, delimitamos nossa análise a dois deles, THE e QS, atendendo a dois critérios: são dois dos mais

antigos e têm um diálogo relevante em andamento com as instituições de educação superior do Brasil que estão investindo em seu processo de internacionalização. Assim pudemos perceber com a atenção dedicada a eles em painéis e minicursos na Conferência FAUBAI 2018. Como a internacionalização tem sido um dos principais motores da elaboração PPLICES no Brasil, entendemos que é um recorte adequado e permitirá que analisemos o lugar das línguas na ciência sob a ótica dos rankings. Também analisaremos o principal ranking de universidades brasileiras, o Ranking Universitário Folha (RUF).

No âmbito internacional, o THE - Times Higher Education é um ranking de prestígio. A lista de 10 melhores universidades do mundo em 2018, conforme o THE, é bem reveladora para nosso estudo: 1º University of Oxford (Reino Unido), 2º University of Cambridge (Reino Unido), 3º Stanford University (Estados Unidos), 4º Massachusetts Institute of Technology (Estados Unidos), 5º California Institute of Technology (Estados Unidos), 6º Harvard University (Estados Unidos), 7º Princeton University (Estados Unidos), 8º Yale University (Estados Unidos), 9º Imperial College London (Reino Unido), 10º University of Chicago (Estados Unidos).

Como vemos, todas as dez universidades consideradas excelentes são anglófonas. O que essa lista nos diz sobre PPLICES? É importante problematizar os critérios de formação desse ranking e compreender que as políticas de anglicização da ciência no mundo todo são alimentadas por fatores como ele. Pois “Ao se utilizar o ranking como instrumento avaliativo em escala mundial, nivela-se universidades de continentes opostos e de realidades diferentes, nivela-se também modos particulares de conceber a finalidade da educação” (PILATTI; CECHIN, 2018, p.76).

Outra lista de universidades reconhecida mundialmente é o QS World University Rankings. Segundo o site, a classificação atende aos seguintes critérios: “[...] universities continue to be evaluated according to the following six metrics: 1. Academic Reputation, 2. Employer Reputation, 3. Faculty/Student Ratio, 4. Citations per faculty, 5. International Faculty Ratio, 6. International Student Ratio” (QS, s.a., n.p.).

Os critérios ilustram como o mercado de trabalho é um elemento importante na definição da qualidade da educação superior, assim como a quantidade de citações dos trabalhos de pesquisa. Percebemos que a análise é essencialmente quantitativa. A metodologia descrita no sítio informa que os critérios dessa métrica têm pesos diferentes e os dados são coletados por meio de questionários. Destacamos que o critério da

reputação acadêmica tem peso 40%, as citações contam 20%, a reputação junto ao mercado conta 10% da nota final de cada universidade.

No ranking de 2019 do QS, disponível no sítio, as dez primeiras posições do mundo são: 1º Massachusetts Institute of Technology (Estados Unidos), 2º Stanford University (Estados Unidos), 3º Harvard University (Estados Unidos), 4º California Institute of Technology (Estados Unidos), 5º University of Oxford (Reino Unido), 6º University of Cambridge (Reino Unido), 7º ETH Zurich - Swiss Federal Institute of Technology (Suíça), 8º Imperial College of London (Reino Unido), 9º University of Chicago (Estados Unidos), 10º University College of London (Reino Unido).

Como o ranking THE, o QS tem uma predominância de universidades de Estados Unidos e Reino Unido na lista das dez melhores. A diferença aqui é o Instituto Federal de Tecnologia da Suíça, na sétima posição, que se destaca como única instituição fora dos dois países que dominam a cena. Acessando o site do Instituto, porém, logo na página inicial vemos que a língua de comunicação automática é o inglês, com opção de alternar com alemão caso o visitante deseje (ETH-ZÜRICH, s.a., n.p.). Ao abraçar a ideologia do monolinguismo, a instituição se adequa à pressão do mercado linguístico e recepciona, desde logo, seus visitantes na língua (atual) da ciência.

O QS também ranqueia por região, identificando as universidades consideradas melhores na América Latina, por exemplo. Em 30 de outubro de 2018, o portal G1 publicou a notícia “USP volta a ser a melhor do país em ranking de universidades da América Latina”, repercutindo a lista divulgada pelo QS. A matéria chama a atenção para como o critério mercado é importante para ganhar ou perder posições e destaca “De acordo com o relatório, as universidades brasileiras vão mal na análise dos empregadores. Das 90 instituições analisadas, 76 tiveram uma pontuação pior no quesito 'reputação do empregador' em relação ao ano passado” (G1, 2018, n.p.).

O ranking de 2019 do sítio do QS para América Latina mostra as seguintes instituições: 1º Pontificia Universidad Católica de Chile (Chile), 2º Universidade de São Paulo (Brasil), 3º Universidade Estadual de Campinas (Brasil), 4º Universidad Nacional Autónoma de México (México), 5º Universidad de los Andes (Colômbia), 6º Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey (México), 7º Universidad de Chile (Chile), 8º Universidad de Buenos Aires (Argentina), 9º Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil), 10º Universidad Nacional de Colombia (Colômbia).

Com a consolidação dos rankings como recurso para avaliação de instituições, por extensão, essas listas também acabam afetando a avaliação que se faz do próprio fazer científico nas universidades. Como consequência, todas as condutas vão sendo conduzidas pelas pressões exercidas deste centro do sistema. A não ser que haja políticas de fortalecimento do elemento local na periferia do sistema, caso em que é possível balancear a distribuição de forças. O ranqueamento intrinsecamente não é indesejável ou negativo, mas é nossa tarefa reconhecer que ele tem uma lógica mercadológica, como descrevem os autores:

Se de um aspecto os argumentos defendem o uso dos rankings para oferecer informações sobre a instituição auxiliando na facilidade de mobilidade acadêmica, nos critérios de intercâmbio de pesquisadores, na distribuição de fundos públicos e investimentos privados mais fundamentados, na autoanálise institucional; por outro aspecto, realça um lado econômico da educação sem precedentes. Os índices, nesse segundo aspecto, seguem a lógica do mercado, exercem função de controle, de seleção social e de restrição à autonomia institucional. (PILATTI; CECHIN, 2018, p. 75)

Falando em mercado, é interessante observar como as mesmas empresas que produzem o ranqueamento oferecem às instituições serviço de consultoria e assessoria. E, no Brasil, o Ranking Universitário Folha (RUF), o mais reconhecido, também trabalha nesse sentido, inclusive pertencendo a uma das grandes empresas do ramo da comunicação em nosso país.

Segundo o site do RUF, este rol “Classifica as 196 instituições brasileiras a partir de indicadores de pesquisa, ensino, mercado, internacionalização e inovação” (RUF, s.a., n.p.). Como vemos, os critérios apontados dialogam explicitamente com o mercado e as questões econômicas. A internacionalização da educação superior, que abordaremos no próximo capítulo, também aparece como questão prioritária na definição de qualidade das universidades. Em 2018, era esta a colocação das primeiras dez universidades no RUF: 1º Universidade de São Paulo - USP (SP), 2º Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (RJ), 3º Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (MG), 4º Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (SP), 5º Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (RS), 6º

UFSC (SC), 7º Universidade Federal do Paraná - UFPR (PR), 8º Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), 9º Universidade de Brasília - UnB (DF), 10º Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (PE). Vemos nessa lista um exemplo do processo de invisibilização de que temos falado neste texto: das 10 instituições do topo, 5 são da região Sudeste, 3 são da região Sul, 1 é do Distrito Federal — o que equivale a dizer que 90% da educação superior considerada de melhor qualidade no país espelha as regiões que concentram maior poder econômico e político do Brasil.

É importante investigar, em pesquisas futuras, o que significa essa presença mínima da região Nordeste e a ausência de representatividade da região Norte nessa lista. Pois, quando falamos em invisibilização, queremos dizer que é preciso observar que políticas estão resultando nessa lista.

Olhando para o RUF, vemos que a internacionalização e a pesquisa são critérios essenciais para que as instituições brasileiras se afinem com esse perfil que domina o ranking mundial. Aliás, na avaliação do desempenho das instituições de nosso país, um importante critério é o bibliométrico: medido pela quantidade de publicações consideradas relevantes — e isso significa publicar em periódicos que priorizam o inglês, ter presença e muitas citações nas bases de dados de língua inglesa e outros critérios conforme discutimos no Capítulo 2.

É como se as políticas mandassem um recado para os pesquisadores: quanto mais vocês se parecerem com os anglófonos, melhor será sua nota. Isso é problemático, do ponto de vista linguístico (além do político, ideológico, identitário, econômico...). Afinal, “To analyze the reasons for languages being maintained, marginalized, or murdered requires a situated framework which places languages in the historical, economic, and political context of ‘globalization,’ which we see as entailing linguistic neo-imperialism” (SKUTNABB-KANGAS; PHILLIPSON, 2010, p. 79).

De acordo com o sítio do RUF, as fontes consultadas para elaborar seu ranqueamento são explicitadas abaixo:

Os dados que compõem os indicadores de avaliação do RUF são coletados pela Folha nas bases do Censo da Educação Superior Superior do Inep-MEC, Enade, SciELO, Web of Science, Inpi, Capes, CNPq, fundações estaduais de fomento à ciência e em duas pesquisas anuais feitas pelo Datafolha. (RUF, s.a., n.p.)

Essa relação nos leva a olhar para as bases de dados citadas que são um dos elementos mais importantes no processo de invisibilização de ciência. Hoje a maior parte das publicações consideradas relevantes no mundo estão concentradas em um número pequeno de bases, das quais destacamos: Web of Science e Scopus. No Brasil, a base Scielo é a fonte mais popular entre cientistas, ao lado do banco de teses da Capes, que reúne a produção da pós-graduação no país.

Essas bases de dados têm sido consideradas as fontes confiáveis para acessar o conhecimento relevante. Nelas os artigos produzidos por cientistas do mundo todo são indexados a partir de critérios de relevância, que são definidos em geral a partir de métricas de citações. O acesso a essas bibliotecas digitais costuma se dar por meio de assinaturas, que oneram o orçamento das instituições de ensino e pesquisa mas acabam sendo uma despesa inevitável para viabilizar o diálogo com outros pesquisadores da mesma área. Tanto nas bases internacionais como na Scielo, predominam textos em inglês (no caso da base brasileira, os artigos são publicados em português, em formato bilíngue ou, no mínimo, com abstract em inglês). Isso é uma estratégia (de PPLICES) para maximizar a visibilidade do texto e aumentar a chance de tê-lo citado — o que aumenta a métrica da relevância.

Os artigos mais citados e lidos do mundo estão nelas e, conforme Dias e Silva (2013, p. 805), concentram-se em mais ou menos 150 periódicos no total. A exclusividade representada por esse número nos faz questionar a construção dessa credibilidade. No final das contas, a explicação parece sempre desembocar no critério econômico, seguindo a máxima *follow the money*:

Todavia, um conjunto de outros fatores intervém na determinação dessas coleções. Primeiro, de maneira mais óbvia, o tamanho da comunidade de pesquisadores e o próprio volume da produção científica decorrente daí. Mais de 70% da produção científica mundial é realizada nos Estados Unidos, Comunidade Europeia e Japão (Castiel; Sanz-Valero; Mel, 2007, p. 3041). Um maior número de atores, com maior disponibilidade de recursos, tem mais condições de se fazer visível. Os recursos disponíveis, aliás, é outro fator envolvido. De acordo com dados apresentados por Renato Ortiz (2004, p. 17), no Social Sciences Citation Index (SSCI), trabalhos oriundos de países de alta renda representam 97%

de todos os trabalhos disponíveis nessa fonte, ao passo que trabalhos oriundos de países de renda média representam 2,3%, e os de baixa renda apenas 0,7%. Concomitantemente, **o inglês representa 79% de todos os trabalhos dessa mesma base de dados. Assim, para se fazer conhecer, é preciso, antes de tudo, exprimir-se de acordo com um conjunto de condições pré-determinadas, ainda que implícitas.** (DIAS; SILVA, 2013, p. 805-806, grifo nosso)

Um elemento que influencia atribuição da relevância ao conhecimento publicado nessas bases é o índice h. Nesse cálculo, h é o número de artigos com h citações. Por exemplo: se h for igual a 2, a pesquisadora ou pesquisador tem 2 artigos com 2 citações cada. Um critério exclusivamente quantitativo, que ignora outras variáveis como: onde foi publicado cada artigo, qual a formação e área de atuação de quem escreveu, qual o objeto de estudo, idade, tempo de atuação, nacionalidade, gênero e muitas outras.

E, por consequência, esse índice também afeta as PPLICES, já que a bibliometria é um fator que pressiona pesquisadores de todo o mundo a se comunicar na língua inglesa. Essa ferramenta avalia a relevância das publicações a partir de uma análise quantitativa das citações de um artigo (LIMA; FARIA; VELHO, 2012). Instituições de financiamento de pesquisa fazem uso do índice h para decidir onde alocar suas verbas e com que universidades e instituições fazer suas parcerias. Como a visibilização é que gera um aumento dessa quantidade de citações, indiretamente esse tipo de iniciativa contribui para a atual anglicização da ciência. Também é problemático o modo como afeta a própria produção de conhecimento, como questionam os autores:

No Brasil, o índice h tem sido, paulatina, mas sistematicamente, apropriado por algumas fundações estaduais de amparo à pesquisa (FAPs), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), como critério para alocação de recursos e benefícios, tais como as bolsas de produtividade científica concedidas pelo CNPq. Apesar da tendência de ampliação de seu uso, muitas limitações e problemas associados ao conceito,

metodologia e interpretação do índice h têm sido apontados (BORNMANN; HANS-DIETER, 2007; ROUSSEAU, 2008). Entre esses problemas, destaca-se a tendência crescente de comparar o índice h de pesquisadores de áreas diferentes do conhecimento, levando a conclusões equivocadas sobre a superioridade científica de instituições, grupos de pesquisa e, até mesmo, pesquisadores individuais, construindo e destruindo reputações. (LIMA; FARIA; VELHO, 2012, p. 3)

Justo por isso, esses critérios bibliométricos devem ser usados com muita parcimônia. Com a aparência de objetividade, podem ser causadores de injustiças. Um exemplo no Brasil é o Qualis Capes, sistema de avaliação dos periódicos que se baseia em critérios quantitativos para ranquear as publicações que, como consequência, tem sido um balizador da conduta dos pesquisadores em seu fazer científico:

Totalmente diferente das noções de neutralidade e imparcialidade evocadas pelos mecanismos internacionais de avaliação científica, há mesmo uma ampla e complexa economia política implicada nesse processo. No caso brasileiro, a centralidade ocupada pelo Qualis Capes e pelos próprios mecanismos de avaliação de desempenho adotados no âmbito do sistema das pós-graduações tem sido determinante para o comportamento dos pesquisadores. Além disso, iniciativas, atualmente em curso, para a consolidação de uma política de avaliação no ensino superior também serão importantes nesse processo. (DIAS; SILVA, 2013, p. 804)

Políticas relativas à ciência influenciam diretamente as PPLICES. É por escolhas em relação à maneira de se fazer ciência em um Estado que se definem as línguas que serão priorizadas e promovidas. É exemplar o caso das ciências humanas, quando se dedicam a objetos de estudo mais localizados e regionalizados do que outras áreas do conhecimento, muitas vezes têm sua produção invisibilizada ou minorizada. Ou mesmo vejamos o caso descrito por Dias e Silva (2013, p. 805): os autores relatam que um olhar bibliométrico sobre a produção científica na área da Educação Física mostrou que os artigos mais bem

avaliados são aqueles que tratam de temas afins com as chamadas “ciências duras”, por serem os mais citados.

Em casos assim, mesmo quando a descoberta da pesquisa é altamente transformadora para sua realidade, e aplicável a outros contextos, ela se torna menor em relação a estudos cujo objeto é globalmente generalizável. Por isso, a avaliação bibliométrica pede cuidado, afinal

[...] sendo o índice h baseado nas citações recebidas, e sendo a prática de citação bastante variada entre as áreas do conhecimento, o índice h varia, substantivamente, entre áreas e não pode ser usado como indicador de comparação de desempenho científico entre elas. (LIMA; FARIA; VELHO, 2012, p. 3)

A ideia de impacto urge ser relativizada. A bibliometria é uma ferramenta para mensurar a produção e, por ser critério quantitativo, pode ser útil nos casos em que é preciso adotar objetividade para avaliação dos sujeitos e sua produção. Mas os critérios dessa métrica precisam ser cruzados com o critério da equidade, que é agir desigualmente entre indivíduos em condição de desigualdade. Os conhecimentos científicos são uma produção para ajudar a transformar a realidade (para melhor) e isso é que deve justificar que se invista na pesquisa, não apenas números. Barreto nos lembra de que fazer ciência não é sinônimo de publicar artigos:

Não por acaso, a bibliometria, com os seus vários índices, tornou-se a referência da avaliação científica e a principal estratégia de medida “objetiva” do impacto científico de um indivíduo, instituição ou revista, passando a ser praticamente confundida com ciencimetria. Isso acontece apesar de todos saberem da sua principal deficiência: o fato de que os índices mensuram apenas uma parte do *modus operandi* das ciências (publicar e citar), deixando de lado os seus potenciais e variados efeitos não bibliográficos sobre o mundo. (BARRETO, 2013, p. 835)

O modo como vêm se apresentando as políticas para publicação científica — guiadas por essas tensões mercadológicas de produzir um

grande volume de artigos com vistas a receber um grande volume de citações para subir nos rankings e acessar os benefícios nesse mercado — tem feito com que a produção científica tenha se diferenciado em parte da noção de produção de conhecimento. Dias e Silva fazem uma crítica à qualidade dos trabalhos que são enviados aos editores de periódicos em nome desse produtivismo:

Um trabalho deve ser submetido ao escrutínio de um periódico, isto é, à apreciação de toda a comunidade com o qual ele pretende estabelecer interlocução, apenas quando se trata de algo de fato relevante e original, efetivamente em condições de oferecer uma contribuição para o progresso do conhecimento em certa área ou disciplina. (DIAS; SILVA, 2013, p. 803)

A produção científica, em nosso entendimento, deveria ser a produção sistemática de conhecimento de uma comunidade. E a difusão desse conhecimento deveria ser entendida como a circulação dessas descobertas das pesquisas, em forma de material escrito, em todos os contextos em que possam contribuir. Diferentemente, as pressões a que se submete a comunidade científica hoje, sobretudo em contextos não centrais, caso do Brasil, fazem com que a produção de artigos seja confundida com produtividade, valorizando e premiando os cientistas que ganham mais visibilidade dentro de um mercado que é desenhado para invisibilizar. Aliás, vale a pena analisar essa comparação de produtividade entre cientistas dos Estados Unidos e do Brasil:

Argumenta-se que da quantidade extrai-se a qualidade, o que apenas em parte é verdadeiro. É certo, por exemplo, que comunidades científicas de língua inglesa são capazes de produzir trabalhos cientificamente originais e inovadores, não apenas porque nessas comunidades se encontrem cientistas inevitavelmente mais capazes, mas fundamentalmente porque ali se encontra um volume total de trabalho científico quantitativamente superior. No entanto, comparações entre os índices de produtividade científica de diferentes países costumam tomar números absolutos, não relativos. Menciona-se, por exemplo, que os Estados Unidos respondem pela maior quantidade de artigos em periódicos

indexados (leia-se, publicados em revistas da coleção Web of Science): 288.714 artigos em 2005. Enquanto isso, diz-se, o Brasil registrara no mesmo ano “apenas” 15.777 artigos, 1,8% do total (Fiorin, 2007). Entretanto, pouco ou nada se considera desse volume per capita. Os Estados Unidos têm 1,4 milhão de cientistas, índice de 9,5 cientistas em tempo integral para cada mil pessoas. No Brasil, esse número é de 129 mil cientistas, proporção de 1 para 1.000, quase dez vezes menos, portanto (Tavares, 2013). Por outro lado, cada cientista nos Estados Unidos produz, em média, 4,8 artigos em periódicos da coleção do Web of Science por ano, ao passo que cada cientista no Brasil produz 8,1 artigos em periódicos nessa situação, quase o dobro da produtividade, portanto. (DIAS; SILVA, 2013, p.807)

Quando a analisamos sob essa lente, vemos que a questão de promover o multilinguismo é também uma questão de defender a sobrevivência da cultura científica local, valorizando e divulgando os conhecimentos e métodos que têm a singularidade de ser feitos aqui. Assim como as publicações devem ser consequência das pesquisas (e não as pesquisas ser motivadas pela necessidade de se publicar), as línguas devem ser aprendidas e faladas a partir do desejo de diálogo entre os interlocutores. O motivo para se aprender uma língua, ou para ensiná-la como língua estrangeira, não pode ser simplesmente a adesão por inércia à língua majoritária. É por essa postura de não promoção da diversidade linguística que chega-se à situação atual em que um país como o Brasil se isola linguisticamente de seus vizinhos mas investe fortemente em promover a língua inglesa. O contexto de hegemonia do inglês é tão complexo que os efeitos se sentem também nos processos de internacionalização das universidades, como descreve Barreto:

Se a avaliação do impacto científico internacionalmente tem sido focada em indicadores bibliométricos, no Brasil esse processo assume algumas características muito particulares. Aqui, a pesquisa acadêmica foi atrelada ao desenvolvimento da pós-graduação. Os programas de pós-graduação, enclausurados em universidades que, se não os rejeita, os

mantêm como corpos estranhos, se tornaram os epicentros das atividades de investigação científica e fonte de prestígio da atividade acadêmica. Nos sistemas de avaliação científica, os indicadores bibliométricos (número de publicações, número de citações, fator de impacto das revistas científicas, índice-h dos pesquisadores ou das revistas, entre outros) têm sido avidamente assimilados pelo sistema de avaliação, em consonância com o cenário internacional, denominado por alguns como “quantified control” das atividades científicas e acadêmicas. (BARRETO, 2013, p. 836)

Ao investir em políticas de inserção da língua local no mercado global, os Estados estão também investindo na vitalidade de suas próprias línguas e culturas (ou seja, em seu capital linguístico). Afinal, a promoção da autoria⁹ é uma das ferramentas para a promoção da língua:

Authors, as producers of texts, have a larger stake in the original language and in the conservation of its cultural stock than others, because of their costly investment in language skills and in knowledge of the accumulated texts. Moreover, the switch to the dominant language as a full means of expression requires from them a much larger effort than from those who only speak it, hear it, and read it. And, finally, if and when the domestic language is maintained by a sufficiently large audience, this provides the indigenous authors with a protected market for their texts and gives them an added interest in maintaining the original language. (DE SWAAN, 2010, p. 67)

Vale dizer que nosso questionamento não é contra as avaliações da educação superior e das publicações científicas. A avaliação é um instrumento e a quantificação é um recurso para conhecer a produção de conhecimento de um país e, conhecendo-a, poder melhorá-la. Nossa chamada de atenção é quanto à necessidade de se discutir, elaborar e implementar políticas que não subjuguem nossa voz. Promover diálogo com nossos pares do Sul, promover a visibilidade de nossa língua entre

⁹ Aprofundamo-nos na questão da promoção da autoria em Jesus e Machado (2014).

os países da lusofonia, promover os intercâmbios pela intercompreensão com a língua espanhola: são algumas das metas que podem estar em nosso campo de visão juntamente com a ideia de ser vistos e valorizados pelo poder econômico. Mas, como veremos a seguir, a hegemonia de uma língua é resultado de forças muito poderosas.

3 A ANGLICIZAÇÃO DA CIÊNCIA: CAUSAS E EFEITOS DE UM FENÔMENO HISTORICAMENTE CONSTRUÍDO

Este capítulo tem objetivo de descrever e analisar o estado atual da presença das línguas no campo da ciência e da educação superior, avaliando a hegemonia da língua inglesa na busca de compreender que caminhos a levaram a essa situação. A pesquisa bibliográfica confirma a impressão do observador casual: o inglês é a principal língua de produção e circulação dos conhecimentos considerados relevantes no século XXI.

Esse quadro se construiu historicamente e as consequências da hegemonia têm afetado as outras línguas. Há uma complexa estrutura de poder suportando a centralidade do inglês, como seria de se supor. Afinal, “The languages have accompanied political and economic influence, being invariably backed up by military might” (SKUTNABB-KANGAS; PHILLIPSON, 2010, p. 79).

Vemos que um dos mais recentes e fortes fenômenos que contribuíram para que o mundo aderisse ao inglês como língua franca foi a globalização econômica. E que, no contexto da ciência e da educação superior, os processos de internacionalização são das principais reações às influências da economia.

Como veremos mais adiante, a internacionalização da educação superior e da ciência é um processo-chave para compreender e trabalhar com a presença das línguas neste campo. Certas características são identificadas na ciência e na educação superior nesta entrada em diálogo com parceiros de outros países. Por exemplo, os modos de produzir e de publicar acabam sendo balizados pela internacionalização. Da mesma forma, veremos que a educação superior ocupa um lugar estratégico na economia globalizada e isso impacta as línguas a ser empregadas. Assim é que, embora dediquemos esta seção a olhar para o papel da língua inglesa, o debate das PPLICES demanda o enfoque no multilinguismo:

A produção no capitalismo tardio, ou *lean production* (MARAZZI, 2009), bem como o consumo, são altamente dependentes da comunicação e consequentemente da(s) língua(s). Produção e consumo são linguointensivos (*language intensive*). As línguas (e o multilinguismo) podem ser entendidas, nesse enquadre, como fatores de produção (OLIVEIRA,

2009) [A língua como fator de produção]. A mercadoria nesta Sociedade do Conhecimento ou da Informação passa a ser crescentemente imaterial e portanto digitalizável, pois é isso que garante a sua imediata transmissibilidade, praticamente sem custos, alcançando variadíssimos mercados em todo o mundo. Isso exige a localização dos produtos, isto é, a sua adaptação aos diferentes mercados e força, portanto, a deslocalização da produção, isto é, a sua internacionalização [A internacionalização exige multilinguismo] (OLIVEIRA *et al.*, 2017, p.26)

Diante disso, vale ressaltar que essa situação de dominância do inglês não foi sempre assim. É fruto de mudanças históricas e econômicas e foi preciso um império colonial, duas guerras mundiais, uma guerra fria e uma revolução tecnológica para que se consolidasse o estado atual. Mais que isso, fatores culturais, como a indústria de Hollywood, a música e o *American way of life* também foram decisivos. Com tantos reforços, e tão vultosos, é compreensível que hoje o senso comum veja com naturalidade a hegemonia do inglês sobre as outras línguas do mundo, sobretudo como meio de circulação do conhecimento.

3.1 Inglês, língua da ciência: hegemonia da língua sobre o campo

A história recente das línguas na ciência, com os processos que culminaram na hegemonia do inglês, pode ter um marco inicial estabelecido na década de 1930. Naquele período, conforme pesquisa citada por Amon (2001) e referenciada também por nós em produção recente (OLIVEIRA *et al.*, 2017, p. 25 e ss.), o inglês já era uma língua muito presente no campo da ciência, mas dividia espaço igualmente com o alemão. Assim explica o autor:

At the beginning of the century and during the first two decades there were actually three roughly equal languages of science, namely English, French and German, to list them alphabetically. It is hard to say which of them was altogether of more importance, since this can be measured in various ways for which adequate data are not always readily available. (AMON, 2001, p. 343)

Por outro lado, se quisermos estabelecer um início anterior para o advento do inglês como língua da ciência, veremos que no século XIX já havia muito dinheiro e poder associados à língua. O império britânico era uma das principais potências econômicas do mundo e foi em inglês que se deu a Revolução Industrial, naquela época, quando saber a língua era sinônimo de acessar as grandes inovações tecnológicas do mundo, como ensina Crystal (1997). Ou, se menos, poder ler os manuais de instruções das máquinas inglesas. Foi um período de grande importância do inglês na ciência, na inovação e no mundo do trabalho, como vemos:

By the 1800s, the chief growth areas, in textiles and mining, were producing a range of manufactured goods for export which led to Britain being called the ‘workshop of the world’. [...] The linguistic competence of this achievement were far-reaching. The new terminology of technological and scientific advance had an immediate impact on language, adding tens of thousands of words to the English lexicon. But, more important, the fact that these innovations were pouring out of an English-speaking country meant that those from abroad who wished to learn about them would need to learn English — and learn it well — if they wished to benefit. (CRYSTAL, 1996, p. 68)

Mas nessa época, como vimos, o inglês estava em expansão e ainda dividia espaço com outras línguas para a circulação dos saberes considerados mais relevantes. A Segunda Guerra Mundial foi definitiva para o fortalecimento do inglês, bem como para estancar o crescimento do francês e do alemão e causar um decréscimo em seu uso na ciência, como explica Amon:

[...] French and German declined as languages of science because their countries did not keep up the same level of scientific achievement as the English-speaking countries. Some of the reasons can be found in the political history of this century during which the major French-speaking and German-speaking were twice thoroughly destroyed by war, while major English-speaking countries, particularly the United States, remained unscathed; in addition, a substantial part of

German scientists, particularly Jews, were expelled or murdered by German Nazism and those who escaped found refuge mainly in the United States. (AMON, 2001, p. 345-347)

Afinal, os Estados destes dois idiomas foram devastados, tanto em recursos materiais quanto humanos, não havia o que investir para produzir e fazer circular conhecimento em suas línguas. O inglês, pelo contrário, encontrou nos Estados Unidos uma potência em ascensão, carregando consigo o prestígio e a valorização econômica do país norte-americano e tornando atraente e lucrativo seu aprendizado por estudantes de língua no mundo todo, pois:

When the American research is added to the British, it is possible to suggest that about half of the influential scientific and technological output in the period between 1750 to 1900 have been written in English. If the entries in the *Chambers Concise Dictionary of Scientists* are a guide, 45% of the people from this period were working routinely in an English-language environment, and several more were collaborating with English-speaking scholars. (CRYSTAL, 1996, p. 69)

Graddol também descreve a importância dos Estados Unidos no cenário econômico como um fator determinante para que o inglês se sobressaísse sobre as outras línguas imperialistas do século XIX:

By the end of the 19th century, Britain had established the pre-conditions for English as a global language. Communities of English speakers were settled around the world and, along with them, patterns of trade and communication. Yet the world position of English might have declined with the empire, like the languages of other European colonial powers, such as Portugal and the Netherlands, had it not been for the dramatic rise of US in the 20th century as a world superpower. (GRADDOL, 1997, p. 8)

Os cientistas dos países não desenvolvidos investem muito mais esforços em dialogar com pesquisadores da anglofonia — que lhes emprestarão legitimidade — do que com seus pares locais, que são

desvalorizados neste contexto de imperialismo. O próprio objeto dos estudos, como vimos, acaba reforçando os temas de interesses da hegemonia, muitas vezes se distanciando da solução dos problemas locais.

Não se trata de escolher entre uns e outros nem de rejeitar as parcerias internacionais, mas de problematizar a desigualdade na relação quando ela não se dá em termos de efetiva parceria e sim de servilismo. Como lembra Laborinho (PONTO FINAL, 2017, n.p.), considerando o contingente lusófono, e somando-o ao hispânico (devido à intercompreensão), há uma comunidade de 700 milhões de falantes que podem dialogar em rede para desenvolvimento científico e de negócios a partir da valorização de suas línguas.

A falta de políticas linguísticas para promoção da diversidade linguística na ciência e na educação superior tem mostrado resultados preocupantes. Gibbs (1995, p. 97) registrou certa fala de Kaiser, editor-chefe do *New England Journal of Medicine*, segundo o qual não se deveria promover a circulação da produção científica dos países em desenvolvimento e sim programas de nutrição e imunização, já que “There is no science there”. A opinião deste indivíduo é exemplar de um discurso construído a partir da ignorância: é a invisibilidade da ciência dos países pobres/periféricos que contribui para a formação de juízos como esse.

Mesmo que não se possa generalizar a fala de Kaiser, outros relatos mostram que há, sim, uma tendência a desconsiderar a produção científica fora dos Estados Unidos e da Europa. Por exemplo, ainda Gibbs (1995) relata que metade dos pesquisadores entrevistados em sua investigação afirmaram estar convencidos de que os editores do mainstream tendem a rejeitar trabalhos oriundos de países menos desenvolvidos.

Outro caso notável, registrado por Gibbs, é de um pesquisador mexicano que avaliou sua capacidade de publicar em periódicos internacionalmente reconhecidos em suas mudanças de endereço. Ele conseguiu publicar trabalhos no *American Journal of Pathology* quando morou nos Estados Unidos e trabalhou com colegas americanos; e dois artigos na revista *Nature* no período em que trabalhou na Alemanha. Porém, ao retornar ao México, mais experiente e com todas as publicações anteriores no currículo, os mesmos veículos rejeitaram sumariamente todos os artigos que ele enviou para publicação. A demanda por PPLICES de valorização da diversidade se embasa em fenômenos como esse.

E a ciência que circula em espanhol, português, chinês e tantas línguas dos países em desenvolvimento não apenas está sendo injustiçada ao permanecer à margem da discussão como está fazendo falta. Há um problema material de invisibilização de conhecimentos. Como ensina Bourdieu, para a circulação da informação é essencial o contexto de que se origina: “Parmi les présupposés de la communication linguistique qui échappent le plus complètement aux linguistes, il y a les conditions de son instauration et le contexte social dans lequel elle s’instaure et en particulier la structure du groupe dans lequel elle s’accomplit” (BOURDIEU, 1977, p. 8). Certos objetos de pesquisa inclusive deveriam ser considerados especialidade dos cientistas dos países em desenvolvimento, como alertam Forattini (1997) e Gibbs (1995).

Este último se exemplifica com o caso dos estudos sobre o cólera: as pesquisas sobre o tema são desenvolvidas em países onde há cólera e esse objeto pouco ganha atenção dos periódicos de países ricos, “They don’t consider cholera a hot topic” (GIBBS, 1995, p. 94). Porém, como observa o autor, bastaria o cólera atravessar a fronteira do México para o Texas ou a Califórnia e estes estudos rapidamente teriam a atenção dos Estados Unidos. A produção mexicana anterior a esse momento, contudo, estaria perdida porque ela não está indexada.

Os critérios para qualificar como relevante um estudo são baseados em uma métrica que leva em conta o quanto outros pesquisadores citam a publicação de seus resultados, como vimos. A indexação se vincula a esse mecanismo, que resulta num complexo ranqueamento cujo resultado é um monopólio do inglês no topo da lista de relevância. Coloquemos a atenção sobre uma consequência cultural desse mecanismo: a ilusão de que o inglês ocupou espontânea e naturalmente sua posição no topo do ranking.

Assim, embora hoje possa parecer naturalizada a presença da língua inglesa no campo da ciência, Graddol ensina que uma construção política ajudou a língua a seguir o caminho até este ponto:

English has been spread as a world language not only via political initiatives. Key financial institutions have been established in the 20th century, again after World War II and with major American involvement. The International Monetary Fund (IMF) and World Bank were established after the ‘Bretton Woods’ conference in 1944. Through the Marshall plan, the US

became closely involved in the post-war economic reconstruction of Europe, Japan and other parts of Asia Pacific region. The Korean and later the Vietnamese war continued the process of spreading American influence. Cultural, economic and technological dependency on America were soon concerned for nations across the world. The Bretton Woods system has since played a significant role in regulating international economic relations and in introducing free-market regimes in countries where control has been traditionally centralized. As more countries have been rendered 'open' to global flows of finance, goods, knowledge and culture, so the influence of English spread. (GRADDOL, 1997, p. 9)

Alguns autores afirmam que, de certa perspectiva, o inglês já é uma espécie de língua franca do mundo, como Calvi e El Kadri (2011) e Rajagopalan (2011). Erling e Hilgendorf afirmam que o inglês é a língua franca de fato, se não oficialmente, na União Europeia. Aliás, especialmente na Europa, o inglês teve um apoio importante para dominar as PPLICES (ou a ausência delas) a partir da constituição da União Europeia na década de 1990, como explicam as autoras:

In light of the establishment of the EU and the further heightened contact between European institutions and corporations as a result, the conditions for a *de facto* lingua franca to be used on the continent have never been stronger. And English, with its tremendous status in the world today, is the strongest candidate to fill the role of a language of wider communication. (ERLING; HILGENDORF, 2006, p. 269)

Também Erling e Hilgendorf comentam esta situação, que pode chegar ao extremo de que a proficiência seja presumida pela candidatura de um sujeito a frequentar o espaço da instituição de pesquisa: “[...] there are two types of policies on the role of English and its use: The explicit policy outlining the degree of proficiency needed for academic programs, and the unstated policy where proficiency is simply assumed” (ERLING; HILGENDORF, 2006, p. 278).

Com tudo isso, muitos sujeitos têm manifestado preferência pela língua inglesa em detrimento de sua própria língua, no exercício do

fazer científico. Mansoor (2005) desenvolveu um estudo sobre PPLICES no Paquistão, onde o inglês é uma das línguas oficiais (herança da colonização britânica) junto com o Urdu, língua nativa que coexiste com outras línguas minoritárias não oficializadas. Em suas conclusões, a autora relata que a maioria dos sujeitos da educação superior avalia o inglês não apenas como uma língua necessária porque viabiliza o acesso a “progresso e prosperidade” (MANSOOR, 2005, p. 342, tradução nossa), mas porque segundo eles a maioria das fontes de pesquisa estão nessa língua, como ela explica:

The findings of the present study inform us that English will continue to play an important role in higher education, not only in Pakistan but in most of the countries in South Asia, at least during the next decade. The reason for this, assigned by students and teachers in the present study, include the importance of English for international communication and as a business lingua franca; the high status assigned to English in official life; and the paucity of material in the national as well as local languages for higher education; as well as the requirement for graduates to be fluent in English for accessing white-collared jobs. (MANSOOR, 2005, p. 344)

A ausência de fontes de pesquisa (ou talvez de visibilidade dessas fontes) em línguas que não o inglês pode ser perigosa, porque alimenta um ciclo sobre o qual temos falado. Há muita produção científica em língua portuguesa¹⁰. O que parece faltar é uma visão estratégico-geopolítica para explorar esse acervo de maneira sistemática, para a visibilidade da ciência produzida em português. A consequência dessa falta de visão é o encolhimento progressivo das línguas menos usadas no contexto da ciência pois, como vimos com Bourdieu (1977), quanto menos o discurso de autoridade circula numa língua, menor vai ficando seu valor no mercado linguístico.

Por meio desse apagamento que vai sofrendo uma língua não hegemônica no campo da ciência, podem reduzir-se as possibilidades de inclusão dos falantes dessa língua no mundo da produção e circulação

¹⁰ Só no Banco de Teses da Capes, em 22 de janeiro de 2018, constava um acervo de 342.082 documentos somando os números referentes a cada ano desde 2013. São publicações produzidas no Brasil em Língua Portuguesa. Disponível em <<http://analisevisual.capes.gov.br>>.

de conhecimentos. E “A sociedade alvo da dominação estará sujeita a verdadeira catequese cultural, implicando toda sorte de atrações, pressões e induções, visando superar-lhe as conquistas culturais próprias e substituí-las pelas da sociedade dominante” (FORATTINI, 1997, p. 5). Esse exercício de poder não necessariamente se dá por meio de ações explicitamente violentas, mas geralmente por uma ausência de ações, ou seja, de PPLICES que contribuam para a proteção das línguas.

Urge que os Estados e as instituições principiemos a promover uma postura mais crítica e empoderadora de seus pesquisadores, considerando que, como dizemos com Hamel (2007), o atual estatuto da língua inglesa na ciência não é natural, mas resultado de um processo de construção longo e amparado em questões de ordem econômica e histórica.

Erling e Hilgendorf (2006) registram que a União Europeia proclamou 2001 o Ano Europeu das Línguas, estabelecendo a meta ao continente de promover que seus cidadãos se tornassem proficientes em pelo menos duas línguas adicionais estrangeiras, como meio de valorização da diversidade linguística do continente. As autoras chamam atenção, contudo, sobre quanto se mostrou difundida a crença de que a primeira dessas línguas seria o inglês:

While official policy on both European and national levels remains vague in that it does not specify which two languages people should learn, in the German context, as is likely the case in the rest of Europe, there is a tacit understanding that the first of these two languages, certainly for most people, is English (Hilgendorf, 2005). This social reality of English as the first foreign language in Germany is reflected in federal statistics on student enrollment in language classes at the preschool, primary, and secondary levels. (ERLING; HILGENDORF, 2006, p. 268)

Amon relata como na Alemanha o processo de anglicização vem fazendo com que, mesmo entre si, os pesquisadores prefiram não dialogar em sua própria língua. Chama atenção que sejam escolhas individuais por abrir mão da própria língua em favor da língua do outro. Semelhante ao caso do Paquistão que mencionamos, a dominância do inglês é tão evidente que espontaneamente os sujeitos buscam se inserir na anglofonia para desfrutar de seu prestígio, recursos, privilégios e acessar espaços de discussão cuja entrada requer que esta barreira

linguística seja transposta. Segundo o autor, há mesmo periódicos que não aceitam mais contribuições em outro idioma:

German-language journals dramatically declined. Some of them were stopped altogether for economic reasons, others have carried on with the help of subsidies, mostly from German research foundations. A considerable number managed to survive but had to change their language of publication. Some turned plurilingual, with most of their contributions in English however. Others became monolingually English, i. e. do not accept contributions in German any more, which seems to have been the best choice from an economic viewpoint. (AMON, 2001, p. 353)

Isso ilustra como a língua inglesa foi ganhando espaço e estabelecendo seu domínio, o que pode ser visto avaliando a evolução das línguas em que os veículos divulgaram seus artigos ao longo do tempo. Graddol reuniu outros exemplos em que paulatinamente revistas científicas foram cedendo espaço antes ocupado por suas línguas de origem ao conteúdo em inglês — levando a mudança tão longe até a assunção de uma verdadeira mudança de identidade, coroada pela mudança de nome dos periódicos:

Journals in many countries have shifted, since World War II, from publishing in their national language to publishing in English. Gibbs (1995) describes how the Mexican medical journal *Archivos de Investigación Médica* shifted to English: first publishing abstracts in English, then providing English translations for all articles, finally hiring an American editor, accepting articles only in English and changing its name to *Archives of Medical Research*. This language shift is common elsewhere. A study in the early 1980s showed nearly two-thirds of publications of French scientists were in English. Viereck (1996) describes how all contributions in 1950 to the *Zeitschrift für Tierpsychologie* were in German but by 1984 95% were in English. The journal was renamed *Ethology* two years later. (GRADDOL, 1997, p. 9)

Convém ressaltar novamente que nossa análise não tem objetivo de abordar o inglês como língua inconveniente ou indesejada. Ampliaremos esse debate ao abordar a internacionalização da ciência e da educação superior, mais adiante. Entendemos que o estudo das línguas na produção e difusão de conhecimentos não pode se esquivar de atender às demandas dos falantes das línguas. E, como vimos, os pesquisadores anseiam por aprender inglês para acessar um campo do discurso em que se fala essa língua. Até porque, em todos os níveis de ensino,

Ao ampliarmos o campo de visão, percebemos que os métodos e abordagens de ensino não conseguem mais contemplar o cenário educacional do ensino de línguas, já que, além do desenvolvimento linguístico, o aluno necessita se situar no cenário mundial como cidadão. Nesse processo, o Inglês pode e deve desempenhar seu papel formador, cabendo ao professor de línguas a tarefa de trabalhar o texto como fomentador de debates que levem o aluno a refletir sobre seu papel na sociedade. (GOMES; SANTOS, 2015, p.136)

Assim é que vemos que o inglês é hoje a língua predominante no campo da ciência e essa construção é histórica. PPLICES sintonizadas com este momento histórico terão de lidar com a desigualdade entre as línguas, problematizando essa hegemonia em defesa de seus próprios mercados linguísticos. A conduta dos que priorizam a língua inglesa em detrimento até da língua própria, sob o argumento de ser o meio mais eficaz de inserção, leva-os a incorrer na contradição de perpetuar a hegemonia que os exclui.

3.2 Os reflexos da globalização sobre as PPLICES e a hegemonia da língua inglesa

Como discutimos na seção anterior, uma sucessão de eventos históricos tem contribuído para a hegemonia da língua inglesa no século XXI. Desde o início da educação superior, as condições históricas se refletiam na maneira de ensinar e de pesquisar nestas instituições. Nesta seção, vamos nos dedicar às influências da atual globalização sobre o papel exercido pelas línguas (e a dominância do inglês) no campo da

ciência e da educação superior e ao fenômeno da internacionalização da educação superior. Assim afirma Graddol:

The shift in economic relations will have a profound, but as yet poorly understood, effect on the popularity and use of different languages. It is clear that a language which is spoken by rich countries is more attractive to learners than one which provides no access to personal betterment or lucrative markets. (GRADDOL, 1997, p. 28)

O reflexo da economia do século XXI sobre as línguas, evidentemente, é parte de uma grande mudança cultural e social. Não apenas as consequências se dão no campo da economia ou especificamente nas políticas de instituições de educação, mas todos os indivíduos que estão no mundo são impactados por este momento histórico, como explicam Gomes e Santos, comentando Hall:

Não há mais como vislumbrar a existência de um sujeito moderno/cartesiano, centrado em uma identidade única, já que o atual sujeito pós-moderno encontra-se envolto em um leque de identidades fluidas e líquidas, em busca de constantes (re)significações. As identidades nacionais colocavam as suas questões de identificação em torno de um Estado-nação e de questões nacionais, no entanto, com a globalização e a quebra de barreiras geográficas, percebe-se uma “aceleração dos processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas” (Hall, 2006, p.69).

O que chama minha atenção, não necessariamente está circunscrito nas minhas fronteiras geográficas, já que “as identidades se tornam desvinculadas — desalojadas — de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem flutuar livremente. (Hall, 2006, p. 75). (GOMES; SANTOS, 2015, p. 142)

Situada essa dimensão, vemos como é amplo e complexo o problema que se apresenta às PPLICES e de novo afirmamos que são

muitas as especificidades necessárias das políticas e do planejamento para línguas nesse campo. Isso posto, pensemos: qual o lugar das universidades no social? Qual o lugar das línguas nessas instituições?

Nas primeiras universidades, havia uma mobilidade geográfica significativa de alunos. Na idade moderna, ao contrário, “A maior característica da época, entretanto, diz respeito justamente ao final da verdadeira *peregrinatio academica* e à nacionalização ou mesmo à regionalização, muitas vezes restrita, do recrutamento universitário” (CHARLE; VERGER, 1996, p. 50). Essa característica coincide com o período da formação dos Estados Nacionais.

É um fenômeno importante do ponto de vista linguístico, já que se vê como a educação superior, que antes atendia indivíduos de diferentes origens geográficas e linguísticas, passou a servir para a implementação da ideologia do nacionalismo (que tem como uma de suas bases o mito do monolinguismo). E assim, fechada à diversidade, a universidade se manteve até a ocorrência de um novo fenômeno, de ordem principalmente econômica, que atingiu a educação superior e a ciência: a globalização.

Os movimentos de internacionalização que as instituições fazem hoje, então, têm muito que ver com uma retomada da origem da universidade e dos objetivos que ensejaram sua criação. Assim, hoje, como observa Graddol, há um grande fluxo de pessoas que se desloca internacionalmente em função da educação superior, o que caracteriza o movimento da internacionalização e tem reflexos em muitas outras áreas da sociedade, e que constitui um cenário multilíngue em torno da atividade científica:

The increase in people flow relates to other significant changes rise of world trade, shifts to services requiring face-to-face contact, wider dispersal of families, emergence of new cultural diasporas, the operations of transnational companies and the growing international trade in higher education [...]. International travel has a globalizing effect. People are brought together, businesses and institutions form relationships of interdependency and closer communication. And, more directly than many other kinds of flow, international travel brings people from different language backgrounds together, promoting the need to learn a language in common. (GRADDOL, 1997, p. 36)

Os efeitos dessas diversas condições sobre as línguas nas instituições são notáveis: em uma universidade com grande diversidade entre os alunos, docentes e pesquisadores, a oportunidade favorece o estabelecimento de uma língua franca de circulação do conhecimento, especialmente nos materiais escritos. E essa língua, na origem das universidades, era o latim.

Mas, no projeto do nacionalismo da idade moderna, uma política linguística conveniente é a que favoreça o silenciamento das línguas diferentes da língua oficial do Estado. Além disso, não interessavam políticas que promovessem o aprendizado de línguas estrangeiras, o foco eram as línguas nacionais.

Por fim, no final do século XX, período em que o mundo se colocou em rede com a revolução trazida pela internet, voltou a fazer sentido a busca por um idioma que aproximasse todas as pessoas com acesso à rede. E esse é um dos elementos históricos que explicam como o inglês alcançou sua posição atual de dominância.

Então, como as instituições se estruturam em consonância com o Estado, é natural que estejam vinculadas também às questões de ordem econômica. Na virada do século XX para o XXI, grandes transformações no mundo capitalista provocaram, e vêm provocando, mudanças nas instituições de educação superior e pesquisa. A globalização, evento originalmente econômico, afetou as relações de trabalho, o que se reflete na formação para o trabalho. E a educação superior é desde sua origem (não é apenas, mas também é) uma resposta às demandas do mundo do trabalho. Assim,

Uma vez que o pós-fordismo [...] *não* mais separa a produção da comunicação, mas faz da coincidência entre as duas a própria alavanca do desenvolvimento econômico, a primeira coisa a verificar é o tipo de comunicação, ou melhor, o tipo de linguagem de que estamos falando. (MARAZZI, 2009, p. 28, grifo do autor)

Do ponto de vista linguístico, as mudanças provocadas no trabalho pela globalização são revolucionárias. Antes, o trabalhador não tinha como ferramenta principal de seu trabalho a comunicação. Hoje, como ensina Marazzi (2009), a linguagem é um meio de sobrevivência no mundo do trabalho, já que o mercado globalizado colocou na mesma linha de produção sujeitos em diferentes países e com diferentes línguas maternas. Comunicar-se passou a ser indispensável para a produtividade

e as línguas são indispensáveis para a comunicação. Graddol também descreve a mudança:

Yet globalisation requires the closer integration of organizations which imply different working languages while the increase in world trade has multiplied the need for document translations of technical manuals, product specifications, patent applications, regulations, governing trade and so on. (GRADDOL, 1997, p. 31)

O relato de Graddol acrescenta um ponto importante para nosso debate, o lugar da tradução no mundo globalizado. Com a circulação das mercadorias e dos conhecimentos, a tradução é mais um espaço de exercícios de poder e um ponto importante de contato entre línguas. Além disso, guarda uma relação inquestionável com questões econômicas, já que

A tradução fortalece a economia cultural global, possibilitando às empresas multinacionais dominar a mídia impressa e eletrônica nos chamados países em desenvolvimento, lucrando com a possibilidade de venda das traduções a partir das línguas de maior difusão, principalmente do inglês. (VENUTI, 2002, p. 11)

Traduzir demanda um investimento alto em formação de profissionais e por isso a tendência do mercado é investir pouco em tradução das e para as línguas minoritárias e muito na divulgação do conteúdo que emana do centro do mercado. Com isso, os prejudicados são os autores que produzem conteúdo nelas: “The authors in the large languages have little to fear from foreign competition: translation costs operate as a protective barrier. The effort demanded from foreign authors who want to write directly in English serves as a formidable barrier, protecting native authors” (DE SWAAN, 2010, p. 64).

Justamente por isso, a tradução de produtos e de conhecimentos toca no ponto sensível que é a inclusão e exclusão das línguas no centro do sistema, que é a inclusão ou exclusão de seus falantes. Nem sempre suas dimensões éticas são levadas em conta pelos que trabalham com a circulação dos discursos de uma língua para outra e Venuti nos explica por que:

A tradução é estigmatizada como uma forma de escrita, desencorajada pela lei dos direitos autorais, depreciada pela academia, explorada pelas editoras e empresas, organizações governamentais e religiosas. Quero sugerir que a tradução é tratada de forma tão desvantajosa em parte porque propicia revelações que questionam a autoridade de valores culturais e instituições dominantes. (VENUTI, 2002, p. 10)

Então podemos analisar a tradução como um meio de circulação de poderes, onde se exercem hegemonias. Mas, no mundo globalizado, as línguas passaram a ser também um próprio meio de circulação das mercadorias (como design, softwares etc.). Num âmbito global, emerge daí a pergunta: que língua adotar para maximizar essa capacidade de comunicação entre os sujeitos da linha de produção? A resposta é de ordem política:

A função, agora tornada indispensável, de mediação linguístico-comunicativa dentro de cada operação produtiva determina a necessidade absoluta de alguma solução política, de alguma forma de governo da atividade econômica; mas as soluções políticas que surgem aqui e ali parecem estar destinadas a se evanescer, tendo uma vida breve, pelo simples fato de constituírem soluções *circumscribas* à esfera do agir instrumental desse ou daquele setor empresarial, desse ou daquele interesse econômico. (MARAZZI, 2009, p. 39)

Oliveira resume como o advento da sociedade do conhecimento colocou as línguas no centro do processo de enriquecimento dos Estados e isso refletiu inevitavelmente na educação:

Tornou-se obsoleto de repente uma das mais tradicionais bandeiras do Estado-Nação: um país, um povo, uma língua. Uma língua não basta mais. Não se postula mais, como política de Estado, que a população de um país permaneça ou se torne monolíngue. [...] A principal diferença entre a economia fordista, em vigor até metade dos anos 1970, e a chamada 'nova economia', que já se estruturava a partir dos anos 1980, diz respeito à

forma de organização do trabalho, não só na fábrica – evidentemente a grande metáfora do trabalho das sociedades avançadas – mas por toda a sociedade, envolvendo desde as escolas e hospitais até os próprios órgãos públicos. (OLIVEIRA, 2010, p. 22)

No mesmo sentido, Graddol comenta que os Estados nacionais tiveram sua força relativizada, ressaltando que isso não implica que estejam fracos:

Nation states are getting more plentiful – there are now over 180 states represented at the UN – and one consequence of the break-up of larger territories into separate states has been the emergence of new national languages. Simultaneously, the role of the nation state is being weakened as economic globalisation, regional trading blocs and multilateral political affiliations limit national spheres of control. Nevertheless, the death of the nation state is much exaggerated. National education systems, for example, play a major role in determining which languages in the world are taught and learned. The role of nation states is changing but is by no means abolished. (GRADDOL, 1997, p. 6)

Constatada a nova realidade trazida pela globalização, vale ressaltar que as instituições de ensino e pesquisa passam a ter, então, a missão de manter seus países competitivos neste contexto econômico por meio do fortalecimento das línguas e da promoção do multilinguismo como recurso para se fortalecer no contexto da globalização. Como ensina Oliveira (2010), se em algum momento o mito da língua única, a Anti-Babel, pareceu verossímil, a globalização veio mostrar que há mercados linguísticos fora da língua inglesa:

Ainda que os mercados nestas línguas sejam relativamente menores, trazem a possibilidade de colocação de produtos para os quais os grandes mercados estão saturados. Não se pode aumentar indefinidamente a produção de bens culturais em língua inglesa: o que levou ao seu limite superior e, portanto, ao esgotamento a produção de bens

materiais no tempo do fordismo acabará levando ao esgotamento da produção de bens imateriais em uma única língua, isto é, dentro de um único mercado. Mas há muitos mercados outros mercados a serem conquistados, e que se estruturam em outras línguas. (OLIVEIRA, 2010, p. 25-26)

O desafio para as PPLICES não se desvincula, então, do atendimento às demandas de mercado — tão criticadas e tão inevitáveis na realidade da educação superior. Mas, como discutiremos adiante, no Capítulo 5, esta crise traz a oportunidade de um movimento descolonial que interessará a muitos países. As políticas de ensino e promoção de línguas têm agora a oportunidade de ser espaço de reavaliação e transformação das estruturas que funcionam para a manutenção dos sistemas de dominação vigentes e “Intui-se aqui em que sentido a entrada da comunicação na produção coloca em crise, ou, seja como for, acaba problematizando, a forma política da democracia herdada do fordismo” (MARAZZI, 2009, p. 38).

Mesmo diante da crítica ao posicionamento mercadológico que se vê em muitas instituições de educação superior, negar a existência e a influência do mercado sobre as práticas linguísticas e educacionais é negar uma realidade, como descreve Oliveira:

Mas de novo parece que o que acontece com as línguas não é alheio ao que ocorre com o sistema de produção e com seus correlatos políticos em termos da organização dos países: estar em novos contextos de gestão, reposicionar-se para obter controle sobre novos mercados, parece envolver-se em ações de reciprocidade: para que sua língua possa estar aqui é preciso que a minha língua possa estar aí. (OLIVEIRA, 2010, p. 28)

Pensar políticas linguísticas que equilibrem as forças dos países, portanto, especialmente do Sul, no contexto global, é implementar uma ação de promoção e proteção não só de mercados mas de culturas. Prado lembra que a globalização é um dos processos que catalisa a extinção de línguas no mundo:

The phenomenon of language extinction, brought on by various factors in the recent and distant past (including colonization, genocide, epidemics, war, displacement, and language bans) is now being amplified by a globalisation process evolving on multiple levels (economic, technological, social and political) alongside urbanization. (PRADO, 2012, p. 38-39)

As PPLICES não podem se furtar a enfrentar questões como essa. Por isso a globalização tem trazido tão fortemente o paradoxo de que, para existir no contexto global, é essencial valorizar o que é local. Laus e Morosini (2005, p. 121) relatam que a globalização provocou reações das instituições que tomaram iniciativas para se inserir no contexto global, inclusive ampliando a atenção a seu lugar no contexto nacional. Ações como investimentos em programas de línguas foram iniciadas na virada do século XX para o século XXI:

The process of globalization and the massive increase in access to information has still not enable significant portions of the academic sector in Brazil to join the rest of the academic world. But in the past few decades, the process has begun to take on a life of its own and imprint itself on the academic world at the national level. This in turn has produced reactions from institutions. Programs in foreign languages, joint research, and the widespread use of information technology for teleconferencing and distance education are all now offered by most institutions, public and private. (LAUS; MOROSINI, 2005, p. 121)

E eis como tudo isso se conecta à problemática das PPLICES. Que ações estão ao alcance de Estados e instituições para reagir às pressões que o sistema de produção impõe sobre o ensino e a pesquisa, sem contribuir para resultados de graves dimensões éticas, como a extinção de línguas e a invisibilização de culturas? Antes de respondermos às perguntas desse campo será preciso muita investigação.

Dentre os efeitos da globalização sobre as PPLICES, identificamos um processo de intensa internacionalização das instituições. São programas de mobilidade, intercâmbios e outras ações com foco em colocar os pesquisadores do mundo em diálogo. Assim,

passaremos a uma análise deste processo e seus efeitos sobre as PPLICES.

3.3 Internacionalização da educação superior: PPLICES e a globalização

A internacionalização da educação superior é um fenômeno que consiste no conjunto de ações para que as instituições se coloquem em diálogo com parceiros do cenário internacional para produção e circulação de conhecimentos. Nesta seção, analisamos como esse processo tem se desenvolvido a partir das demandas que a globalização da economia impôs aos Estados e como ela reflete nas políticas linguísticas, inclusive demandando por novas políticas, mais específicas, que deem conta de suas peculiaridades.

A internacionalização é um processo indissociável de políticas, já que “Independientemente del nivel de desarrollo y de la intensidad del grado de internacionalización, la elaboración de políticas y estrategias institucionales debe ser un factor común” (SEBASTIÁN, 2011, p. 7). As PPLICES são parte importante disso e, portanto, sua elaboração está sendo pensada nesse contexto. Como vimos, a hipervalorização do inglês é consequência das políticas que vêm sendo adotadas.

O processo de internacionalizar tem consequências linguísticas muito mais amplas do que a dominação do inglês no campo das PPLICES. Mais que isso, é um elemento-chave para compreender as especificidades da educação superior e da ciência e suas demandas para as línguas na contemporaneidade. Pode ser analisada de uma perspectiva dual:

La evolución y aplicación del concepto de internacionalización al ámbito institucional de las universidades obliga a una reinterpretación de este concepto y a su consideración como un ámbito dual, asociándolo no solamente con la proyección internacional de las capacidades docentes e investigadoras, sino con las estrategias de fortalecimiento institucional. La internacionalización se concibe, por un lado, como un proceso para la mejora de la calidad y pertinencia de las funciones universitarias y por otro, como un instrumento para la proyección internacional. (SEBASTIÁN, 2011, p. 4)

Assim, a dualidade de que fala o autor é um potencial a ser explorado. A internacionalização faz sentido quando é um processo de exposição da produção de conhecimento da instituição, um espaço de visibilidade mas também traz consigo a oportunidade de aperfeiçoamento dessa produção por meio do diálogo com interlocutores internacionais. Trata-se, então, de um processo com vistas a inserir as instituições de educação superior no contexto internacional de um ponto de vista dialógico.

A inovação, o desenvolvimento de tecnologia e o estabelecimento de redes internacionais de pesquisa sobre objetos de estudo comuns a vários países têm colocado o assunto na agenda dos Estados e das instituições. Afinal, como vimos, essas questões extrapolam o universo educacional e dialogam com a economia e as estratégias de sobrevivência econômica e política dos Estados no contexto internacional.

Aliás, as universidades no mundo globalizado são fortemente afetadas pelo mercado, a tal ponto que, nas palavras de Castro-Gómez, confundirem-se com as corporações:

En este sentido decimos, entonces, que la universidad se “factoriza”, es decir, se convierte en una universidad corporativa, en una empresa capitalista que ya no sirve más al progreso material de la nación ni al progreso moral de la humanidad, sino a la planetarización del capital. El conocimiento científico en la posmodernidad es immanente. Ya no es legitimado por su utilidad para la nación ni para la humanidad, sino por su performatividad, es decir, por su capacidad de generar determinados efectos de poder. (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 86)

A problematização do autor é contundente. As relações do capitalismo com a educação superior, como vimos, é cada vez mais próxima e complicada. Por isso, as PPLICES para esse contexto não podem se furtar a lidar com a pressão da economia sobre a universidade. Reconheçamos que o próprio conceito de internacionalização evoluiu:

Es preciso comprender la evolución que ha sufrido el concepto y los procedimientos de la cooperación internacional, habiendo pasado de ser un simple fin para la consecución de recursos

económicos, visión tradicional que todavía está muy generalizada, a ser un medio para el fortalecimiento institucional, lo que implica no solamente una visión distinta de la cooperación, sino una política y una organización enfocada a alinear la cooperación con los planes de desarrollo institucional y actualmente, además de mantenerse esta visión, se une su consideración como una estrategia para aumentar la intensidad de la internacionalización y que ésta se incorpore a la cultura institucional. (SEBASTIÁN, 2011, p. 8)

Internacionalizar-se, então, não é mais sinônimo de viajar e receber visitantes. É estar no mundo e ter em casa o mundo, de muitas formas. Além dos conhecidos programas de intercâmbio e mobilidade de estudantes e pesquisadores, atualmente há iniciativas de internacionalização sem foco na mobilidade. São ações que visam a colocar em rede pessoas que se dedicam a um objeto de estudo comum sem que necessariamente seja preciso investir em seu deslocamento geográfico.

Um exemplo delas é o COIL (Collaborative On Line International Learning). É uma estratégia de ensino que consiste em colocar dois grupos de estudantes em países diferentes para trabalhar colaborativamente em um mesmo projeto. O processo se dá por meio de plataformas on line, tais como grupos de Facebook, Whatsapp, e-mail, Skype etc. É preciso que os docentes das duas turmas sejam parceiros e que o objeto esteja claro para todos os envolvidos. Não se trata de um curso para duas turmas, mas dois cursos que apenas compartilham um projeto (SUNY COIL CENTER, s.a., n.p.).

Dentre as estratégias com mobilidade, outro tipo que vem sendo adotada é a internacionalização do currículo: as instituições têm se dedicado a ofertar cursos que sejam atrativos para os outros países; ensinar conteúdos que valham a pena a opção pela mobilidade por quem chega ao país; ofertar ensino de línguas para acomodar a diversidade linguística na instituição; ofertar disciplinas em diferentes línguas; afinar currículos entre cursos iguais de instituições de países diferentes, entre outras iniciativas.

Na adoção de uma PPLICES voltada à promoção da língua local e, ao mesmo tempo, inserção da universidade (e do país) nos espaços de maior relevância internacional, outra ação cada vez mais comum é a implementação de Centros de Língua. Além de permitir o ensino da língua local para os estudantes estrangeiros em mobilidade, esses

espaços auxiliam a ensinar línguas estrangeiras para seus alunos, permitindo que se qualifiquem para se comunicar com a comunidade científica mundo afora, sobretudo em língua inglesa. Os Centros de Língua nas universidades também têm sido uma estratégia de suprir uma defasagem da educação básica em prover níveis mínimos de proficiência em L2 e, assim, tornar mais forte economicamente o país no contexto global, demanda descrita assim:

Over the past decades, however, economic globalisation forced Latin American countries to open up their hitherto closed economies and to integrate into the world market under subordinate conditions, which included the creation of a significant number of private, profit and non-profit-oriented universities. A need for learning FLs, above all English, was felt to be more urgent than before. Since secondary public education did not provide the necessary FL skills in most countries, the universities set up FL centers to remedy what was now felt as a deficit. (HAMEL; LÓPEZ; CARVALHAL, 2016, p. 4)

De uma maneira ou outra, no entanto, não é dispensável uma política linguística por parte das instituições envolvidas, já que é essencial um meio para que os sujeitos estejam em contato e trabalhem cooperativamente, a eleição de línguas de trabalho. O Brasil tem encontrado desafios nessa área e destacamos dois exemplos em que a intenção de internacionalizar vem forçando à adoção de PPLICES.

No âmbito federal, a iniciativa mais recente foi o programa Idiomas Sem Fronteiras, movimento nacional de ensino de inglês e espanhol como língua estrangeira, entre outras, com finalidade de oportunizar a mínima proficiência em L2 para estudantes de ensino médio e superior, para concorrer às bolsas de mobilidade do programa a que se associava essa iniciativa, o Ciência Sem Fronteiras. Junto com a oferta de cursos, esse movimento abrangeu também a formação de aplicadores de teste de proficiência¹¹ e a aplicação em massa de testes para certificação desses sujeitos. Este tipo de ação é o que se chama de planejamento linguístico, o conjunto de ações para implementar a

¹¹ Destaca-se o teste TOEFL-ITP, versão simplificada do teste TOEFL que pode ser aplicada ao mesmo tempo a um grupo de indivíduos por não avaliar a habilidade de *Speaking*, conforme informado no site do teste (MASTERTEST, s.a., n.p.).

política linguística adotada pela autoridade em questão. Cabe, no entanto, o questionamento sobre qual exatamente a política linguística que está sendo implementada neste caso: uma certificação em massa independente da competência real de comunicação na língua-alvo? um bilinguismo real, com foco na língua inglesa? uma inserção da língua portuguesa no campo da ciência de alguma forma?

Uma iniciativa semelhante, construída a partir da experiência do Idioma Sem Fronteiras é o programa do governo estadual paranaense Paraná Fala Inglês. Conforme o site do programa, o objetivo é capacitar docentes e discentes para participar dos programas de internacionalização (SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR, s.a., n.p.). Em comunicação oral proferida na conferência da Associação Brasileira de Educação Internacional - FAUBAI 2017, a professora Eliana Segati Rios Registro, coordenadora do programa, relatou que se trata de um desdobramento do Ciência Sem Fronteiras, espelhado no Idioma Sem Fronteiras, desenvolvido nas universidades estaduais daquele estado. Entendem que reflete economicamente para o estado do Paraná porque resulta em parcerias internacionais e projetos de cooperação conjunta.

Em comum, os dois relatos de experiências nacional e estadual, que trouxemos como exemplo, têm o fato de encontrar obstáculos semelhantes: alta evasão, baixa proficiência, inadequação do material didático e desmotivação dos sujeitos (equipe e estudantes), sobretudo com a alegação de que o material não atende às necessidades e demandas dos envolvidos (conforme descrito em Comunicação Oral na FAUBAI 2017). No caso do Paraná, o relato é que a segunda etapa do programa vai concentrar recursos na qualificação das equipes e dos materiais, inclusive ampliando a autonomia da equipe para desenvolver materiais didáticos.

Oliveira condiciona a questão da língua com o sucesso da experiência internacional das instituições:

A estratégia de internacionalização necessita e articula-se, portanto, com novas políticas linguísticas, que no caso brasileiro desdobra-se inclui o reconhecimento do baixo sucesso do ensino e do domínio do inglês, língua-pivô da produção científica e tecnológica nesse início do século XXI, e programas para superação dessa situação, como no caso do Programa Inglês Sem Fronteira (Brasil, MEC), decorrente da necessidade de ter jovens que falem inglês para

mandar ao exterior no Programa Ciência Sem Fronteira, igualmente desenvolvido pelo MEC e, por outro, orienta-se pelo incremento do domínio e circulação do espanhol, pivô da articulação continental via Mercosul e Unasul, prevista e instituída por diversas disposições legais (OLIVEIRA, 2013, p. 428).

Por tudo isso, a internacionalização da educação superior merece atenção do campo da PPLICES. As políticas linguísticas das universidades e dos Estados devem, como se viu, atentar para essas questões ao decidir que línguas ensinar, em que línguas ensinar, que relações internacionais promover na produção e difusão de conhecimento.

A internacionalização é um meio de inserir e manter relevantes as universidades no campo da ciência e educação superior em uma escala global, como avalia Oliveira:

Em primeiro lugar, a pressão pela internacionalização das instituições significa uma inflexão nova na política que se aplicou em décadas passadas, no caso brasileiro, e que se orientava, sobretudo à construção de um mercado interno integrado e protegido da concorrência internacional, com políticas (fiscais, cambiais, de investimento, etc) que podem ser consideradas extensão modernizada da antiga 'substituição de importações', característica de países com pouca capacidade competitiva e que viam na proteção do mercado uma via para a industrialização e a diversificação da produção. Assim, na política de pós-graduação desenvolvida no Brasil a partir dos anos 1960, à medida em que uma área ia tendo mestrados e doutorados nas universidades brasileiras, ia-se cortando, total ou parcialmente, a possibilidade de bolsas de estudo para se cursar esses níveis no exterior, pois essa formação já tinha sido "substituída" e devidamente nacionalizada (OLIVEIRA, 2013, p. 427).

Essa visão protecionista acaba limitando os resultados que a internacionalização pode trazer. Por meio da internacionalização, uma universidade brasileira, por exemplo, pode ampliar sua capacidade de

pesquisa, buscar expertise em uma área ou várias, trabalhar em cooperação com parceiros internacionais, qualificando a produção e a difusão de conhecimento para melhorar a experiência de seus docentes e discentes. O desafio para internacionalizar é encontrar, no mundo, quem são os parceiros ideais para estabelecer convênios e intercâmbios. E, para isso, é essencial que haja espaços de visibilidade para os parceiros potenciais. Uma das maneiras de viabilizar esse contato é a valorização das redes, sobre as quais falaremos na Seção 5.3.

No Brasil, desde 1930, há movimentos de internacionalização da educação superior. A evolução da internacionalização da educação superior no Brasil, em sua primeira fase, tinha a ideologia de enviar pesquisadores brasileiros para “aprender” com os estrangeiros e “importar” conhecimento que fizesse evoluir a educação superior nacional. Depois, vem um momento de busca por mais paridade entre os parceiros de pesquisa, como ensinam as autoras que citamos em seguida:

This traditional model of cooperation – in many cases not symmetrical, without opportunities for any possibility of mature institutional collaboration - was one of the first formal instruments for internationalization. It dominated the process from the 1930s until the late 1960s, when the experts emerged from this process began to play fundamental role in the development of thought and scientific development in Brazil, particularly in the social sciences and humanities. After World War II, the process of formalizing accords with foreign countries began. During the 1960s, this process evolved into bilateral agreements for scientific and technological cooperation. (LAUS; MOROSINI, 2005, p. 119)

Nessa dualidade, é importante seguir princípios para que as parcerias promovidas pela internacionalização sejam construtivas e tragam igualmente ganhos para todos os parceiros. É preciso que as instituições dediquem-se à internacionalização sem se afastar dos fundamentos de ser uma universidade: a contribuição para o desenvolvimento local. Como afirmamos anteriormente, desde sua origem as universidades têm algumas características de afirmação da ideologia do Estado. Outra marca ancestral dessas instituições é ser espaços de crítica da sociedade, espaço de debate sobre a realidade e

construção de conhecimento capaz de encaminhar a transformação social, como vemos no registro sobre o século XVIII:

As sociedades desse tempo tinham necessidade de um determinado número de intelectuais bem-formados, a serviço do príncipe e da Igreja, mas a multiplicação destes nas dimensões de um grupo social autônomo (o *Bildungsbürgertum* alemão) arriscava-se a perturbar a hierarquia estabelecida das ordens e dos valores; ora, até então os diplomas (e, assim, os próprios estudos) tinham tido como função nem tanto manifestar uma qualificação específica, mas garantir a inserção do diplomado em um nível socialmente reconhecido. A chamada “crise da universidade”, situada no fim do Antigo Regime, deve-se muito mais à imagem que dela se fazia e às funções que lhe atribuía a sociedade da época, que ao esclerosamento do seu ensino e à queda de sua clientela. Não é o caso de se negar esta crise, há muito tempo diagnosticada pelos historiadores, mas de dar-lhe sua dimensão exata e, através disso, redirecionar os debates que colocaram em oposição, em diversos níveis de instâncias sociais e políticas, a definição da vocação da universidade. (CHARLE; VERGER, 1996, p. 55-56)

Há portanto uma questão ética que se apresenta às instituições que pretendam promover um processo de internacionalização consciente, não perpetuador das violências da colonização. Questões de ordem da própria natureza da educação superior, que desde sua origem chama para si o papel de questionar e pensar a realidade em que se insere:

En otro sentido, los nuevos paradigmas que se plantea el mundo contemporáneo y que se derivan, en buena medida, de las circunstancias antes anotadas, colocan a las universidades de la región en una verdadera encrucijada, donde tendrán que elegir entre servir a los intereses del gran capital o a los intereses del pueblo humilde, entre dejarse aplastar por la secuela de transformaciones en que está inmerso el mundo,

convirtiéndose en razón instrumental de éste, o situándose como conciencia crítica de su tiempo para encabezar las transformaciones en bien de sus pueblos. (LÓPEZ, 2005, p. 230)

Por isso uma das questões que o campo de PPLICES deve atender é de como aproveitar as possibilidades de troca oferecidas pelo mundo em rede para produzir e fazer circular conhecimento sem abrir mão do compromisso ético com as línguas e suas culturas. Simplesmente aderir ao monolinguismo anglófono sem uma postura um pouco mais crítica pode ser uma forma de violência por meio de negligência.

Nesses processos do poder no campo da ciência, a língua usada para a produção e circulação do conhecimento é uma questão fundamental, sobretudo no contexto global em que o mercado exige, para sobrevivência, a comunicação das instituições com sujeitos além de seu contexto regional. Como vimos, hoje a língua mais usada nessa esfera é o inglês, ainda que nem sempre tenha sido esta a realidade. Erling e Hilgendorf explicam que o aumento dos programas de mobilidade, intercâmbios, é um fator que contribuir para o crescimento da adoção do inglês tanto em áreas em que ele é exigido quanto por um uso “espontâneo” por parte dos falantes:

[...] the use of English is increasing both in domains where its use is officially prescribed as well as in areas where no formal requirements to use English exist. The increase in the use of English can be attributed to, among other things, (a) wide variety of courses with outlined prerequisites for English, (b) courses that assume English proficiency, without requiring it explicitly and, finally, (c) the popularity of exchange programs, which have resulted in a constant influx of international students and lecturers. (ERLING; HILGENDORF, 2006, p. 278)

O assunto na internacionalização, como se evidencia, é um tema desafiador para as PPLICES. Em tese, inserir-se na rede internacional de pesquisadores e países pode ser uma possibilidade muito rica para a promoção do multilinguismo, com muitas potenciais realizações para a circulação e a produção de conhecimentos. Por outro lado, como a realidade paradoxalmente tem mostrado, a coexistência dos

pesquisadores no espaço internacional parece ser mais impulso para a constituição de um campo monolíngue, falante de inglês. Como se a garantia de qualidade estivesse atrelada ao uso predominante da língua hegemônica nas instituições do país. Assim afirmamos com as autoras alemãs:

In order to prevent a 'brain drain', the government has taken several steps in an effort towards internationalization, which is resulting in what can be termed a simultaneous Englishization of the domain. In effect, German policy uses English in order to help improve the overall standards of universities and to make them more attractive to foreign students. (ERLING; HILGENDORF, 2006, p. 273)

Essa questão da atratividade é complicada, pode incorrer numa política de meritocracia, baseada na competição entre instituições e línguas, uma postura mercadológica que contraria a ética da educação. Por tudo isso, a internacionalização da educação superior é um fenômeno que pede por políticas linguísticas definidas. Políticas implícitas equivalem à aceitação tácita do inglês como língua natural, o que mostra uma visão parcial do quadro. Com os efeitos desse processo, a consequência é que junto com a internacionalização venham as discussões para construir novas políticas. Tendo apreciado o estatuto da língua inglesa e sua relação com a internacionalização, agora daremos um passo ao lado para observar que lugar tem ocupado a língua portuguesa neste campo e os efeitos do processo nas instituições brasileiras.

4 PPLICES DA LÍNGUA PORTUGUESA: LUSOFONIA E AÇÕES DAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Neste capítulo será abordado o estatuto da língua portuguesa no campo da ciência atualmente, identificando que políticas e ações têm sido efetuadas para sua promoção e quais as questões a ser analisadas para a promoção do português no campo da educação superior e da ciência. Também vamos analisar algumas das PPLICES já documentadas pelas instituições brasileiras.

O recorte para analisarmos a língua portuguesa em detrimento de todas as outras nesta etapa da pesquisa se justifica por dois critérios. O primeiro decorre do lugar de origem da própria pesquisa, desenvolvida no Brasil e em língua portuguesa, que torna inescusável nossa responsabilidade de produzir e difundir conhecimento sobre nosso idioma no campo de PPLICES. O segundo são os próprios movimentos da língua na virada para o século XXI. Como veremos, um conjunto de acontecimentos leva a crer que a lusofonia passa por uma virada paradigmática e as instituições de educação superior no Brasil ainda estão reagindo na criação.

4.1 PPLICES na lusofonia

Com a formação da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) e os eventos de internacionalização da gestão da língua, o português tem dado exemplos às outras fonias de ações possíveis para a promoção da língua e da cultura (acadêmica, inclusive) que a contém. Agora, no século XXI, com a criação e o fortalecimento da CPLP e do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), vemos que a africanidade da língua portuguesa cresce em representatividade na lusofonia.

A CPLP, conforme informações de seu próprio sítio, foi criada em 1996. De acordo com sua Declaração Constitutiva, consta entre seus objetivos a promoção de parcerias no campo da produção e difusão de conhecimentos no item que diz: “Incrementar o intercâmbio cultural e a difusão da criação intelectual e artística no espaço da Língua Portuguesa, utilizando todos os meios de comunicação e os mecanismos internacionais de cooperação” (CPLP, 1996, p. 2).

O IILP é outra entidade que desempenha um papel fundamental na organização da gestão pluricêntrica da língua portuguesa. Ele reúne os países membros da CPLP desde o final da década de 1980 e sua

organização foi uma das origens da consolidação da Comunidade, inclusive. Dentre suas principais ações, destacam-se: elaboração do Vocabulário Ortográfico Comum (VOC) da língua portuguesa; a publicação do periódico científico Revista Platô; e a organização do Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/ Língua Não Materna (PPPLE).

A Revista Platô é um exemplo das iniciativas de que estamos tratando nesta discussão. Como uma ação de política e planejamento para a língua portuguesa, o periódico é um espaço de visibilidade para a produção científica em língua portuguesa que, amparado por uma rede internacional de vulto como a CPLP, pode receber divulgação suficiente para ser de fato conhecida por pesquisadores de todos os países que falam português, um espaço de referência para pesquisadores que pretendem acessar conteúdo organizado a respeito de certo tema e acessível em certa língua — no caso, as políticas linguísticas e o português, como informa seu sítio (IILP, s.a., n.p.).

Sobre o PPPLE, elaboramos recentemente uma análise (OLIVEIRA; JESUS, 2018). Embora não seja um espaço de visibilidade para produção de conhecimento científico — e, portanto, não caberá nesta tese aprofundarmo-nos em olhar o PPPLE — nossos estudos indicam que a plataforma tem potencial para contribuir na consolidação desta virada paradigmática, que é a busca por uma gestão pluricêntrica da língua portuguesa. Como ferramenta, o PPPLE pode contribuir para a constituição de uma rede de compartilhamento de materiais didáticos entre professores de português como língua estrangeira do mundo todo. Esta criação de redes de circulação de conhecimento é um dos elementos que parecem ser um caminho alternativo às relações de submissão e hegemonia entre línguas nesta esfera.

No Brasil, registram-se ainda algumas ações que foram desenvolvidas para promover a língua e as políticas para ela, como a criação do Instituto Machado de Assis (IMA). Conforme o sítio do Ministério da Educação do Brasil, esta instituição foi criada com foco em políticas de promoção da língua portuguesa, incluindo a pesquisa no idioma, a partir da constituição de uma Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa (COLIP), constituída pela gestão do então Ministro Fernando Haddad.

E, com finalidade semelhante, em Portugal há o Instituto Camões (IC), criado em 2012. Seu objetivo é promover a língua portuguesa no contexto internacional e está ligado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do governo de Portugal, conforme informações do sítio

(IC, s.a, n.p.). Outro órgão que atua a partir de Portugal é o Observatório da Língua Portuguesa (OLP), criado em 2008, e que tem como um dos objetivos contribuir para “[...] a formulação de políticas e decisões que concorram relevantemente para a afirmação da Língua Portuguesa como língua estratégica de comunicação internacional” (OLP, s.a., n.p.).

De volta ao Brasil, o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL) é um entidade focada em promover pesquisa e outras ações neste campo. Embora voltado à promoção da língua portuguesa no contexto internacional, o IPOL inclui entre suas metas a proteção às línguas minoritárias no Brasil, incluindo entre seus objetivos a promoção do uso da internet para essas finalidades (IPOL, s.a., n.p.). Todas estas entidades são entes que viabilizam (e personificam até) a existência de políticas linguísticas para o português.

Há muitas críticas ao funcionamento destes órgãos, chamados de burocráticos e pouco eficientes em seus propósitos, além de serem acusados de funcionarem como meios de manutenção da dominação da língua portuguesa por Portugal. A crítica é trazida, por exemplo, por Manuela Oliveira de Jesus:

Com os objetivos traçados pela CPLP, no que tange à língua portuguesa, tem-se a impressão de que Portugal realmente busca a promoção da língua portuguesa, entretanto, se o referido país assume a participação efetiva na CPLP, ele não está isento de rivalidade com outros países membros dessa comunidade, como o Brasil, por exemplo, que surge no cenário global com autonomia histórica e político-econômica. (JESUS, 2015, p. 95)

A mesma autora ainda sustenta que “[...] o IIPL não tem se apresentado como ferramenta efetiva na concretização desses objetivos” (JESUS, 2015, p. 96). Contudo problematizamos essa conclusão, que nos parece precipitada. A virada paradigmática por que está passando a língua portuguesa no advento do século XXI é um evento muito recente e ainda em curso. Em termos históricos, então, qualquer análise atual será uma conclusão momentânea.

É preciso lembrar que línguas e suas culturas são quase uma unidade e justamente por isso as mudanças que se processam sobre elas levam muito tempo. Às vezes, séculos. Mais que isso, o novo momento da língua é marcado por uma tendência demográfica de que, em algumas

décadas, o maior contingente de falantes do português seja de pessoas da África, como Oliveira (2016) demonstrou em seu estudo demolinguístico. Essa mudança em curso provocou ações para organizar uma gestão pluricêntrica da língua. Dentre as preocupações desses novos tempos, está a presença da língua no campo da ciência.

Oliveira reflete sobre como até a segunda metade do século XX era difícil pensar numa política linguística de promoção e difusão da língua portuguesa que fosse realmente pluricêntrica devido a questões de ordem política e econômica. As ditaduras e o colonialismo em que estavam imersos os países da lusofonia — com especial gravidade no caso dos países africanos — não permitiam sequer começar a pensar em uma mobilização para esse processo:

Este era um mundo francamente negativo para a língua portuguesa, pois seus falantes encontravam-se em países com ausência ou carência de democracia, cidadania e liberdade de expressão, seus autores eram perseguidos e censurados, parte importante dos seus intelectuais e cientistas vivia no exílio, seus sistemas escolares eram carentes de recursos, lacunosos e elitistas, excluindo boa parte da população do letramento, mormente do letramento universitário; as novas tecnologias, como o rádio e a televisão, eram limitadas, como em Portugal, ou desqualificadoras da população, como no caso do Brasil, com conteúdo superficial e comercial. Que apelo o português poderia ter no concerto das grandes línguas do mundo naquelas circunstâncias? (OLIVEIRA, 2013, p. 59)

Como comenta o autor, o acesso à educação superior era ainda mais reduzido que hoje, o que podemos interpretar como um dificultador significativo para a promoção da língua portuguesa no campo da ciência, da produção e difusão do conhecimento. Nesse período em que, como o mesmo autor assinala (OLIVEIRA, 2013), os Estados Unidos e a Inglaterra eram as potências mundiais, é natural compreendermos que o inglês tenha se consolidado como a língua de circulação dos saberes científicos. Atualmente o cenário é outro:

O período pós-2004 [...] tem sido um período virtuoso para o crescimento da língua portuguesa, tanto internamente como externamente. Ampliou-se o letramento da população, o crescimento da classe média, criando uma produção e um consumo cultural mais sofisticados, mais viagens ao exterior e maior acesso à internet. Esses fatores fomentam um interesse maior pelos países de língua portuguesa e, conseqüentemente, maior disposição para o aprendizado do idioma como língua estrangeira. (OLIVEIRA, 2013, p. 62-63)

Assim, a chegada do século XXI trouxe consigo novas configurações políticas, econômicas e culturais para o mundo lusófono. Há diferentes condições hoje que permitem pensar políticas de promoção e difusão da língua portuguesa como meio de dar a conhecer a produção de conhecimento lusófona. E é necessário investir nessa promoção como meio de promover o processo decolonial, visando relações mais justas entre os Estados e a valorização do Sul no contexto global.

Com isso, fica claro que as PPLICES para língua portuguesa vão muito além da promoção de sua variedade lusitana: é a promoção da identidade lusófona que é, ao mesmo tempo, europeia, latina, africana e asiática. Não há escape: o português é uma língua global. E, quando se fala em PPLICES para o português, a sigla inclui o planejamento que, como vimos com Calvet (2007), consiste em ações que concretizam, colocam em prática as políticas.

Um exemplo pode ser encontrado na Universidade de Porto Rico, onde a área de ensino de língua portuguesa cresceu em números de estudantes e docentes (VILLANÚA, 2013). Villanúa relata como as aulas de seu curso de Português como Língua naquela instituição oportunizaram reflexões sobre o tema da colonialidade. Segundo a autora, além do crescimento do interesse econômico mundial no Brasil, a demanda por conhecer a língua portuguesa e as culturas da lusofonia se explica pelo entusiasmo dos estudantes porto-riquenhos em estudar uma língua com que podiam se relacionar sem hierarquia, repensando sua própria identidade:

Sem exageros, parece-me que o estudo das culturas lusófonas no DLE tem, justamente, a dupla função de possibilitar a descoberta do outro e de si, não mais a partir do olhar hierárquico e

redutor que acompanha o inglês na escola, mas a partir de uma posição de igualdade que reconhece as diferenças e estabelece pontes através de aspectos comuns. Por isso, nada é melhor do que o primeiro dia de aulas no nível básico quando ninguém na sala, excetuando o professor, conhece a língua nova; todos estão no mesmo barco e juntos começamos uma viagem pessoal e coletiva. (VILLANÚA, 2013, p. 5)

Existem relações de poder dentro da lusofonia, evidentemente. Assim como se dá na esfera política e econômica, também na esfera linguística as variedades competem entre si por espaço e reconhecimento dentro da língua portuguesa, no conflito que Bourdieu (1977), como vimos, descreve. Se em um passado distante a hegemonia lusitana foi absoluta, a emergência do Brasil e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) estabelece a tensão pelo reconhecimento da heterogeneidade das vozes que falam português. Jesus (2015, p. 95) comenta o tema:

Além disso, qual é a variedade da língua portuguesa falada nos quatro continentes onde ela está presente? A europeia? Não se deve crer que o fato da variedade lusitana prosperar nos discursos oficiais implique um consenso ou um uso generalizado dessa variedade nos países falantes de língua portuguesa. [...] Nesses termos, entende-se que o “domínio linguístico português” passa muito mais pelo caldeamento político e sócio-histórico desde a época das colonizações e sua intenção em assegurar a hegemonia há muito tempo perdida, do que propriamente pela “democratização linguística”. (JESUS, 2015, p.95)

Também por isso é importante seguir promovendo a visibilidade da língua portuguesa em geral e, no caso da ciência, das PPLICES que fortaleçam o português no cenário monolinguista que hoje predomina. Se, como vimos com Amon (2001), muitas vezes a barreira linguística faz com que se difunda a sensação de inexistir conhecimento em determinada língua sobre determinado assunto, é fundamental que as PPLICES protejam as línguas e suas culturas desse ocultamento.

Ilustramos essa interpretação com um dado de pesquisa. Esperança (2009, p. 6) entrevistou estudantes de português como L2, perguntando qual a motivação dos respondentes para aprender a língua. Das respostas, destaca-se que 29,1% dos entrevistados disseram “para encontrar ou progredir no meu emprego” e 7,3% apontaram como razão “para fazer negócios”. Interpretamos esses dados como um indicativo do valor da língua portuguesa no mercado das línguas. Aprender nosso idioma é interessante do ponto de vista de mercado de trabalho para quase $\frac{1}{3}$ daqueles estudantes, dada a natureza supercentral do português. Esse dado é importante para as PPLICES da língua portuguesa pois sugere que não é interessante para países lusófonos aderir à pressão do monolingüismo do inglês — seria como abrir mão de um recurso econômico.

Em palestra a uma plateia de linguistas, Castilho fez referência à necessidade de intensificar a visibilidade da produção científica brasileira em Linguística. Para o autor, até mesmo para as revistas brasileiras da área, a produção de conhecimento permanece invisibilizada ou relegada a segundo plano, em favor das publicações internacionais: “A consequência perversa desse comportamento é que a enorme produção científica brasileira não tem sido lida, não tem sido avaliada, não tem sido criticada. Basta passar os olhos pela seção das resenhas, em nossas revistas, para ver o que está rolando” (CASTILHO, 2015, p. 24).

Conforme o autor, o movimento de valorização da produção brasileira no campo da Linguística será um sinal de amadurecimento da área: “Penso que a atual geração deveria conduzir a Linguística brasileira à sua maioria, desenvolvendo reflexões teóricas, mantendo a interação com os centros mundiais, mas estabelecendo com eles mãos de direção” (CASTILHO, 2015, p. 23).

E, de fato, nossa produção está buscando ser vista em língua inglesa. Recentemente, fomos coautores de uma análise preliminar das línguas em que os pesquisadores brasileiros têm publicado seus artigos. Naquele levantamento (OLIVEIRA *et al.*, 2017, p. 25 e ss.), identificamos que o inglês supera o português em publicações nas ciências médicas e biológicas. Nas ciências agrárias, exatas e engenharias, fica em segundo lugar mas com quase 40% do total das publicações. E até mesmo nas ciências sociais, humanas e linguagem o inglês ocupa mais de 15% do total de artigos publicados — corroborando a fala de Castilho.

A presidente do Instituto Camões, Ana Paula Laborinho, defende que as políticas de valorização do português como língua da ciência

deveriam ser consideradas políticas de fortalecimento dos países no contexto internacional, e exemplifica ações que podem viabilizar esse movimento:

“Uma língua não será também uma grande língua internacional se não se afirmar do ponto de vista da ciência e da inovação” considerou a presidente do Camões. De forma a que a língua portuguesa conquiste esta posição, a também professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa entende ser necessário estabelecer bases de dados científicos e preparar terminologias científicas em português. “É preciso que as questões da linguagem natural e da automatização passem também a ser trabalhadas em português” rematou. (PONTO FINAL, 2017, n.p.)

Uma questão frequentemente levantada quando se pensam políticas linguísticas para a língua portuguesa é o cuidado para que sua promoção não seja uma contribuição para o domínio do Norte sobre o Sul, no sentido de que a variedade lusitana pode acabar sendo assumida como a variedade a ser promovida, como observa Jesus:

Além disso, acredita-se que há um interesse por parte de Portugal em expandir a língua portuguesa em sua variedade lusitana, apresentando a lusofonia como consequência quase passiva da expansão dessa língua iniciada com as grandes navegações e procurando manter, pela via linguística, uma parte do espaço perdido após as incursões marítimas (JESUS, 2015, p 90).

A tendência, contudo, como observa Oliveira (2016), é que a língua portuguesa torne-se cada vez menos lusitana e mais plural. Isso porque tanto em termos demográficos como econômicos o centro de gestão da língua está se deslocando para o Sul. Ou ao menos se equilibrando em forças na relação entre Norte e Sul. No período colonial, a supremacia lusitana era inquestionável. Já no século XX, o Brasil assumiu o coprotagonismo na gestão da língua, como relata Silva:

Nota-se também, que enquanto os centros e leitorados portugueses se concentram na Europa, os brasileiros estão principalmente localizados na

América Latina, mas em menor quantidade. Essa concentração na Europa, provavelmente se explica pelo fato do português europeu ser língua oficial da União Europeia e pela política do bloco europeu de fazer com que cada cidadão fale pelo menos duas línguas estrangeiras, além dos programas de intercâmbio intracomunitário. Essa configuração é um forte indício de que diante das políticas portuguesas e brasileiras para promoção do português, a Europa se tornou o espaço de promoção da variante europeia, enquanto que a América Latina, o espaço de promoção da variante brasileira. (SILVA, 2010, p. 3024)

Por tudo isso, vemos que ainda é longo o caminho a ser percorrido pela língua portuguesa para ganhar espaço na ciência. Mas também vemos que a língua portuguesa, com seu esforço em democratizar os centros de elaboração de normas linguísticas, e em conectar conhecimentos entre seus falantes, tem dado exemplos de movimentos que podem desencadear novos meios de se comunicar no campo da ciência.

Porém, veja-se: a lusofonia é um contexto onde há esforços reais para promoção da língua, com mobilização dos Estados. É, ainda, o português uma língua de colonização, presente em cinco continentes. E, ainda assim, há uma grande lacuna onde poderia haver PPLICES para a língua portuguesa. Pensemos, então, nos efeitos da falta de políticas para produção e circulação de conhecimentos nas línguas minoritárias e minorizadas diante do contexto internacional.

Com tanta riqueza possível nas trocas, nos parece cada vez mais reducionista investir em ações que reforcem a supremacia de uma única língua no campo da ciência. E, com essa percepção, em nosso entendimento fica ainda mais evidente a demanda por PPLICES que protejam as línguas pela promoção do multilinguismo. O que buscamos mostrar, nesta seção, é que o português, mesmo incipiente, tem indicado caminhos que são alternativas possíveis à aceitação da hegemonia da língua inglesa.

4.2 PPLICES nas instituições brasileiras

A década de 2010 no Brasil está sendo marcada pela oficialização das políticas linguísticas das universidades e instituições de educação superior. O processo de internacionalização da educação superior trouxe consigo a necessidade de pensar o lugar das línguas nesse contexto e uma série de debates se colocou em marcha, alguns deles já formalizados em documentos e outros ainda em andamento, inclusive com diferentes demandas em cada área do conhecimento. Buscando compreender como estão se delineando as PPLICES em nosso país, analisaremos alguns casos nesta seção.

As PPLICES no Brasil têm sido fortemente influenciadas pelas políticas de internacionalização que vêm ganhando vulto. Uma das menções relevantes ao tema está no Decreto 9005/2017, que trata da estrutura regimental e dos cargos do Ministério da Educação no país. Chama nossa atenção que esta norma prevê nas competências da Secretaria de Educação Superior, ligada ao Ministério, que as instituições destinem espaço em seu organograma para a questão das línguas:

Art. 21. À Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior compete:

X - propor, implementar e promover programas de **apoio acadêmico e linguístico** ao estudante para o desenvolvimento de habilidades acadêmico-científicas, visando à sua participação em programas de internacionalização e sua pré-qualificação para pesquisa;

XI - articular com outras secretarias, diretorias, assessorias, agências de fomento e autarquias do Ministério da Educação e de outros Ministérios ações e **políticas linguísticas** visando à melhoria da proficiência em diferentes idiomas, ampliando o acesso a línguas adicionais e suas culturas nas suas diversas variantes; (BRASIL, 2018, grifo nosso)

Neste mesmo ano, a educação superior no Brasil foi movimentada por um programa de internacionalização que a Capes implementou. O Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil,

que ficou conhecido como Programa Capes-PrInt, foi instituído pela Portaria 220, de 03 de novembro, de 2017 do Ministério da Educação.

Em decorrência, publicou-se um outro documento, que especialmente desencadeou a produção de muitas políticas institucionais de internacionalização, o Edital 40/2017. Ele regulamenta a submissão de propostas de internacionalização ao programa Capes PrInt, contemplando 40 projetos com um recurso total de 300 milhões de reais para 4 anos. Foi o impulso que faltava para que muitas das universidades que ainda não tinham delineado suas PPLICES começassem a discutir o assunto. O texto estabelece a necessidade de as instituições apresentarem, em suas propostas, uma política para a proficiência em línguas estrangeiras, na alínea *d* do item 3.4.1.11:

3.4.1.11 O Projeto Institucional de Internacionalização deverá **incluir, ao menos, políticas de:** [...]

d) Proficiência em línguas estrangeiras dos discentes, docentes de pós-graduação e corpo técnico da Instituição que tenha relação direta com o Projeto Institucional de Internacionalização proposto; (BRASIL, 2017, n.p., grifo original)

O mesmo edital impõe que, para aprovar o projeto, as instituições deveriam prever que seus Programas de Pós-Graduação incluam materiais, temas e disciplinas em língua estrangeira em seus currículos (item 3.4.1.7 do Edital). Ainda foi um requisito que as universidades traduzam seus sites e produzam material de divulgação de seus cursos em língua estrangeira.

A única menção à língua inglesa neste edital foi retirada na segunda alteração. A primeira versão do edital, no item 7.3, dizia que a submissão da proposta deveria ser feita, além do português, em língua inglesa — mas esse requisito foi suprimido posteriormente, como se pode verificar no sítio do Capes-PrInt. Também nesta segunda alteração do edital se inseriu o requisito de que o Projeto Institucional de Internacionalização fosse enviado em inglês. Na alteração 3, o Edital insere nova menção à língua inglesa, requerendo que o Sumário Executivo da proposta seja bilíngue em português e inglês. O Edital não fala em língua portuguesa para estrangeiros, apenas pede uma política de acolhimento dos estrangeiros recebidos em programas de mobilidade.

O Anexo XII do Edital 41/2017 traz os requisitos de proficiência linguística para os bolsistas brasileiros que farão intercâmbios pelo

Capes-PrInt. De acordo com essa regulamentação, os bolsistas devem comprovar proficiência na língua do país de destino, com os testes internacionais, como TOEFL (inglês), DELE (espanhol) e outros, nos níveis indicados pelo edital, além do que for exigido pela instituição de destino.

Este mesmo Anexo XII, no item 1.7, traz a seguinte exigência: “O candidato que pleitear bolsa para instituição de destino de países de língua portuguesa deverá, obrigatoriamente, apresentar a comprovação de proficiência em inglês [...]” (BRASIL, 2017, n.p.). Mas, para os sujeitos que vierem estudar, lecionar ou pesquisar no Brasil, os requisitos linguísticos são:

4. Os candidatos estrangeiros às bolsas no Brasil (nas modalidades de professor pesquisador visitante, jovem talento ou pós-doutorado com experiência no exterior) que não forem falantes nativos de língua portuguesa ou inglesa deverão atender a um dos 3 requisitos a seguir:

4.1 Comprovar o domínio de uma destas línguas por meio de documento da IES anfitriã que informe que o interessado possui proficiência linguística suficiente para as atividades propostas;

4.2 Apresentar, para língua portuguesa, certificado Celpe-Bras; **ou**

4.3 Apresentar, para a língua inglesa, um dos certificados descritos no item 2.1 do presente anexo. (BRASIL, 2017, n.p., grifo nosso)

Este item é revelador de uma postura ideológica, pois autoriza as instituições brasileiras a tocar seus processos de internacionalização sem que seja exigido dos visitantes nem um mínimo conhecimento formal da língua portuguesa. Pelo item 4.3. do Anexo XII, vemos que as PPLICES hoje no Brasil estão replicando a pressão internacional da hegemonia do inglês: um certificado de proficiência em inglês pode substituir o exame do Celpe-Bras. A lógica é: qualquer sujeito que deseje participar dos intercâmbios deve falar inglês, independentemente da intercompreensão entre os países que realizam a parceria.

Podemos supor que essa exigência tenha a ver com a ampliação do fator de impacto das publicações que se espera que resultem do processo de internacionalização. Mas, do ponto de vista de PPLICES, é como se não fosse desejável promover redes entre línguas além do inglês. Esta é uma política que reforça o monolingüismo da ciência,

quando poderia ser aproveitada como oportunidade de promover e fortalecer a língua portuguesa. Por exemplo, solicitando que além da proficiência em inglês os pesquisadores estrangeiros tivessem de publicar em português, em periódicos brasileiros indexados, gerando inclusive visibilidade para a produção científica local junto às instituições de origem dos intercambistas.

Ao todo 36 universidades tiveram suas propostas aprovadas no Capes-PrInt, como disponível no sítio do Programa. Como desdobramento desse incentivo à internacionalização, essas instituições têm publicado, ao longo do último ano, documentos em que explicitam suas PPLICES. Também outras instituições, que têm desenvolvido sua internacionalização com outros recursos, estão se movimentando para definir políticas linguísticas. Seleccionamos alguns para analisar.

A Universidade de Brasília (UnB) documentou um plano de internacionalização a ser executado entre 2018 e 2022. O documento tem uma seção nomeada Política Linguística, em que registra o compromisso com a diversidade linguística:

Uma política linguística – pautada em modelos plurilíngues que favoreçam a aprendizagem e o uso de línguas estrangeiras – será fundamental para o incremento do multilinguismo na Universidade de Brasília. Trata-se, por um lado, de promover a circulação de línguas de intercompreensão e, por outro, de dar espaço para a comunicação e a difusão do conhecimento de línguas de países com os quais a instituição tem parcerias fortes. Ao implementar uma política de ensino de línguas, deve-se ter em conta, além de fortalecer o ensino de português como língua de adoção, capacitar professores e estudantes para redigir e apresentar textos acadêmicos em outras línguas. (UnB, 2018, p. 27)

Esse rol de ações pretendidas sugere que a UnB está trabalhando na perspectiva da diversidade linguística. Dentre as medidas elencadas para o fortalecimento do multilinguismo na UnB, chama a atenção o seguinte item, que indica uma priorização do inglês como língua estrangeira: “Estímulo ao uso de línguas estrangeiras (LEs) em sala de aula ou em outros contextos acadêmicos – English as a Mean of Instruction” (UnB, 2018, p. 27). Como temos defendido nessa tese, a promoção do multilinguismo é justamente uma ação que inclui a

promoção do acesso à língua dominante. Vemos nesse excerto um exemplo de que nas PPLICES para o multilinguismo não se trata de negar o inglês como meio de inclusão, mas de fortalecer as línguas que não estão na posição hegemônica.

Ainda sobre políticas pela diversidade, outro ponto que consideramos relevante nesse documento é como o ensino de línguas naquele contexto é apresentado como uma atividade plural, que parte da promoção da variedade brasileira do português e inclui muitos idiomas: “A UnB dispõe de uma destacada política de ensino de línguas, conjugando iniciativas de difusão do português do Brasil e de ensino de outros 14 idiomas internacionais [...]” (UnB, 2018, p. 24).

Outra universidade que já documentou sua política para línguas é a UFBA. Assim como a UnB, a UFBA foi contemplada no Edital Capes-PrInt e, em 2018, publicou sua PPLICES (UFBA, 2018). Já no artigo 2º, a política destaca sua relação com a internacionalização e o objetivo de promover o acesso a línguas estrangeiras. O inciso III deste artigo enfatiza a oferta de cursos on line, valorizando o uso da tecnologia como recurso para promoção da diversidade linguística, sobre o qual falaremos mais adiante, no Capítulo 5.

A política da UFBA toca em questões que têm sido objeto dos estudos na área de PPLICES, como a publicação em línguas estrangeiras, e deixa evidente no rol de objetivos um compromisso com o multilinguismo, como vemos no artigo 2º, VI: “estimular o multilinguismo através da oferta de cursos de alemão, espanhol, francês, inglês e italiano” (UFBA, 2018).

Também destacamos desta política o movimento de promoção da língua portuguesa, no artigo 2º, V:

V - oferecer cursos de português como língua estrangeira de forma ampla e gratuita para estudantes do PEC-G, estudantes estrangeiros matriculados em cursos de graduação e pós-graduação, professores e pesquisadores visitantes do Núcleo de Línguas, no âmbito do Programa Idioma Sem Fronteiras e do Programa de Proficiência em Língua Estrangeira (PROFICI) da própria Universidade. (UFBA, 2018)

Esse texto da UFBA ilustra o que temos defendido, de que é possível promover o multilinguismo na ciência sem prejuízo do acesso à língua hegemônica e sem abrir mão do próprio capital linguístico.

Contudo, claro, o problema é mais estrutural: não deveriam existir hegemonias.

Seguindo nossa visita às PPLICES publicadas no Brasil em 2018, vejamos o documento da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O discurso desse texto também evidencia uma preocupação com a diversidade linguística, destacando uma menção à Libras, novidade em relação aos outros dois textos que já analisamos:

Art. 3º São objetivos da Política Linguística da UFMG

V - favorecer ações de ensino e aprendizagem de diferentes línguas na UFMG, incluindo a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e também maior acesso ao português como língua adicional. (UFMG, 2018)

Do ponto de vista do fortalecimento das línguas nacionais, é relevante que a PPLICES inclua a língua brasileira de sinais ao lado do português, uma vez que ela é parte do capital linguístico de nosso país. Assim também esse espaço deve ser garantido às línguas indígenas. Muitas das políticas, mesmo quando buscam o multilinguismo, enfocam apenas as grandes línguas internacionais — dentre as quais se inclui o português — mas não mencionam as outras línguas que também são brasileiras e estão à margem do sistema linguístico da ciência.

A questão da visibilidade da produção científica é mencionada no artigo 3º, III da política da UFMG, que também indica um alinhamento com os posicionamentos mais atualizados do campo de PPLICES. Ao falar da diversidade linguística como objetivo amplo, a política inclui a língua inglesa sem deixar de dar espaço a outras línguas que também são meios de internacionalização das instituições, de produção e difusão do conhecimento, de diálogo com parceiros de outras partes do mundo.

Por fim, vejamos a política linguística publicada pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em 2018. No arazoado que abre o documento, o primeiro item é “[*Considerando*] a baixa proficiência em idiomas estrangeiros diagnosticada no âmbito do ensino superior público” (UFSM, 2018), enunciado que parece indicar a concepção de línguas como problema.

Os itens seguintes seguem reafirmando que a PPLICES naquele documento é uma resposta às demandas da internacionalização, tratando da “necessidade de possibilitar o acesso de estudantes de nível superior

(graduação e pós-graduação) a programas de mobilidade ofertados pelo Governo Federal” (UFSM, 2018).

Mais adiante, aparece uma menção à Libras: “[*Considerando*] a necessidade de fortalecimento de ações envolvendo Libras” (UFSM, 2018), que consideramos um avanço apesar da vagueza na escolha da expressão “ações”. Seriam ações de ensino e aprendizagem? Produção e difusão de conhecimento na língua? Eventos de valorização de produção artística? O termo é amplo.

Dos textos analisados por nós, o da UFSM é o único que traz uma definição de política linguística:

Art. 2º A Política Linguística é entendida como um conjunto de princípios, diretrizes, documentos legais, práticas e ações estratégicas que visam a suprir demandas linguísticas diagnosticadas em determinado setor ou grupo para alcançar mudanças desejadas. (UFSM, 2018)

Esse conceito reforça nossa impressão de que a ideologia por trás desse documento é a de que a diversidade linguística pode ser um problema. A ideia de que as políticas são ações para remediar alguma condição que foi “diagnosticada” e promover “mudanças” sugere que a intervenção nas línguas é algo a ser feito quando há problemas a se resolver. Entendemos que as PPLICES podem (e devem) ser muito mais que isso, constituindo-se num conjunto de ações positivas que visem à promoção das línguas que já existem no espaço e o acesso às outras línguas.

PPLICES que enfoquem prioritariamente o atendimento das demandas de internacionalização e a resposta às dificuldades encontradas no processo dificilmente irão além do ensino e da aplicação de testes de proficiência em inglês, pois são essas as demandas que o mercado vai trazer. Do ponto de vista estratégico, nos parece mais vantajoso ir além da solução de problemas imediatos e aproveitar a onda da internacionalização para levar ao mundo a produção científica brasileira.

A questão da visibilidade é citada no artigo 4º, III, em que a política da UFSM estabelece seu objetivo de “assessorar a divulgação das produções intelectual, científica, artística e cultural”, sem fazer menção à língua dessa divulgação.

A questão do multilinguismo igualmente é só tangenciada, quando, no mesmo artigo, o inciso V estabelece a meta de “favorecer

interações plurilíngues e multiculturais entre os membros da comunidade acadêmica, bem como entre esses membros e a comunidade internacional”.

O lugar da língua portuguesa nesse processo da UFSM nos parece também estar ofuscado, o que ilustramos:

Art. 11 Caberá à Comissão de Política Linguística elaborar estratégias de incentivo e valorização das ações ligadas à Política Linguística, em torno de: [...]

VI - definição dos idiomas necessários para admissão em diferentes cursos de graduação e de pós-graduação, observado [*sic*], sempre as grades curriculares, conforme definidos pelos cursos, com o apoio das Pró-Reitorias de Graduação e Pós-Graduação e da Coordenadoria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica. (UFSM, 2018)

Deixar a definição dos idiomas de admissão nos cursos como um ponto a ser definido em outro momento, por uma comissão específica, sugere que não é parte da política institucional que todos os estudantes de seus cursos devam aprender a língua portuguesa e menos ainda enfoca a produção e difusão do conhecimento em nosso idioma. Esse silêncio a respeito do português pode contribuir para um processo de anglicização da ciência feita na universidade.

Dentre os Institutos Federais, uma iniciativa pioneira é a do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC, que aprovou em seu Conselho Superior documento intitulado Política de Ensino, Pesquisa e Extensão para a Área de Línguas do IFSC, por meio da Resolução CONSUP n. 41 de 01 de outubro de 2018.

O processo, do qual participei como docente da área de Língua Portuguesa do IFSC, começou em 2014 no I Fórum de Ensino de Línguas do IFSC, evento em que os docentes da área de Línguas da instituição se reuniram para discutir o ensino de línguas na instituição. Ao final daquela reunião, que durou dois dias, foi publicada a Carta do Fórum de Línguas do IFSC, registrando as reflexões e as demandas daquele grupo para as atividades da área de línguas na instituição.

Uma das demandas era a definição de uma política que, construída coletivamente, registrasse os pressupostos epistemológicos do trabalho na área de línguas no IFSC. Quando, em 2016, aconteceu o II Fórum de Línguas, as professoras e professores dividiram-se em grupos de trabalho para pensar as diferentes temáticas que haviam sido

mapeadas no encontro anterior, iniciando a produção da política. Ao longo do ano seguinte, em atividades desenvolvidas com uso da plataforma Moodle, as discussões foram sendo aprofundadas até que se chegou ao texto final da Política, submetido ao Conselho Superior do IFSC e formalizado como um documento orientador das atividades relativas às línguas na instituição.

O documento oferece suporte para as atividades das áreas de línguas nos cursos da formação profissional (que inclui a educação superior), tanto de línguas adicionais como de línguas maternas. A característica da política linguística do IFSC é a valorização do multilinguismo e do respeito às identidades, como documenta seu artigo 2º:

Art. 2. Esta Política considera a heterogeneidade da língua, o contexto social do aluno e sua sócio-historicidade, a multiplicidade de saberes e valores implicados no ensino e aprendizagem de línguas, a interdisciplinaridade e o multilinguismo, promovendo a diversidade que caracteriza os institutos federais, bem como o respeito à singularidade de cada sujeito e de cada comunidade linguística.

De todos os documentos que analisamos nesta pesquisa, este é o que mais detalha a importância de valorizar as diferentes línguas e suas variedades. Essa questão se repete no artigo 4º:

V - assumir o compromisso com a diversidade linguística, tanto quanto ao plurilinguismo constitutivo de cada língua em particular, quanto no que se refere à pluralidade das línguas (maternas e não maternas) que compõem a nossa oferta formativa, de forma a demarcar pelo menos o espaço da língua portuguesa, da Libras, do espanhol e do inglês nos currículos; (IFSC, 2018)

Isso pode ser compreendido pela especificidade da instituição, já que os institutos federais, além da educação superior, oferecem educação em nível médio e cursos curtos de formação para o mercado de trabalho. Como em todos esses níveis é preciso pensar a inserção das línguas, o olhar ampliado acaba sendo uma consequência da natureza do trabalho desse grupo de docentes. Ainda assim, merece grande destaque

a inclusão do termo “multilinguismo” nesta política, porque ele revela uma postura de resistência às pressões que as instituições sofrem para se adequar ao mercado linguístico da ciência.

Outra característica que ajuda a compreender o olhar plural do IFSC é ter um câmpus bilíngue na cidade de Palhoça-SC, em que muitos dos estudantes e servidores são surdos e têm Libras como L1; e também um câmpus em São Miguel do Oeste-SC, que fica muito próximo à fronteira com a Argentina, sendo marcado por um contato intenso com a língua espanhola. Para além desses dois exemplos, a preocupação do documento é valorizar a diversidade linguística que existe em cada um dos 22 câmpus e as regiões em que se inserem — cada uma com sua paisagem linguística, sua história de colonização e de povos nativos.

A política do IFSC inclui um glossário, no qual se oferece o seguinte conceito de multilinguismo:

Corresponde a uma das perspectivas por meio da qual pode-se pensar a relação entre as diferentes línguas em uma sociedade, grupo ou contexto social específico. Diferentemente da percepção de plurilinguismo (ver verbete neste glossário), o multilinguismo refere-se ao reconhecimento da presença de diferentes línguas nesses espaços e, no contexto escolar, remete basicamente à oferta de diferentes línguas sem que haja uma preocupação de se estabelecer um diálogo mais efetivo entre elas. (IFSC, 2018, n.p.)

Assim, vemos que apenas a oportunidade de diálogo entre as professoras e professores dos diferentes câmpus foi um incentivo à valorização da diversidade como recurso. É um exemplo concreto do que queremos dizer quando afirmamos que a visibilidade das diferenças é uma maneira de enriquecer as instituições e culturas. Colocar as diferenças em contato, permitindo que os sujeitos se coloquem em redes, locais e globais, é um poderoso meio de valorização do capital linguístico e cultural de sua comunidade.

Destacamos nessa política linguística do IFSC um caso exemplar de como a promoção do multilinguismo pode ser feita sem prejuízo da promoção do inglês como língua estrangeira. Sobretudo por força dos movimentos da internacionalização da educação, que são mencionados no artigo 5º, VI, o inglês é uma língua promovida e valorizada na instituição, mas sob uma perspectiva inclusiva, de modo que as experiências do intercâmbio sejam acessíveis a todos os estudantes e

não apenas aos que já têm o inglês como L2 antes de sua passagem pela instituição. Assim, a política formaliza a intenção institucional de que cada estudante do IFSC que deseje aprender o inglês como L2 tenha acesso a essa formação, mas não se limita a priorizar a anglicização no processo.

Além desses documentos já publicados, vários outros estão em elaboração. Por exemplo, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) foi um dos institutos de educação profissional que se organizou institucionalmente para instituir um setor chamado Coordenação de Ações e Políticas Linguísticas, ligado à Secretaria de Relações Internacionais, criado pela Resolução CD-036/15 de 6 de agosto de 2015 (CEFET-MG, 2015). De acordo com o arrazoado anexo à resolução que cria o cargo, o primeiro e principal argumento elencado é a demanda pelo curso de PLE naquela instituição. Além desse movimento, não encontramos fontes indicando que já tenha sido documentada uma política linguística no CEFET-MG.

Na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em Ilhéus-BA, o sítio informa que há uma Comissão de Elaboração de Políticas Linguísticas para a Internacionalização (COPLI), ligada à Assessoria de Relações Internacionais (UESC, s.a., n.p.) e ainda não há documento publicado.

Também estão discutindo a elaboração das PPLICES a Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI, 2017) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2017), para trazer alguns exemplos.

Este rol de documentos que analisamos não é terminativo, evidentemente. Muitas pesquisas ainda serão necessárias para compreender como o Brasil está lidando com as pressões do mercado linguístico da ciência e, sobretudo, dentro de alguns anos, que resultados essas PPLICES terão apresentado. Considerando sua gênese num contexto permeado pela orientação neoliberal que caracteriza as políticas de internacionalização no Brasil, à qual se submetem essas PPLICES, a hipótese é que acabem contribuindo para a manutenção do quadro atual, de tendência à anglicização e a uma ciência que se pretende monolíngue.

Mas esses movimentos de elaboração de PPLICES no Brasil estão se dando de modo intenso e, de certa forma, ainda difuso. Por isso nosso objetivo aqui foi de analisar algumas das PPLICES partindo da premissa de que muito trabalho investigativo não caberá nos limites desta tese. O campo das PPLICES está ganhando corpo agora e ainda somos poucos pesquisadores para a complexidade desse objeto.

Em nosso olhar, as políticas linguísticas para a produção e difusão do conhecimento na língua portuguesa, e em especial no Brasil, apontam para um horizonte otimista. A valorização do português como língua da ciência e a promoção do multilinguismo estão presentes nos discursos e, portanto, têm suporte nos documentos para ser levados à prática pelos sujeitos que atuam nos processos. Sabemos que as políticas são campos de exercício de poder e por isso a inclusão de um projeto no texto é em si uma vitória, mas não significa a completude da luta. A publicação das PPLICES que promovem a diversidade de línguas na ciência é um passo importante numa caminhada maior, a da implementação dessas políticas e da realização de uma ciência multilíngue — de que ainda estamos distantes. Por essa razão, no capítulo final desta tese, apresentaremos os princípios que encontramos ao longo da pesquisa e que poderão ajudar a impulsionar o fortalecimento das línguas no campo da ciência.

5 O MULTILINGUISMO COMO RECURSO: PRINCÍPIOS PARA PPLICES

No percurso deste texto, analisamos a problemática das PPLICES e em que contexto essas políticas linguísticas estão se dando. Chegamos a este capítulo final, no qual buscaremos apresentar algumas sistematizações de quais princípios deveriam seguir as PPLICES para contribuir para uma ciência mais igualitária, caracterizada pela diversidade linguística. Sem pretender constituir uma lista definitiva, apresentaremos aqui as características das PPLICES que promovem o multilinguismo, identificadas por nós como princípios para a elaboração das políticas.

Para iniciar o debate, é fundamental estabelecer o ponto de partida do multilinguismo como alvo para as PPLICES. Como vimos nos capítulos anteriores, o foco em uma língua única, seja qual for, empobrece as possibilidades de diálogo entre pesquisadores e invisibiliza conhecimentos importante para o avanço da ciência. Em contraste, o multilinguismo vem como uma coexistência de línguas diferentes em um mesmo espaço social.

Por isso, observemos que, na verdade, o multilinguismo na academia sempre existiu: “In Latin America, the field of SHE is moving, then, from a predominantly monolingual national language tradition to a more plurilingual composition” (HAMEL; LÓPEZ; CARVALHAL, 2016, p. 6). Segundo os três autores, a ciência pode ser um campo de promoção da agenda do pluri ou multilinguismo:

In line with a growing awareness among other language communities that yielding to an “English Only” policy would render a disservice to their own academic interests, Latin American universities are experimenting with diverse multi- or plurilingual agendas. A framework for LPP is emerging which conceptualises the academic domain as an integrated field (in Bourdieu’s sense). Within the Latin American academia plurilingual strategies are evolving that foster their own national languages and promote at the same time the appropriation of English and other foreign languages (FLs) to serve their academic needs. (HAMEL; LOPEZ; CARVALHAL, 2016, p. 2-3)

O sentido em que Bourdieu fala de campo, que os autores citam, refere-se à circulação de poderes, como expusemos anteriormente nesta tese. A convivência de diferentes línguas ou variedades linguísticas é a própria circulação do poder em uma sociedade. Não se pode pensar em um Estado constituído sem uma língua, pois é por meio dela que se instituem todas as formas de controle social. A competência com que os indivíduos usam as línguas é a mesma com que ocupam ou são marginalizados dos espaços sociais. Isso tem consequências identitárias pois o uso das línguas é um jeito de atuar no mercado linguístico, fazendo uso de seu capital linguístico. Assim nos ensina Bourdieu:

Les situations de plurilinguisme permettent d'observer de manière quasi expérimentale les variations de la langue employée en fonction de la relation entre les locuteurs. [...] On voit que ce qui détermine le discours, ce n'est pas la relation faussement concrète entre une compétence idéale et une situation omnibus, mais la relation objective, chaque fois différente, entre une compétence et un marché qui s'actualise pratiquement par la médiation de la sémiologie spontanée donnant la maîtrise pratique de la qualité sociale de l'interaction. Les locuteurs changent de registre linguistique — avec une marge de liberté d'autant plus grande que leur maîtrise des ressources linguistiques est plus totale — en fonction de la relation objective entre leur position et celle de leurs interlocuteurs dans la structure de la distribution du capital proprement linguistique et surtout des autres espèces de capital. (BOURDIEU, 1977, p. 27)

Dessa maneira, conhecer a língua do centro — no caso da ciência hoje, o inglês — é ter em mãos o capital linguístico mais valorizado. Mas conhecer várias línguas, e suas variedades, e ser capaz de dialogar por todo o sistema linguístico é o verdadeiro valor, porque a competência está em saber circular pelo campo, ajustando o discurso ao contexto e exercendo o poder que ele contém.

Por isso mesmo, a assunção da diversidade linguística como recurso pode ter como resultado pesquisadores mais empoderados e mais críticos, porque munidos de mais ferramentas para analisar seus

objetos de estudo e compreender as forças que incidem sobre eles em cada espaço social.

Um mesmo assunto estudado na Inglaterra ou no Brasil será observado de maneiras diferentes. Em geral, a ciência não vê com bons olhos essa diferença, muitas vezes nomeando de “parcialidade” o que pode ser visto como “particularidade” ou “singularidade” do fazer científico. A busca por neutralizar o idioma original de uma produção na verdade é uma forma de minimizar a riqueza da cultura em que a descoberta foi produzida. Se tudo pode ser conhecido igualmente em qualquer língua, e se há uma língua predominante, perde-se o sentido de conhecer o discurso na língua original. E é nessa negação da riqueza contida na diversidade que se invisibilizam conhecimentos:

Diante disso, é de se sugerir que, em termos de pesquisa científica, focalizando problemas pertinentes à América Latina, se adote postura harmonizadora. Se o inglês traduz a dominância na maioria dos campos do conhecimento por parte da América do Norte, o português e o espanhol melhor divulgariam os resultados da ciência autóctone, ainda que modesta, mas não tanto, se considerada em relação aos problemas de saúde pública que atingem as suas populações. Na circunstância em que esta passe a gerar conhecimentos que alicercem a especialidade, deixa de ter sentido que a divulgação dos resultados seja feita em idioma que não o original. Assim procedendo, e somente assim, poder-se-á criar a “massa crítica” científica que reduzirá, a níveis compatíveis com a civilização que almeja, o grau de exogenia que domina o país. Somente assim este poderá pretender deixar de ser excessivamente dependente, valorizando sua endogenia ou, melhor dizendo, passando a ser exógeno para outros países. (FORATTINI, 1997, p. 7)

Assim, na desigualdade de poderes entre as línguas, os sujeitos, empoderados pela visibilidade, poderão assumir um olhar mais crítico em relação ao conhecimento que acessam por meio das línguas dos outros. Alguém poderia supor que essa tensão entre as línguas só pode ser aliviada com a submissão de uma língua a outra. Não necessariamente. Vale observar que o fortalecimento da diversidade

linguística na ciência não é sinônimo do enfraquecimento do inglês nem de qualquer outra língua. Até porque, como ensina Amon, nem seria realista uma PPLICES que visasse ao enfraquecimento do inglês:

That the English language could lose its dominant position as the world language of science in the near future, it seems very even less likely. [...] Also, once achieved, such a function tends to have a considerable stability because world-wide linguistic readjustment would be very costly [...]. It seems therefore more realistic for other language communities to plan on how to deal with the dominance of English rather than how to abolish it. (AMON, 2001, p. 347-348)

Oliveira ensina que o Brasil, apesar de que a história mostra ter havido muito esforço em contrário, é um país plurilíngue. Nesse contexto, a diversidade linguística (reflexo a da diversidade de identidades) pode ser abordada como problema a ser superado ou como potencial a explorar:

A História nos mostra que poderíamos ter sido um país ainda muito mais plurilíngüe, não fossem as repetidas investidas do Estado (e das instituições aliadas, ou ainda a omissão de grande parte dos intelectuais) contra a diversidade cultural e lingüística. Essa mesma História nos mostra, entretanto, que não **fomos** apenas um país multicultural e plurilíngüe: **somos** um país pluricultural e multilíngüe, não só pela **atual** diversidade de línguas faladas no território, mas ainda pela grande diversidade interna da língua portuguesa aqui falada, obscurecida por outro preconceito, o de que o português é uma língua sem dialetos. Finalmente, ainda, somos plurilíngües porque estamos presenciando o aparecimento de ?novos bilingüismos?, desencadeados pelos processos de formação de blocos regionais de países, no nosso caso o Mercosul, que acompanha outras iniciativas como a União Européia e o Tlcan (Nafta). Esses processos desencadeiam novos movimentos migratórios, novos fatos demolingüísticos e novas configurações para o chamado “bilinguismo por

opção”, isto é, novas orientações para o aprendizado de línguas estrangeiras. É de se esperar que ocasionem ainda novos tipos de deslocamentos lingüísticos. (OLIVEIRA, 2009, p.6, grifo do autor)

A questão que emerge, então, é como ensinar línguas para atuar no sentido mais positivo com esse potencial que Oliveira descreve. Kramsch discute o ensino de línguas no contexto pós-moderno, em que a fluidez de identidades e a relativização do espaço e do tempo trouxeram para a sala de aula um estudante com outro perfil, um perfil multilíngue:

Com o advento da globalização e a crescente mobilidade das pessoas, produtos e capital, a natureza multilíngue e multicultural das sociedades nacionais têm se tornado tanto mais predominante quanto mais visível. As salas de aula de línguas são hoje compostas de alunos que não necessariamente compartilham de uma língua nacional comum e que falam uma variedade de segunda língua, língua de imigrantes, de tradição. Nem todos nasceram no mesmo país, nem foram criados por pais da mesma classe social, não compartilham do mesmo histórico étnico, nem têm a mesma história de vida. Eles não são apenas multilíngues no sentido restrito de ser igualmente fluentes em mais de um código linguístico, mas também no sentido de que têm diferentes perspectivas, educação, e tem socializado de formas diferentes. (KRAMSCH, 2014, p. 9)

Crystal (citado por Baker, 2001, p. 51 – tradução e paráfrase nossas) elenca cinco razões para se promover a diversidade linguística: I- diversidade é essencial: como num ecossistema, diferentes seres precisam da complexidade de suas inter-relações para sobreviver, assim também as línguas; II- língua expressa identidade; III- línguas são repositórios da história; IV- línguas contribuem para o acúmulo de conhecimento; V- línguas são interessantes por si mesmas. Como as instituições de ensino são chave na promoção e preservação das línguas, uma educação que leve em conta as razões apontadas pelo autor vai contribuir para uma política linguística inclusiva e democrática. Ensinar

línguas a partir de uma perspectiva multilíngue é uma ação possível para a planificação dessa política linguística que se pratica na instituição.

Um argumento às vezes levantado é que línguas são caras: demandam investimento alto em aprendizado, formação de professores, materiais, tradução etc. Então promover a diversidade linguística é caro? Segundo Baker (2001, p. 53), essa seria a alegação de uma autoridade desinteressada em uma política de multilinguismo: “A language policy-maker who is concerned only for majority languages will regard protecting rare languages as expensive and unnecessary, and will wish to standardize the variety of language in the country”. É importante pensar, contudo, que os recursos de que um Estado necessita para promover a visibilidade e o reconhecimento de línguas minoritárias, em sua maioria, já existem e funcionam mesmo não havendo uma política linguística explícita. Trata-se menos de investimento econômico e mais de orientação de atuação para as instituições e pessoas que executam as políticas públicas.

Outra questão importante sobre o multilinguismo é que ele é um objeto dos estudos mais avançados em nossa área. Do ponto de vista metodológico, a evolução da Política Linguística como ciência tem mostrado uma crescente atenção à questão do multilinguismo:

Workplaces and classrooms at all levels, national, district, and state ministries and administrative offices, professional development settings, sites of formal and non- formal education, and institutional, family, and community settings more generally are the usual venues for LPP research. There is increasingly explicit attention to the multilingual, multicultural, multiliterate workplace, classroom, and community contexts in which language learning, teaching, and use take place, and methodological rich points here have to do with typicality and heterogeneity of sites or cases. (HORNBERGER, 2015, p. 14)

Negar a diversidade então é como negar um recurso. Mas para valorizar um bem, no contexto capitalista, é preciso trabalhá-lo como marca. Assim também se pode fazer com as línguas. As PPLICES podem, e talvez devam, transformar o multilinguismo em marca e divulgá-lo como tal, adotando uma estratégia de popularização parecida com a que se trabalhou na língua inglesa. Das muitas condutas que levaram o inglês à hegemonia, algumas estratégias mercadológicas

foram fundamentais, muitas delas vindas do mundo do consumo e cultural.

Às universidades, para além de se anglicizar, mais interessante seria adotar políticas que as transformassem em pontos de encontro das línguas. Ambientes em que a paisagem linguística fosse multi, onde ouvir diferentes idiomas fosse tão comum e natural que se tornaria estranho um câmpus onde só se ouvisse e visse uma, ou nenhuma, língua estrangeira. A convivência ressignificaria a diversidade. As políticas servem para ajudar o coletivo a se dirigir para onde deseja ir, resistindo pressões externas das hegemônias.

Um trabalho consistente que desse a conhecer a riqueza da diversidade linguística ajudaria a desconstruir a visão limitada de se investir em uma língua só. Mas antes as pessoas têm de entender que o multilinguismo se relaciona com uma série de outras coisas que elas já reconhecem como positivas, tais como biodiversidade, identidades etc.: “They further argue that cultural and biological diversity and diverse identities, all of which are already widely appreciated, depend on linguistic diversity, which should therefore be valued for its effects even by those who do not value it intrinsically” (POOL, 2010, p. 144). Vejamos então quais princípios seguem as PPLICES que promovem o multilinguismo.

5.1 Uma metodologia de pesquisa pós-monolíngue

A adoção do multilinguismo como referencial para a produção e circulação de conhecimentos pode ser uma porta de acesso a novos paradigmas epistemológicos. Nesta seção, pretendemos analisar como poderia ser o fazer científico se o multilinguismo fosse encarado como um recurso tão rico e promissor que pudesse proporcionar à ciência inaugurar um novo momento, com uma nova metodologia de trabalho.

Como já vimos, Sousa Santos (2009) descreveu o abismo epistemológico entre conhecimentos, a que chama “pensamento abissal”, como se houvesse uma linha que divide um ‘lado’ reconhecido e autorizado de um ‘outro lado’ cuja existência nem se nota. Uma das características desse jeito excludente de conceber a ciência é a deslegitimação de tudo que está ‘do outro lado’. Diz o autor: “A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade de co-presença dos dois lados da linha” (SOUSA SANTOS, 2009, p. 24). Esse pensamento, que hoje domina o campo da ciência, foi que nos trouxe ao estado atual de naturalização do monolingüismo do inglês — e

também aos monolinguismos anteriores, como fora há muito tempo, na vez do latim.

Uma perspectiva pós-monolíngue de produzir conhecimento tem a ver com a superação dessa dicotomia. Estudos mais contemporâneos têm se dedicado a buscar uma maneira de valorizar o repertório linguístico dos pesquisadores como um recurso para a produção de conhecimento, para encontrar um jeito menos fragmentado de conhecer o mundo. Singh (2017) discute a terminologia com que tem sido tratada esta problemática:

A plethora of new terms has been developed to meet this challenge by providing more adequate explanations: codemeshing, flexible bilingualism, heteroglossia, hybrid language practices, polylinguaging, polylingual, languaging, transcultural literacy, translanguaging, transglossia and translanguing practice. Together, these novel concepts indicate an epistemological move away from sanctioning monolingual practices of English-only medium instruction and research, in particular the notion that languages are separate, isolated and bounded. Together, these terms open up new intellectual territory for investigation, while speaking to the tensions posed by English-only monolingual literacy norms. (SINGH, 2017, p. 10)

Entendemos que a viabilidade de um trabalho científico com essa abordagem depende fundamentalmente de PPLICES que considerem a diversidade linguística como recurso, e não como problema. Isso porque as políticas são o meio de viabilizar feitos que interessam ao coletivo. Feitos tais como adequar o jeito de produzir e difundir conhecimento a um ideal mais elevado de humanidade. E, como ensina Sousa Santos (2009, p. 33), é preciso um esforço coletivo para desenvolver uma nova epistemologia, que nos ajude a lidar com as mudanças históricas por que passamos, pois “Nenhum estudioso pode fazê-lo sozinho, como indivíduo”. E segue alertando da necessidade de reinventarmos a ciência:

À luz do que foi dito anteriormente, ficamos com a ideia de que, a menos que se defronte com uma resistência activa, o pensamento abissal

continuará a auto-reproduzir-se, por mais excludentes que sejam as práticas que origina. Assim, a resistência política deve ter como postulado a resistência epistemológica. Como foi dito anteriormente, não existe justiça social global sem justiça cognitiva global. Isto significa que a tarefa crítica que se avizinha não pode ficar limitada à geração de alternativas. Ela requer, de facto, um pensamento alternativo de alternativas. É preciso um novo pensamento, um pensamento pós-abissal. (SOUSA SANTOS, 2009, p. 41)

E esta é a concepção que vem guiando os paradigmas emergentes de educação e de produção do conhecimento. Como temos falado, outros teóricos também têm se dedicado a investigar meios de promover mais justiça entre os povos e suas línguas. A educação e a ciência estarão no centro desse mundo mais justo. O multilinguismo, em nossa visão, deverá estar entre os meios para chegar lá, porque o lugar que se dá às línguas na educação é essencial para essa nova epistemologia, é o pensamento alternativo. Spring, comentando Huntington, faz uma reflexão sobre educação multicultural e nacionalismo:

A minha preocupação prende-se com o que os argumentos de Huntington significam para as ideologias educacionais globais. Se Huntington estiver certo e a migração global continuar então os estados-nação terão de, cada vez mais, “andar às voltas” com a questão da educação multicultural. À semelhança do que acontece em Singapura, os estados-nação terão de desenvolver programas educativos que reconheçam as diferenças civilizacionais na população estudantil. Se estas diferenças não forem contempladas nos programas educativos, então há a possibilidade de os conflitos em relação à língua, religião e cultura continuarem. Consequentemente, a ideia de unidade cultural como esteio da educação patriótica no estado-nação mudará para uma ênfase na unidade através de objectivos políticos e económicos partilhados. No futuro, o amor pelo país poderá centrar-se naquilo que o país puder fornecer economicamente. Isto pode estar a acontecer em estados-nação fortes, como os Estados Unidos, onde as diferenças étnicas estão a

ser celebradas enquanto a população está unida na crença de que o sistema económico Norte-Americano é o melhor do mundo. (SPRING, 2004, p. 84-85)

Sob esse olhar, PPLICES que privilegiem e valorizem a diversidade linguística podem ser concebidas não como ameaça mas como valorização de uma riqueza. Mais que isso, como recursos disponíveis para promover a cidadania dos educandos e capacitá-los para atuar na sociedade, e nos mercados, com competências condizentes com o tempo em que vivem.

Pensando nos povos como humanidade, e não como grupos isolados em suas culturas, todas as pessoas que existem no mundo estariam isoladas por suas diferenças linguísticas, se não existissem indivíduos falantes de mais de um idioma. Nesse sentido, os indivíduos multilíngues são uma ponte entre povos. Assim raciocina De Swaan:

The human species is divided into some 6,000 groups, each one of which speaks a different language and does not understand any of the others. Yet this fragmentation is overcome by people who speak more than one language and thus ensure communication between different groups. Multilingual speakers have kept together humanity, separated as it is by so many language barriers. (DE SWAAN, 2010, p. 56)

Além disso, um fazer científico multilíngue — ou, como nomeia Singh (2017), “pós-monolíngue” — requer dos sujeitos que se abram para uma nova epistemologia, na qual o uso de todo o repertório linguístico do pesquisador é visto como ferramenta de pesquisa. Singh destaca que em muitas ocasiões o paradigma de monolinguismo na educação trata as vozes de outras línguas como fonte de dados, meios para comprovar a eficiência de teorias já consolidadas na língua dominante.

Tal perspectiva se adota sobretudo no âmbito das instituições que negam a presença de línguas variadas entre seus sujeitos. Isso, diz Singh (2017), nega a possibilidade de teorizar nas outras línguas, pois nega aos sujeitos o uso de sua imaginação, exercício indispensável para a produção de conhecimento e inovação.

Often, in English-only monolingual practices, international students, Asian immigrants, African refugees and Indigenous people's 'voices' are used as data sources to test existing Anglo-American theories. In other words, what counts as theoretical knowledge is determined by the power of Anglo-American intellectual interests theorizing 'other' voices while marginalizing others' theorizing. Thus, the research reported here is not an exercise in mainstreaming of multilingual HDRs' "voices". Theorizing requires high-level reasoning, and for multilingual researchers, who elect to use their full linguistic repertoire, to use their imaginations. Integral to the tensions constitutive of post-monolingual research methodology is yet another problem. International education sees ever more ethnolinguistically diverse students from all over the world who have moved to study in Anglo-American universities. Within a monolingual mindset, the fluidity and heterogeneity characteristic of multilingualism is now treated as a novel discovery called 'superdiversity'. (SINGH, 2017, p. 4-5)

A negação do repertório linguístico dos pesquisadores como ferramenta de pesquisa, como nos lembra Bourdieu, pode ser uma estratégia de silenciamento do próprio falante. No mercado linguístico, os indivíduos não escolhem usar as línguas ou variedades das línguas livremente, eles exercitam a palavra a partir de uma relação de poder conhecida ou intuída. Em cada contexto, mobilizamos parte do nosso repertório linguístico buscando ser reconhecidos em nossa legitimidade para dizer. No campo da ciência, isso não é diferente: um pesquisador sempre preferirá que sua descoberta circule na língua que será mais lida, mais prestigiada, mais presente no centro do sistema. Pois,

Nous n'avons pas appris la grammaire d'un côté et de l'autre l'art de l'occasion opportune : le système des renforcements sélectifs a constitué en chacun de nous une espèce de sens des usages linguistiques qui définit le degré de contrainte qu'un champ déterminé fait peser sur la parole (et qui fait par exemple que, dans une situation déterminée, les uns se trouveront condamnés au

silence, les autres à un langage hypercontrôlé, tandis que d'autres se sentiront autorisés à un langage libre et décontracté). La définition de l'acceptabilité n'est pas dans la situation, mais dans la relation entre une situation et un habitus qui est lui-même le produit de toute l'histoire de la relation avec un système particulier de renforcements sélectifs. (BOURDIEU,1977, p.24)

O princípio de que as PPLICES devem promover uma metodologia de pesquisa pós-monolíngue encontra força nessa constatação. Contra a unicidade de uma língua dominante, será preciso um grupo forte de línguas outras, processo a ser encarado como uma reversão de uma violência que hoje se exerce sobre as culturas. Será preciso reconhecer a diversidade como uma ecologia, como aponta Sousa Santos:

A emergência do ordenamento da apropriação/violência só poderá ser enfrentada se situarmos nossa perspectiva epistemológica na experiência social do outro lado da linha, isto é, do Sul global não-imperial, concebido como metáfora do sofrimento humano sistêmico e injusto provocado pelo capitalismo e pelo colonialismo [...]. O pensamento pós-abissal pode ser sumariado como um aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul. Confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes. É uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia. A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento. (SOUSA SANTOS, 2009, p. 44-45)

Por isso, a menos que haja esforços coletivos (como as PPLICES) para fortalecer as línguas minorizadas e seus saberes, enquanto a ciência se curvar às hegemonias, os sujeitos sempre optarão por aderir à língua do centro em vez de lutar pela valorização da totalidade de seu

repertório. As políticas servem para isso, para equilibrar as relações de poder em um espaço social.

Sempre que a política adotada for a ausência de uma PPLICES explicitada e definida, o resultado será o reforço da língua dominante. Como vimos com Singh (2017), cada língua em que se teorize e publique abrirá a possibilidade de figuras de linguagem, conceitos, metáforas e temporalidades diferentes. Trata-se então, de abrir à ciência a possibilidade de mais ferramentas para compreender e categorizar a realidade que estuda.

Bourdieu explica que os falantes das línguas intuem essa escala de prestígio e buscam adequar-se para que seu discurso seja percebido como legítimo no espaço social:

Ce qui oriente les stratégies linguistiques du locuteur (tension ou relâchement, vigilance ou condescendance, etc.), ce sont non pas tant (sauf exception) les chances d'être entendu ou mal entendu (rendement communicatif ou chances de communication) mais les chances d'être écouté, cru, obéi, fût-ce au prix d'un malentendu (rendement politique ou chances de domination et de profit 14) ; ce ne sont pas les chances moyennes de profit (par exemple la probabilité de recevoir un certain prix à un certain moment pour le langage professoral à l'ancienne avec imparfait du subjonctif, périodes, etc., ou pour un genre, la poésie par opposition au roman) mais les chances de profit pour lui, locuteur particulier, occupant une position particulière dans la structure de la distribution du capital : parce que la compétence ne se réduit pas à la capacité proprement linguistique d'engendrer un certain type de discours mais fait intervenir l'ensemble des propriétés constitutives de la personnalité sociale du locuteur (en particulier toutes les formes de capital dont il est investi), les mêmes productions linguistiques peuvent procurer des profits radicalement différents selon l'émetteur (exemple: hypocorrection électorale). (BOURDIEU, 1977, p.255)

Isso quer dizer que, mesmo que a diversidade linguística seja comprovadamente melhor para a ciência do que o monolingüismo, os

falantes não baseiam suas escolhas linguísticas em possíveis ganhos futuros, mas nos ganhos imediatos que podem obter. E, como os lucros imediatos advêm de onde está o maior capital do mercado, a língua preferida para se escrever, teorizar e publicar hoje é o inglês, mesmo por aqueles que conseguem olhar criticamente para a situação e identificar como essa postura contribui para a perpetuação da desigualdade.

O papel das PPLICES, nesse caso, é equipar as instituições e os sujeitos. Pois, para Singh (2017), esse repertório linguístico de cada sujeito é uma ferramenta para produção de conhecimento. Segundo o autor, a produção de conhecimento por meio de pesquisa deve considerar como um dos recursos disponíveis o conhecimento de línguas de que seu autor dispõe. Escolher empregar essa ferramenta, contudo, é um ato político que necessariamente se confronta com as pressões de um campo dominado pela ideologia autoritária do monolinguismo:

In other words, post-monolingual research methodology refers to situations where (a) the divergences with and between two or more languages are used to undertake theorizing, albeit (b) in co-existence with the strains posed by the taken-for-granted insistence on using extant theories available in English. Multilingual HDRs who employ post-monolingual research methodologies have had to deal with the pressures posed by monolingual English-speaking reviewers of theses, publications and grant applications. They have had to strengthen their arguments and reasoning when some reviewers found the use of metaphors, images, concepts and modes of critical thinking from other languages for theorizing disconcerting, obscure or even pointless. In effect, post-monolingual research methodology names the tensions posed by the established orthodoxy of English-only monolingualism, which is sanctified variously by legislation and educational practices as much as it appeals to selected traditions and homogenizing standards. (SINGH, 2017, p. 5)

O multilinguismo é uma das manifestações da interculturalidade. Garcés (2007, p. 235) desenvolve interpretações sobre esse conceito, do qual destacamos a diferenciação entre interculturalidade positiva (tolerância e entendimento entre culturas em contato) e a interculturalidade negativa (que leva à destruição ou minorização de

partes das culturas). Contudo problematiza Garcés que essa divisão é muito essencialista porque pressupõe que as culturas e as identidades são estanques, quando em verdade elas não o são. Assim, o multilinguismo pode ser assumido como ferramenta, uma lente para compreender a ciência e a educação superior:

Me interesa, en cambio, poner como base de la reflexión sobre la interculturalidad una concepción crítica de lo cultural, a la manera como lo entiende Castro-Gómez y como lo presentara al inicio de este capítulo. Es decir, una conceptualización de lo cultural e intercultural, desde una perspectiva crítica, no puede ocurrir como encuentro de esencialidades, sino que debe servir como herramienta comprensiva y transformativa de las relaciones sociales, cruzadas por la diversidad y el conflicto. Por otro lado, dicha conceptualización de lo cultural y de lo intercultural implica un lugar de enunciación que explicita la posicionalidad del conceptualizador, que debe su lugar y su espacio, que evidencie sus propias contradicciones e intereses. (GARCÉS, 2007, p. 235)

Por isso, PPLICES para promover a diversidade das línguas são um caminho de enriquecimento do fazer científico e do diálogo entre pares pesquisadores. É assumir que cada língua contribui com sua ótica sobre o mundo. E que, “Para uma ecologia de saberes, o conhecimento como intervenção no real — não o conhecimento como representação do real — é a medida do realismo” (SOUSA SANTOS, 2009, p. 49).

De certa forma, defender que os sujeitos da produção científica possam expressar sua identidade em suas publicações é falar em autoria, tema que já foi objeto de nossa análise em trabalhos anteriores (JESUS; MACHADO, 2014), a partir dos quais defendemos que a autoria é uma condição para a produção de conhecimento e, portanto, para a ciência. Nessa perspectiva, negar o repertório linguístico é negar parte dos recursos de expressão e formulação do discurso ao sujeito pesquisador.

Na promoção da pesquisa pós-monolíngue, em seu estudo, Singh identificou que esse conflito entre valorizar o repertório linguístico e se expor à deslegitimação era uma constante entre seus sujeitos. A seguir, o autor descreve o trabalho com estudantes de pós-graduação multilíngues:

This longitudinal, multi-cohort study consisted of three interrelated strands. First, all these multilingual HDRs were presented with educational experience, including seminars and workshops devoted to exploring the project's developing knowledge of post-monolingual research methodology as part of their multi-stranded research education. However, some experienced tensions with regard to using Zhongwen in their research. **A few doubted the value that they themselves and others might place on the use of Zhongwen theoretic-linguistic resources in their research.** Others were concerned about the merits of shaping their professional trajectory through practices involving the use of the full linguistic repertoire. Some were reluctant to use their full linguistic repertoire because they took a monolingual approach to further developing their proficiency in English. Others were reticent because of concerns about resistance to expressions of multilingualism in universities which privilege English-only monolingualism. Others preferred to use existing theories available in English; something which all HDRs need to do. Having read the work of leading theorists published in English, some were anxious about theorizing, **not seeing themselves as having the intellectual authority for such an undertaking.** Some found that the limited time they had for their doctoral research, along with financial and university management pressures drove them to avoid the risk of making such an original contribution to knowledge. (SINGH, 2017, p. 6, grifo nosso)

O trecho acima mostra que a questão da autoria está relacionada com a metodologia de pesquisa pós-monolíngue de modo intrínseco. O medo da exposição, a responsabilização pelo discurso e a entrada em diálogo com os pares do mesmo campo são elementos que são tocados pelas PPLICES e estão no caminho entre a produção e a circulação do conhecimento. Afirmamos, ainda que essa promoção da autoria na ciência que as PPLICES podem viabilizar, se assim for seu objetivo, acontecem numa perspectiva, empoderadora, promovendo o reconhecimento dos sujeitos autores (JESUS; MACHADO, 2014).

A relação entre autoria e reconhecimento, inclusive, é uma questão que trata da transferência de valor e autoridade (por meio da língua) de um interlocutor para o outro. Uma metodologia de pesquisa pós-monolíngue, como possibilidade para um fazer científico mais igualitário, teria como pressuposto a existência da desigualdade. Isso porque, segundo Bourdieu, a expressão individual (de um discurso, em uma língua) pode ter mais a ver com a busca por se autorizar no espaço social do que por uma expressão de livre vontade, especialmente no campo da Educação:

Par l'intermédiaire de l'estimation pratique des chances de profit, le champ exerce sur la production un effet de renforcement sélectif, agissant comme censure ou licitation, voire incitation, et commandant les investissements linguistiques des agents : ainsi la recherche de la correction linguistique qui caractérise la petite-bourgeoisie trouve son principe dans la valeur de l'usage dominant de la langue, notamment sur le marché scolaire. (BOURDIEU, 1977, p. 27)

É dizer que, em lugar de cada indivíduo ou instituição isoladamente buscar com ânsia se incluir no paradigma do monolinguismo (fazendo cursos de língua inglesa, ofertando cursos superiores em língua inglesa, produzindo e consumindo materiais nela etc.), partiríamos da premissa de que há uma desigualdade de forças entre as línguas no campo da ciência e proporíamos PPLICES para balancear o desequilíbrio. O silêncio, neste caso, como ensina Bourdieu, equivaleria a manter sobre os indivíduos a responsabilidade de buscar força para se opor a uma dinâmica de poderes muito desigual:

La science adéquate du discours doit établir les lois qui déterminent qui peut (en fait et en droit) parler et à qui et comment (par exemple, dans un séminaire, la probabilité de prendre la parole est infiniment moins grande pour une fille que pour un garçon). Parmi les censures les plus radicales, les plus sûres et les mieux cachées, il y a celles qui excluent certains individus de la communication (par exemple, en ne les invitant pas en des lieux d'où l'on parle avec autorité ou en les plaçant en des places sans parole). On ne parle pas au premier venu ; le premier venu ne « prend

» pas la parole. Le discours suppose un émetteur légitime s'adressant à un destinataire légitime, reconnu et reconnaissant. En se donnant le fait de la communication, le linguiste passe sous silence les conditions sociales de possibilité de l'instauration du discours qui se rappellent par exemple dans le cas du discours prophétique — par opposition au discours institutionnalisé, cours ou sermon, qui suppose l'autorité pédagogique ou sacerdotale et ne prêche que des convertis. (BOURDIEU, 1977, p. 6)

E este ponto trazido por Bourdieu merece reflexão. O discurso da ciência goza de grande prestígio no tempo em que vivemos. Ter acesso à educação superior e fazer ciência são atividades que legitimam os sujeitos, constituindo-os autoridades. E, para isso, é preciso escrever e publicar. A autoria é o passaporte para esse prestígio. Alguém que tem publicações em certa área do conhecimento é alguém cuja palavra é respeitada no centro do sistema. Mas, como vimos, no mercado linguístico da ciência é preciso que a publicação atenda a certas exigências para que essa autoridade lhe seja atribuída, há uma suposta métrica da qualidade desse dizer e a língua em que se diz é uma das medidas.

A promoção da diversidade linguística então é um meio de promoção da expressão individual dos sujeitos, de permitir a inscrição de seu discurso no espaço social. E também um caminho para uma forma de justiça entre as línguas e seus falantes. A postura autoritária do monolinguismo é uma maneira de manter calados certos sujeitos cujos discursos podem não corresponder ao discurso dominante. Há uma diferença muito intensa entre produzir seu próprio discurso e reproduzir a fala de outros sujeitos:

In effect, this method brings to the fore the place of racial/intellectual equality in theorizing and knowledge production. This necessarily brings into question the existing, stratified theoretic-linguistic order, its systems of inequality, and the norms used to justify such inequality. The focus of this method on intellectual/racial equality means verifying the presupposition that multilingual HDRs speak languages in which they can theorize, and do not just emit noises. (SINGH, 2017, p. 7)

Tudo isso, porém, como ensina Bourdieu, depende da relação de poder entre os interlocutores. Num campo em que o inglês é a língua da legitimidade, é preciso uma transformação cultural, promovida por meio de parcerias e políticas, para que outras línguas possam buscar reconhecimento em pé de igualdade. Usar o multilinguismo como ferramenta de pesquisa é uma maneira de ampliar o capital na economia das trocas linguísticas:

La structure du rapport de production linguistique dépend du rapport de force symbolique entre les deux locuteurs, c'est-à-dire de l'importance de leur capital d'autorité (qui n'est pas réductible au capital proprement linguistique) : la compétence est donc aussi capacité de se faire écouter. La langue n'est pas seulement un instrument de communication ou même de connaissance mais un instrument de pouvoir. On ne cherche pas seulement à être compris mais aussi à être cru, obéi, respecté, distingué. De là la définition complète de la compétence comme droit à la parole, c'est-à-dire au langage légitime, comme langage autorisé, comme langage d'autorité. La compétence implique le pouvoir d'imposer la réception. (BOURDIEU, 1977, p. 5-6)

Uma metodologia pós-monolíngue, também, partiria do princípio de que não precisamos ter todos os textos traduzidos para garantir sua visibilidade. Seria possível reduzir custos para a produção e difusão de conhecimento, já que a anglicização hoje força os países não anglófonos a investir recursos significativos em revisões e traduções, como descreve Amon sobre seus pares na Alemanha:

The shift from German to English has, however, not been as easy as might be imagined. German publishers keep complaining about considerable additional costs as compared to their competitors in the English-speaking countries, due to the fact that for personnel, as well as for many of the authors, English remains a foreign language. Often, additional native speakers of English have to be co-opted to existing boards of editors, and of course have to be payed. Texts have to be checked by native speakers, or sometimes even translated,

before publication, and printers need more time with the foreign language. Even then, most of these texts produced at extra cost are linguistically of a lower quality than those produced in the English speaking countries, according to present language norms. (AMON, 2001, p. 353-354)

O multilinguismo, por tudo isso, não é um fim, mas um meio. Para a justiça histórica, o fortalecimento das línguas e seus falantes no contexto global e, como vimos nesta seção, para o enriquecimento da ciência. Nesta tese, procuramos mobilizar nosso repertório linguístico e dialogar com autores de diferentes línguas e nesse intento a tecnologia foi fundamental, tanto para o acesso quanto para tradução quando necessário. Na sequência, vamos refletir sobre essas tecnologias e sua importância para o multilinguismo.

5.2 A ampliação do uso da tecnologia para a produção e circulação do conhecimento

O elemento que desejamos comentar nesta seção é o papel das tecnologias, sobretudo em tradução e sumarização de textos acadêmicos, para que os conhecimentos sejam acessíveis e para a produção de conhecimento em rede, entre diferentes sujeitos e instituições. Entendemos que as PPLICES para promoção de uma ciência multilíngue devem ter por princípio orientar e estimular o uso da tecnologia para ensino, produção e difusão de conhecimentos científicos.

As pesquisas sobre uso de tecnologias, sobretudo nos campos da Educação e do Ensino de Línguas, em muitos casos ainda defendem métodos muito atrelados às formas tradicionais de ensinar e pesquisar. Em encontros de professores, por exemplo, quando a pauta é tecnologia, ainda são comuns debates na ordem do controle: controlar o uso dos telefones celulares pelos estudantes, controlar o uso das ferramentas de pesquisa nos trabalhos escolares (aqui muito presente a questão do plágio) etc. Nessas ocasiões é comum até mesmo ouvirmos de professoras e professores relatos em tom de assombro sobre o novo hábito estudantil de fotografar em vez de copiar o conteúdo da lousa.

Nosso questionamento é: essas questões são problemáticas para os sujeitos que, inseridos no sistema tradicional, buscam meios de manter o método de trabalho que sempre funcionou, mas será que essa

problematização está afinada com a realidade? Será que estamos diante de problemáticas ou de possibilidades infinitamente enriquecedoras?

Assim como o acesso à internet hoje é constante para todos os estudantes — e professores e pesquisadores —, também o multilinguismo está posto no cotidiano das pessoas, seja no ambiente virtual, seja devido aos fluxos migratórios, como descrito no exemplo:

As a consequence of decolonisation, many families came to Britain from the Indian sub-continent and the Caribbean, while immigration policies of Australia encouraged migration from Asia rather than from Britain and Europe. As a consequence, highly multilingual cities have arisen in countries which imagined themselves to be predominantly monolingual English speaking. (GRADDOL, 1997, p. 26)

Além disso, o uso de tecnologia para comunicação entre falantes de línguas diferentes vem se popularizando, principalmente no espaço das redes sociais. Com isso, valorizam-se as línguas mais usadas e vão se encolhendo as que funcionam menos no espaço digital. O inglês, por exemplo, é hoje uma língua de grande prestígio cuja valorização se retroalimenta, porque quanto mais usada, mais pessoas desejam usá-la. Como afirma Bourdieu (1977), a língua de prestígio empresta valor àquele que a fala.

Chamamos aqui um exemplo desse fenômeno para ilustrar o que estamos sugerindo sobre o uso da tecnologia para línguas. Trata-se do emprego do inglês por pessoas que não conhecem ou conhecem pouco a língua, mas ainda assim a usam para postar material em inglês em suas redes sociais. E o fazem por meio de ferramentas como o Google Tradutor ou outros aplicativos. O falante intui que a língua, altamente valorizada, vai lhe conferir prestígio e por isso recorre às ferramentas possíveis para ocupar esse lugar hipercentral que o inglês proporciona. E faz mesmo que o resultado (sem o sujeito saber) acabe sendo construções incompreensíveis ou até cômicas pela falibilidade dos programas de tradução automática.

E isso não se restringe a indivíduos. A popularidade do inglês interessa às marcas, que enchem as lojas de departamento com roupas estampadas com palavras no idioma, sem que necessariamente a própria equipe de trabalho tenha noção do conteúdo linguístico do que está vendendo e menos ainda o público consumidor. Em 2013, ficou famoso

o caso rede Marisa que, por um erro de grafia, colocou à venda uma camiseta onde se lia “Great rapers tonight”, fazendo confusão com a palavra “rappers” (TERRA, 2013, n.p.). O que era para ser um produto para conquistar os simpatizantes de um estilo musical acabou sendo uma apologia aos estupradores.

Mas o resultado disso, como era de se esperar, é que muitas camisetas foram vendidas antes que o erro fosse percebido e elas fossem retiradas do mercado. Afinal, muitos consumidores compram roupas com palavras em inglês porque são moda, porque são a maioria das opções disponíveis e porque se agradam da estética da roupa. É o prestígio da língua que querem acessar, mesmo que só aparentemente. Cada um dos que compraram a camiseta provavelmente poderia ter conferido a tradução em seu smartphone antes de se decidir pela compra. Mas a democratização do acesso ao recurso não garante seu uso: a cultura de aproveitar os tradutores automáticos não acompanha a popularidade dos smartphones. Esse exemplo nos ajuda a pensar em como precisamos de políticas para educar a população a aproveitar melhor seus recursos.

Por falta de hábito ou de conhecimento, nas universidades também deixam de aproveitar soluções da tecnologia para promover as línguas nacionais na produção e difusão de conhecimento e suas implicações na educação superior. Quando uma pessoa recorre à tecnologia para usar uma língua que pouco (ou não) conhece, sabemos que essa língua tem uma marca forte. E sabemos também da pessoa, que ela sabe identificar quando uma língua é valorizada e usa os recursos que têm a seu alcance para se incluir nesse discurso. É lamentável quando a noção de acesso seja, por exemplo, restrita a bens de consumo como roupas com palavras em língua estrangeira.

Ademais, há ainda outra lacuna de competência a ser incentivada: saber usar a tecnologia de tradução não é garantia de saber dialogar com as culturas da língua estrangeira. É esse o desafio da educação e por isso as PPLICES devem ter como princípio promover um uso mais eficiente da tecnologia para colocar línguas em contato. É a ideia de competência transcultural, que neste contexto deveria ser uma competência-alvo nas PPLICES:

The language major should be structured to produce a specific outcome: educated speakers who have deep translingual and transcultural competence. Advanced language training often seeks to replicate the competence of an educated

native speaker, a goal that postadolescent learners rarely reach. The idea of translingual and transcultural competence, in contrast, places value on the ability to operate between languages. Students are educated to function as informed and capable interlocutors with educated native speakers in the target language. They are also trained to reflect on the world and themselves through the lens of another language and culture. They learn to comprehend speakers of the target language as members of foreign societies and to grasp themselves as Americans—that is, as members of a society that is foreign to others. They also learn to relate to fellow members of their own society who speak languages other than English. (MLA AD HOC COMMITTEE ON FOREIGN LANGUAGES, 2007, n.p.)

Assim as PPLICES têm de defender o multilinguismo da ciência também porque só a convivência com as diferentes línguas e culturas vai proporcionar aos estudantes e pesquisadores a noção de que a realidade é diferente para cada ponto de vista, de que há diversidade de maneiras de compreender e construir o mundo.

Abraçar essa forma de trabalhar, em que a diversidade (linguística inclusive) é um método, é uma epistemologia nova, como vimos com Sousa Santos (2009). Um olhar crítico, ao qual sabemos que a academia ainda terá de se acostumar. Nossa noção de cientificidade ainda tem um forte tom de positivismo, que às vezes faz parecer difuso o limite da ciência com o cientificismo.

Ser um cientista imparcial, sobretudo no campo das ciências humanas, cada vez mais se evidencia um feito impossível. Mas, com o universo digital que a internet possibilita, significar-se a partir do contato com o outro é uma realidade. Não cabe nesse mundo a busca por uma língua da ciência, um método totalmente objetivo, um ponto de vista neutro.

Com os recursos que temos hoje, já nem é mais possível fazer ciência sem considerar olhares outros sobre nosso objeto, a questão agora é: que outros nós chamaremos para o diálogo? A tecnologia nos permite criar a rede que quisermos, nosso desafio agora está além da questão de como controlar o uso da tecnologia, o momento é de pensar em como lidar com a riqueza que esse aparente caos nos oferece.

Diante dessa constatação, resta-nos pensar um método de fazer ciência que se assuma imerso em cultura. E, partindo daí, que se proponha a pensar sua própria cultura, inclusive problematizando-a em seu contato com as outras. Nessa nova postura, mais rica e mais transparente com o fazer científico, poderemos finalmente admitir que a verdadeira riqueza está no contraste, na contradição e no contato com as diferenças. Assim, nesse universo, a ciência não comportará mais nenhum monolinguismo, pois toda língua será recurso, ferramenta de trabalho.

A internet é um meio importante no processo de se promover o multilinguismo na ciência. Ela relativiza o lugar e o tempo das trocas de informação, permitindo que um pesquisadoras e pesquisadores de diferentes lugares ou fusos horários possam trabalhar juntos na produção de conhecimentos. Além do enriquecimento da ciência, que lucra com a diversidade, o capital linguístico dos falantes se potencializa quando a tecnologia é usada para promover esses contatos a despeito da mobilidade geográfica dos sujeitos. Um terceiro ganho pode ser contabilizado, este com viés mais explicitamente econômico: as instituições ampliam a exposição de suas marcas no mercado internacional e firmam parcerias que podem trazer lucro financeiro real. Afinal,

Se pueden poner en marcha acciones para la actualización de los contenidos curriculares mediante actividades de **benchmarking** internacional, fomentar cursos y actividades para favorecer la actualización de la formación de los profesores, ampliar las posibilidades de formación de los estudiantes mediante la invitación a profesores extranjeros para impartir seminarios temáticos, impulsar la oferta de formación **on line**, impulsar el aprendizaje de una segunda lengua y la movilidad temporal de estudiantes y aspirar a la acreditación internacional de algunas carreras para facilitar la captación de estudiantes extranjeros. (SEBASTIÁN, 2011, p. 5-6, grifo original)

Exemplo de ação de promoção da visibilidade e acessibilidade ao conhecimento em várias línguas tem sido desenvolvida por Menezes e Baptista (2017). A dupla que tem se dedicado ao aperfeiçoamento de recursos tecnológicos para sumarização de dissertações de mestrado na

Universidade de Brasília. Com isso, por meio de tradução, os resumos dos trabalhos se tornam acessíveis a pesquisadores estrangeiros, ampliando a divulgação da ciência lusófona.

Na tese de doutorado de Claudio Menezes (UnB, recém-defendida e ainda não publicada), o autor apresentou dados a que acessamos por enquanto apenas oralmente, sobre o desenvolvimento de um aplicativo para bibliotecas digitais que desenvolve as seguintes tarefas. O software acessa sites de bibliotecas em que há produção científica disponível, vestindo sobre sua interface uma “máscara” na língua do indivíduo que está acessando (deduzindo que língua é essa a partir do endereço do IP de seu computador). Então o recurso “lê” e sumariza o texto original, e faz uma tradução automática deste resumo para a língua alvo. Esta tradução é apresentada em um documento de texto em que são pareados o texto original e a tradução, linha a linha, permitindo a quem lê não apenas verificar eventuais termos-chave como até, possivelmente, ampliar seu conhecimento linguístico a respeito da língua alvo por meio da comparação das duas versões.

Iniciativas como essa permitem a internacionalização do conhecimento de uma maneira que dispensaria a intermediação do inglês. As bases de dados, onde hoje é quase imperativo que a busca por palavras-chave seja feita em inglês para encontrar resultados relevantes, poderiam multiplicar infinitamente as possibilidades de diálogos entre falantes das diferentes línguas. Possibilidades de uma ciência multilíngue.

Outro exemplo de política e planejamento linguístico que oferece resistência nessa tensão é o tradutor PanLex, cujo slogan é “Para sobrepassar las barreras lingüísticas conectando cada palabra en cada idioma” (PANLEX, s.a., n.p.). Por meio de um aplicativo de tradução disponível gratuitamente on line, o PanLex atua na defesa dos direitos linguísticos, tentando reunir uma base de dados de traduções léxicas, atualmente englobando 5.700 idiomas. Seu objetivo é ser mais inclusivo que o popular Google Tradutor, tentando preencher a “[...] creciente brecha entre las oportunidades que se les presentan a los hablantes de los idiomas de más influencia y a los que hablan idiomas poco atendidos” (PANLEX, s.a., n.p.).

A questão das traduções é um ponto central na relação das tecnologias com as políticas linguísticas, porque uma grande novidade de nosso tempo é a existência das traduções artificiais. Os softwares não dão conta das questões éticas, evidentemente, mas do ponto de vista lexical são um importante meio de inclusão. Nesse contexto, às PPLICES caberá a definição de como o recurso será aproveitado para a

reflexão sobre esses exercícios éticos que o contato entre línguas nos demanda. Pois

[...] a tradução é intercultural, ela envolve um tipo diferente de autoria, secundária para o texto estrangeiro e a serviço de diferentes comunidades, tanto estrangeiras quanto domésticas. A única autoridade que a tradução pode esperar depende da continuidade do seu caráter derivado, distinto das composições originais que tenta comunicar, e coletivo, permanecendo aberta a outros agentes que a influenciam, especialmente os públicos-leitores domésticos. Portanto o único prestígio que um tradutor pode ganhar vem da prática da tradução, não como uma forma de expressão pessoal mas como **uma colaboração entre grupos divergentes, motivada por um reconhecimento das diferenças lingüísticas e culturais** que a tradução necessariamente reescreve e reordena. (VENUTI, 2002, p. 15, grifo nosso)

Nossa tarefa como educadores e pesquisadores é colocar na pauta as questões humanas que estão por trás do uso de um tradutor automático, e os poderes que por meio dele se exercem ou se podem exercer. Educar o olhar para reconhecer a existência do que é diferente. Esse é o trabalho das universidades nesse contexto, um trabalho que software nenhum poderá desempenhar, o trabalho de visibilização. A interculturalidade é uma dimensão do multilinguismo como metodologia de pesquisa, uma pesquisa com vistas a promover justiça histórica e a defesa de todas as culturas:

Más que un simple concepto de interrelación, la interculturalidad señala y significa procesos de construcción de conocimientos “otros”, de una práctica política “otra”, de un poder social “otro”, de unos sociedad y sistemas de vida “otros”. En suma, marca formas distintas de pensar, actuar y vivir con relación a los patrones del poder que la modernidad y la colonialidad han instalado. (WALSH, 2009, p. 232)

Inclusive os falantes das línguas dominantes se beneficiariam de uma política de valorização da diversidade. Não apenas aqui nos referimos ao inglês, mas a sistemas linguísticos de modo geral: por exemplo, no Brasil, pensar o lugar dos falantes de português em relação aos que têm Libras como L1. Aliás, talvez esses do centro sejam os que mais necessitam conhecer a riqueza das culturas dos outros, já que sua condição de nativos não lhes impulsiona a fazer contato com as culturas do outro — ou, como nomeia Sousa Santos (2009), as culturas “do outro lado da linha”. Assim,

Many researchers whose mother tongue is a dominant language have never experienced any threat to their language. As a result, they are much less aware than dominated-language speakers of the non-market values of their own languages, and, consequently, of those of other people. At the same time, they are often not aware (or do not want to be aware) of the market benefits that they themselves have access to because of being speakers of dominant languages. Often they take both these benefits and the fact that others are learning their language in a non-reciprocal way, for granted, and they are not willing in any way to compensate for these non-earned benefits; they are linguistic free-riders. To compensate would be fair, even in terms of the types of justice that the legal system accepts. (SKUTNABB-KANGAS; PHILLIPSON, 2010, p. 92)

O planejamento linguístico é uma das ações que derivam dessa tomada de posição, de revisão das hegemonias, pois a inclusão das línguas no mundo digital depende de sua preparação. Quando uma língua acessa o espaço digital, o capital linguístico de todos os falantes se valoriza. A língua deve ser preparada para sua digitalização e esse movimento deve ser visto como um investimento, nunca uma despesa, porque a tecnologia de informação e comunicação só beneficiará idiomas que cumprirem as condições de sua implementação. Mirando na inclusão das línguas na ciência, os ganhos irão até além desse campo:

A língua é um bem público cujo uso por uma pessoa reforça o valor do utilizador seguinte. Medir o valor de uma língua é ilusório, mas há passos que podem ser dados em direcção a uma

avaliação mais precisa. Desde logo, existem algumas actividades que podem denominar-se indústrias da língua. Estas beneficiam dos mais vastos efeitos de rede e incluem a literatura, o cinema, a imprensa e a educação, para além do próprio ensino da língua, entre outras. (ESPERANÇA, 2009, p. 13)

Pool analisa os resultados do planeamento linguístico sobre as línguas ante o avanço das tecnologias de informação e comunicação. Segundo o autor, se a tecnologia será positiva ou negativa para a língua só depende da ação humana:

However, the same technological progress facilitates the development of tools and resources usable for the maintenance and cultivation of low-density languages and the creation of viable communities out of linguistic diasporas. Such progress could allow linguistic diversity and globalization to thrive together. If globalization can both promote and diminish linguistic diversity [...], the net impact of globalization may depend on human motivations. (POOL, 2010, p. 142)

Há portanto uma responsabilidade a ser assumida. O efeito do avanço das tecnologias sobre as línguas não é opcional, a reação a ele, sim. Em suas políticas para a ciência, as instituições e os Estados escolhem seus parceiros de trabalho, sempre influenciados pelas pressões do mercado mas, como vimos, não necessariamente submetendo-se acriticamente a elas. A ciência é uma atividade indissociável do diálogo e, por isso mesmo, uma oportunidade de unir forças para interesses comuns daqueles que são afetados pela hegemonia de quem monopoliza o centro.

5.3 A promoção de redes

Nesta seção vamos discutir como as redes para produção e difusão de conhecimento podem concorrer para o multilinguismo e, assim, promover uma ciência mais plural e igualitária para as gerações futuras. A promoção de redes aqui apresentamos como um princípio para PPLICES, para promover a produção e difusão do conhecimento nas diferentes línguas, visibilizando os saberes locais no contexto

regional e global, sem a necessidade de subserviência a hegemonias. Vejamos um conceito:

Las redes de cooperación son asociaciones de interesados que tienen como objetivo la consecución de resultados acordados conjuntamente a través de la participación y colaboración mutua. Compartir objetivos, compromisos, participación y colaboración son premisas de las redes de cooperación. (SEBASTIÁN, 2011, p. 9)

A internacionalização da educação superior é um processo que depende da formação dessas redes para existir. Sebastián afirma que a internacionalização tem duas facetas, a da qualidade das atividades e a de estratégia de fortalecimento da instituição de ensino. O autor explica como as redes são um meio de internacionalizar:

El carácter dual de la internacionalización implica un proceso cultural al interior de la universidad, un medio para mejorar la docencia, la investigación y la extensión, un medio para consolidar valores como la cooperación y solidaridad en la cultura institucional, un medio para abrir nuevos espacios para la proyección internacional y la asociación con organizaciones y redes y un medio para ampliar las oportunidades de empleo de los egresados. En resumen, la internacionalización es una herramienta, un medio, para mejorar la calidad, pertinencia, eficacia y eficiencia de las funciones universitarias, mejorar la investigación universitaria a nivel mundial, con estándares internacionales y mejorar la proyección y vinculación de la Universidad en el mundo de la educación superior. (SEBASTIÁN, 2011, p. 4)

Pensar em redes é pensar PPLICES para colocar em contato pesquisadores e instituições que falem línguas diferentes do inglês, fortalecendo a circulação do conhecimento produzido nelas e dando visibilidade a ele entre si.

Com investimento de esforços para promover essa visibilidade e usando da tecnologia para facilitar o acesso, as PPLICES podem

promover um avanço na ciência que se torne eventualmente impossível de ser ignorado pelo resto do mundo. Como explica e exemplifica De Wit (2016):

The creation of the two global networks in higher education research, the new Master in International Higher Education and the expansion of “International Higher Education” illustrate the growing importance of higher education research and dissemination in a global context. Where higher education research was in the past limited and mainly focused on national and regional aspects, like the sector itself, the shift is now towards international higher education. This is an important development. (DE WIT, 2016, p. 10)

Esta pesquisa, como mencionamos na Introdução deste texto, é um trabalho desenvolvido dentro de uma rede. Ela está inserida na Cátedra Unesco Políticas Linguísticas para o Multilinguismo, que iniciou suas atividades em 2018. A rede inclui instituições de treze países, quais sejam: do Brasil, UFSC (sede), UNIOESTE, UFBA, UFRR, UFPR, UnB e IPOL; da Índia, Universidade de Hyderabad; da Rússia, Universidade Russa para as Humanidades; da Indonésia, Universidade Negeri Malang; de Angola, Instituto Superior de Ciências da Educação do Uíge; de Timor-Leste, Universidade Nacional do Timor-Leste; Da China, Universidade de Macau; da França, Instituto Nacional de Línguas e Civilizações Orientais; da Bélgica, Universidade Católica de Leuven; do México, Universidade Autônoma Metropolitana Iztapalapa e Universidade Pedagógica Nacional; da Espanha, Academia Galega da Língua Portuguesa; da Estônia, Universidade de Tartu; e da África do Sul, Universidade de Stellenbosch.

As Cátedras Unesco, que têm “[...] como principal objetivo a capacitação por meio da troca de conhecimentos e do espírito de solidariedade estabelecido entre os países em desenvolvimento” (UNESCO, s.a., n.p.), organizam-se na união de esforços em atender necessidades do contexto de desenvolvimento. A perspectiva é sempre a agenda dos direitos humanos e do desenvolvimento global. A perspectiva decolonial, que vamos abordar em seguida, fica evidente nos trabalhos das Cátedras: “Um grupo de universidades em diferentes países (Norte-Sul, Sul-Sul) pode optar por unir forças em uma área de necessidade no contexto de desenvolvimento e, assim, criar uma rede” (UNESCO, 2006, n.p.).

Essa ação é um bom exemplo de uso da rede para visibilizar trabalhos da periferia do sistema linguístico global. A produção de conhecimentos se diversifica a partir desse contato e o campo de PPLICES se fortalece porque estudiosos de diferentes lugares do mundo podem dialogar para a solução das problemáticas dessa área. Um ponto importante da constituição de redes é que elas não precisam, necessariamente, render-se à língua hegemônica para existir e se fortalecer no contexto.

Ainda a título de exemplo, apresentamos outra dessas redes que ilustram a ideia que pretendemos desenvolver. Vem se organizando nos últimos anos, na América Latina, a Associação de Universidades do Grupo Montevideu (AUGM), da qual faz parte a Universidade Federal de Santa Catarina, onde se desenvolve a presente pesquisa. Segundo o sítio da AUGM,

La Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM) es una Red de Universidades públicas, autónomas y autogobernadas de Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay que, en razón de sus semejanzas, comparten sus vocaciones, su carácter público, sus similitudes en las estructuras académicas y la equivalencia de los niveles de sus servicios; características que las sitúan en condiciones de desarrollar actividades de cooperación con perspectivas ciertas de viabilidad. (AUGM, s.a., n.p.)

Esta rede de universidades da América do Sul tem organizado intercâmbios e parcerias de pesquisa em diferentes níveis da educação superior, promovendo a língua portuguesa e espanhola assim como as parcerias entre pesquisadores, estudantes e docentes dos países que a integram. Segundo a AUGM (s.a., n.p.), um dos objetivos deste coletivo é que a interação entre seus membros contribua para o avanço e a divulgação do conhecimento.

A educação superior vem incrementando sua atuação na pesquisa e produção de conhecimento na América Latina. Essas instituições são parte do processo de construção nacional, portanto geralmente são monolíngues na língua oficial dos países.

Both public and most private universities take part in the nation-building process and form academic

professionals in the state language. Research emerged in a significant number of universities during the second half of the twentieth century. Today, leading universities have reached international standards and have developed intense network relations with top international universities in a number of disciplines. Given the low or intermediate level of overall development, however, no Latin American country possesses an established academic field in research comparable to that of the industrialised countries in the so-called First World. (HAMEL; LÓPEZ; CARVALHAL, 2016, p. 3)

As redes de produção e circulação de conhecimento científico, então, aparecem como um elemento necessário, que ajuda a concretizar as PPLICES para a promoção do multilinguismo como recurso. As universidades estão fadadas a se apegarem caso não invistam em políticas de diálogo com outras instituições, seja por meio de parcerias ou de visibilização de sua produção científica. Sebastián afirma que essas redes são incubadoras de relações:

Las universidades deben plantearse tener una presencia activa en organismos y redes institucionales universitarias internacionales, que son incubadoras de relaciones y de futuras colaboraciones, además de favorecer una articulación de la universidad en contextos internacionales. (SEBASTIÁN, 2011, p. 7)

Aproveitar a disponibilidade dos recursos tecnológicos para colocar em rede pesquisadores é uma maneira realista de viabilizar o multilinguismo da ciência e da educação superior. Isso porque um dos fatores que influencia a promoção das línguas é o vulto de investimento necessário para aprendê-la. Isso nos traz a afirmar que as redes locais e regionais devem ser tão valorizadas quanto as trocas com países que ocupam posição hegemônica. Um dos fatores a ser melhor aproveitado é a intercompreensão. Trata-se do processo pelo qual falantes de línguas diferentes conseguem se comunicar, compreendendo-se mutuamente, cada um falando seu próprio idioma.

Isso quer dizer que, no caso do Brasil, PPLICES que promovam o conhecimento de inglês são importantes mas igualmente importante é

valorizar a intercompreensão que já temos com nossos vizinhos que falam espanhol. Ainda, há um universo de países lusófonos na África e Ásia com os quais os pesquisadores brasileiros pouco interagem. E, afinal, quando uma língua já é falada no ambiente familiar e o acesso a ela é facilitado externamente, os falantes encontram uma motivação e então o capital linguístico se multiplica com investimento mínimo:

People decide, given this opinion, that assimilation within and across generations to high-density languages confers net benefits on those who assimilate, if the cost of assimilation is not excessive. Globalization decreases that cost by creating opportunities for immersive learning of high-density languages. (POOL, 2010, p. 143)

Estabelecendo redes de diálogo entre a lusofonia e a hispanofonia, pega-se um atalho no processo de internacionalização, ampliando resultados do investimento. Paralelamente a todo esforço de anglicização, pode-se ter diálogos, parcerias, interação entre países que têm, sim, assuntos em comum demandando por pesquisa científica. Muitos deles, problemas típicos dos países em desenvolvimento.

Com PPLICES de valorização da presença das línguas, não é preciso, então, pagar por aulas de língua e nem necessariamente deslocar-se até espaços (ou países) em que se possa praticar. Do ponto de vista da educação e da ciência, é um movimento de inclusão significativo. O investimento é baixo e o retorno é uma ampliação do repertório linguístico do sujeito, o que é um recurso de sobrevivência a mais para indivíduos no mundo capitalista. E

Uma explicação potencialmente poderosa para o interesse em segundas línguas específicas respeita à abordagem das externalidades de rede. As línguas são um bem público cujo valor aumenta o seu uso por um número maior de pessoas. Assim sendo, beneficiam das propriedades de massa crítica que são típicas das redes de telecomunicações – a maior parte dos clientes prefere aderir a uma rede com um grande número de utilizadores visto que, no interior da rede, as comunicações tendem a ser mais fáceis e baratas. (ESPERANÇA, 2009, p. 2)

O que vemos hoje, no entanto, é um movimento em outro sentido. Há universidades brasileiras, por exemplo, que recebem estudantes estrangeiros para um semestre inteiro de atividades sem a necessidade de saber a língua portuguesa. Uma desvalorização do nosso capital linguístico, quando seria mais estratégico investir no fortalecimento da diversidade diante das hegemonias. Assim,

This strategy would aim to make the world more like a community of language communities than like a community of nation-states, territories, religions, ideologies, or other subpopulations. A self-governing and internally cohesive low-density language community could make its language official and treat it as the main medium of education, commerce, publication, and other social interaction, more easily than is possible where the language is merely that of a minority. (POOL, 2010, p. 146)

Quando o Brasil se coloca em rede com pessoas de outros países, sejam do centro do mercado linguístico da ciência (a anglofonia) ou de parceiros de posições mais periféricas do sistema, coloca-se em posição de explorar mercados linguísticos menos saturados. Fora da anglofonia também existem empresas interessadas em investimento em pesquisa, consumidores prontos para acessar as inovações, etc. Há portanto recursos financeiros acessíveis na diversidade e as PPLICES pode ser um meio para alcançá-los:

La captación de estudiantes extranjeros, la exportación de las capacidades docentes, los proyectos y redes internacionales de investigación, los contratos con entidades extranjeras, la presencia en el exterior en delegaciones, campus, consorcios y otras modalidades asociativas y la captación de recursos financieros de fuentes externas, son algunas de las expresiones de la internacionalización. (SEBASTIÁN, 2011, p. 7)

As redes de intercâmbio colocam línguas em contato, ajudando a manter a riqueza do grande sistema linguístico global que, hoje em dia, tem o inglês como língua hipercentral. O multilinguismo advindo do

aprendizado da língua do outro, nesse contexto, vem como um enriquecimento do capital linguístico de um povo:

Considerando o efeito de rede, quanto maior for o número de falantes nativos e utilizadores secundários, maior será a recompensa por aprender determinada língua. Além disso, a riqueza cumulativa dos seus utilizadores também é importante para reforçar o efeito de rede. A explosão recente do interesse pelo Mandarim, uma língua muito difícil para utilizadores não nativos, está seguramente relacionada com o contínuo crescimento de dois dígitos da economia Chinesa no decorrer das duas últimas décadas. (ESPERANÇA, 2009, p. 5)

Quando dizemos que as PPLICES que tenham como princípio promover redes devem focar o multilinguismo, não estamos falando de fazê-lo sem critério na formação dessas redes. Defendemos a importância de os Estados e instituições terem noção do poder de uma rede de pesquisadores em diálogo, sobretudo em relação às pressões advindas da língua hegemônica. No mesmo sentido:

Las redes son uno de los modelos organizativos que está recibiendo mayor atención en los últimos años en la cooperación universitaria. Las redes son organizaciones sociales donde las distintas motivaciones, intereses y culturas de los asociados hacen que tengan una cierta complejidad. La generalización del concepto de red ha conducido a una cierta confusión sobre su naturaleza e idoneidad como instrumento para la cooperación. La idoneidad de las redes como modalidad de cooperación depende del objetivo específico que se persigue, porque las redes son medios y no fines. (SEBASTIÁN, 2011, p. 9)

Como afirma De Swaan (2010), é graças a essas conexões entre as línguas que podemos pensar a própria humanidade como rede. Adicionamos ainda que essa articulação entre culturas e línguas é que viabilizou a própria globalização e todos os seus efeitos. A promoção de redes de pesquisa pode e deve realizar a missão de colocar Norte e Sul em contato e fazer justiça histórica com os povos herdeiros da

colonialidade. Efeitos que culminaram no reconhecimento dos direitos linguísticos como direitos humanos e cuja proteção (também) compete às PPLICES que os Estados adotam.

O direito de falar e de aprender na própria língua é o direito de inclusão de seu povo e cultura na vivência global da humanidade. Apenas aproximadamente 150 línguas (ou seja, 3% das línguas existentes) ocupam lugar central nos seus sistemas linguísticos. Isso mostra que, como em outras esferas, no mundo das línguas o poder está concentrado. Há poucas línguas com muita força em relação às outras muitas que orbitam ao seu redor. Por outro lado, isso traz uma vantagem muito interessante do ponto de vista da promoção do multilinguismo: a tendência é que os falantes das línguas periféricas sejam levados a ampliar seu repertório linguístico, aprendendo a língua dominante no caminho para se posicionar com mais conforto dentro do sistema.

Aos nativos do centro do sistema, pelo contrário, resta uma situação empobrecida do ponto de vista linguístico: de acordo com De Swaan (2010, p. 57), muito poucos deles falam alguma língua adicional. Há certa contradição neste quadro: o aprendizado da língua central é um movimento de progresso, mais uma língua é igual a mais recursos para prosperar no sistema; mas isso só parece funcionar para os falantes das línguas periféricas. Falantes nativos das línguas centrais (inglês e português, por exemplo, em seus respectivos contextos) não buscam aprender as línguas da periferia, como se acessá-las não fosse trazer um incremento de recursos para sua prosperidade no sistema.

O que aprendemos com De Swaan faz pensar sobre a importância de se reconhecer os direitos linguísticos como direitos humanos. Se 98% das línguas do mundo se localizam na periferia dos sistemas a que pertencem, é uma questão ética que as línguas centrais usem sua situação privilegiada para promover, solidariamente, a sobrevivência das línguas periféricas e a inclusão de seus falantes no sistema, de forma igualitária e que as línguas da periferia invistam seus esforços em unir-se em vez de competirem entre si pela posição mais próxima do centro possível. As redes contribuem para isso.

Fortalecer as redes civilizacionais será mais importante que fortalecer as hegemonias, que tendem a minguar:

A visão de Huntington é a de um mundo dividido por diferenças religiosas, culturais e econômicas. Como outras pessoas, ele acredita que a importância do estado-nação diminuirá. As ligações civilizacionais, afirma Huntington, serão

mais importantes do que os estados-nação. De importância decisiva para o futuro é o declínio da influência da civilização Ocidental e a influência crescente das civilizações Islâmica e Sínica. Por exemplo, ele cita números que indicam que a percentagem da população mundial sob controlo político do Ocidente diminuirá de 44.3 por cento, em 1900, para 10.1 por cento, em 2025. Durante o mesmo período, o controlo Islâmico sobre a população mundial aumentará de 4.2 por cento para 19.2 por cento e o controlo Africano de 0.4 para 14.4 por cento da população mundial. Huntington prevê que, por altura do ano de 2025, as maiores civilizações segundo a percentagem da população mundial serão Sínicas (21.0%), a Islâmica (19.2%), a Hindu (16.9%) e a Africana (14.4%). (SPRING, 2004, p. 83)

Por tudo isso, vemos que as PPLICES devem atender ao princípio de estabelecer redes entre pesquisadores das diferentes línguas. As instituições têm de ter suporte para eleger parceiros de trabalho e interlocutores que interessem no cumprimento de sua finalidade principal, a formação de indivíduos tanto técnica quanto humana, e a resolução de problemas sociais. No mercado linguístico da ciência, conhecer e usar a língua hegemônica é um recurso para ganhar existência, mas tão importante quanto é reconhecer que há (muita) legitimidade fora do centro do sistema.

5.4 A decolonialidade: PPLICES para igualdade e justiça

Vimos que multilinguismo é um conceito que tem a ver com diversidade de culturas, convivência entre diferentes. Pensá-lo como um recurso para o desenvolvimento da ciência, o fortalecimento das culturas e a ampliação do capital linguístico é o desafio a que nos propusemos nesta pesquisa. Mas a análise das conjunturas históricas em que se fazem as políticas linguísticas torna inescusável o tema da herança colonial, que aliás foi um forte elemento na consolidação do inglês como língua da ciência no século XX.

Muitos autores têm se dedicado a promover e estudar o movimento decolonial, pelo qual se busca construir um novo jeito de fazer ciência sem a submissão às hegemônias. Não por acaso, nesta última seção da tese, analisaremos como a decolonialidade pode ser um

caminho para promover o multilinguismo, como uma reação à cultura do monolinguismo na ciência.

Todos os discursos são permeados por ideologias, que estabelecem relações hierárquica entre os interlocutores. Cada falante se coloca em um lugar de exercício ou submissão de poder. Dessa forma, a língua que se escolhe para essa interação já é em si mesma uma manifestação dessa situação de poder:

Le recours à un langage neutralisé s'impose tout les fois qu'il s'agit d'établir un consensus pratique entre des agents ou des groupes d'agents dotés d'intérêts partiellement ou totalement différents: c'est-à-dire, évidemment, en tout premier lieu dans le champ de la lutte politique légitime, mais aussi dans les transactions et les interactions de la vie quotidienne. La communication entre classes (ou, dans les sociétés coloniales ou semi-coloniales, entre ethnies) représente toujours une situation critique pour la langue utilisée, quelle qu'elle soit. (BOURDIEU, 1982, p. 19)

Assim, línguas internacionais como o espanhol e o português são menos centrais em relação ao inglês mas muito dominantes em relação aos idiomas de seus povos nativos. Até por serem idiomas de grandes colonizadores do século XVI, Portugal e Espanha, que Garcés (2007, p. 217) nomeia de “[...] linguocentrismo del castellano y las demás lenguas modernas”. Desse ponto de vista, nós que escrevemos esse texto em português e você, que nos lê, temos a responsabilidade de nos questionar por que estamos nos comunicando nesta língua. A resposta é histórica e está maculada por muita violência.

Por isso à pesquisa no século XXI, sobretudo nas ciências humanas e muito especialmente no campo das PPLICES, não resta alternativa senão problematizar as línguas em que se dá sua produção de conhecimento. As PPLICES têm a responsabilidade de lidar com esse legado, sobretudo porque a humanidade — colonizadores e colonizados — até hoje não deu conta de lidar com a violência da colonialidade.

Sousa Santos nos ensina que esse período só foi possível porque se negou a humanidade de muitas pessoas e, principalmente, até hoje persiste, para certas ideologias, a noção de que nem todas as pessoas são totalmente humanas:

A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal. O meu argumento é que esta realidade é tão verdadeira hoje como era no período colonial. O pensamento moderno ocidental continua a operar mediante linhas abissais que dividem o mundo humano do sub-humano, de tal forma que princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas. As colónias representam um modelo de exclusão radical que permanece atualmente no pensamento e práticas modernas ocidentais tal como aconteceu no período colonial. Hoje, como então, a criação e ao mesmo tempo a negação do outro lado da linha fazem parte integrante de princípios e práticas hegemónicos. (SOUSA SANTOS, 2009, p. 31)

Além do que, acrescentamos, as políticas para as línguas na ciência são produto desse contexto contraditório, afetadas por relações econômicas e políticas. A crítica de Castro-Gómez ajuda a pensar porque nos lembra que o capitalismo tardio em que vivemos é uma herança da colonialidade:

La pregunta que surge ahora es la siguiente: ¿existe una alternativa para decolonizar la universidad, liberándola de la arborización que caracteriza tanto a sus conocimientos como a sus estructuras? Es en este punto donde quisiera volver al diagnóstico de Lyotard sobre la crisis de la universidad contemporánea. [...] La posmodernidad es caracterizada como el momento en que el sistema capitalista se torna planetario, y en el que la universidad empieza a plegarse a los imperativos del mercado global. Esto conduce a la universidad a una crisis de legitimación. La planetarización de la economía capitalista hace que la universidad no sea ya el lugar privilegiado para la producción de conocimientos. El saber que es hegemónico en estos momentos ya no es el que se produce en la universidad y sirve a los intereses del Estado, sino el que se produce en la empresa transnacional. (CASTRO-GÓMEZ, 2007, 84)

O objeto de estudo das PPLICES, portanto, ganha uma dimensão a mais diante dessa constatação: fazer ciência é exercer e submeter-se a poder. Assumindo que o fazer científico não é neutro, ainda mais necessário se faz pensar políticas para as línguas de produção e difusão do conhecimento, sob pena de concorrer para a perpetuação de injustiças globais e violências históricas.

É preciso que as PPLICES, por princípio, deem voz aos povos que foram silenciados e excluídos da ciência e da educação superior, voltando-se à violação dos direitos linguísticos como um ponto que pede reparação. Incumbe-nos, como humanidade, a tarefa de investigar que marcas essa violência deixou sobre os povos, suas culturas e línguas. As culturas não se formaram espontaneamente, muita intervenção houve para que, por exemplo, a América Latina seja hoje como é — social, política, econômica e linguisticamente. Daí as PPLICES para a decolonialidade.

Garcez explica o que é uma teoria crítica da cultura. Conforme o autor, a humanidade começou a teorizar sobre a cultura só a partir da conquista da América, no século XVI. Até então, não há registros de uma reflexão sistemática sobre quem é o ser humano e como ele constrói seu próprio futuro. Contudo ele diferencia esse mero pensar de um pensar crítico, explicando o que é uma teoria crítica da cultura:

[...] una teoría crítica de la cultura, cuando pensamos todo el hacer, sentir, pensar y representar de los grupos humanos, en lucha por ganar espacios de legitimidad frente a otros. Y al decir lucha, estamos pensando la cultura desde una perspectiva de conflictividad en la que está incluido también quien reflexiona y se pronuncia sobre el fenómeno cultural; es decir, a la manera de la mutua condicionalidad de la relación sujeto-objeto que nos refería Horkheimer. El que reflexiona sobre la cultura, también está atravesado por ésta y representa a uno de los sectores en conflicto y en búsqueda de legitimación de sus espacios, prácticas y representaciones. Una teoría crítica de la cultura enfatizaría, entonces, las contradicciones que son propias de las relaciones culturales, marcadas por el conflicto y la misma contradicción social. (GARCÉS, 2007, p. 218)

No Capítulo 4, vimos que diferentes instituições no Brasil têm elaborados PPLICES mais e menos críticas em relação às tensões de poder que permeiam as línguas. Enquanto alguns dos documentos analisados trazem explícitas as lutas por legitimidade — do português, da libras, das identidades linguísticas diversas —, outras silenciaram a respeito. Outras tantas instituições, ainda (a maioria) não se mobilizaram para elaborar e documentar suas PPLICES.

O pensamento decolonial nos ensina a olhar para esses silêncios e perceber que eles podem ser uma submissão às hegemonias, porque o não resistir, a renúncia à luta por legitimidade, é uma aceitação tácita do poder vigente. Uma política linguística que se exime de falar sobre as contradições que enfrenta em seu lugar de fala está, em verdade, negando-se a enfrentá-las. Constitui-se como política de reforço da hegemonia.

Se no Brasil a ciência é feita principalmente em português (e cada vez mais em inglês), é fundamental admitir criticamente que essa língua foi imposta por uma sucessão de políticas linguísticas de apagamento da diversidade linguística. As PPLICES do século XXI têm a oportunidade de assumir essa herança histórica e trabalhar para um futuro de diversidade linguística e inclusão, mas para isso será preciso reconhecer o papel do Estado e das instituições. Reconhecer, ainda, que está ao alcance começar a transformação do grande sistema linguístico global em um ordenamento mais igualitário.

Assim, a elaboração de PPLICES pode ser uma ação de muito maior impacto além da elaboração de documentos para cumprir requisitos da internacionalização. Pode ser, do ponto de vista humano, uma ação no sentido do desenvolvimento global. Do ponto de vista científico, maximizar a riqueza de saberes e conhecimentos dos povos. Do ponto de vista econômico, aumentar o valor das línguas no mercado.

A ciência está diante da tarefa de lidar com esse fato, admitir que a ótica pela qual se produz e circula o conhecimento hoje é permeada por discursos que se constituíram sob domínio de colonizadores:

O uso de epistemologias advindas majoritariamente de autores europeus passou a ser vista como uma traição ao objetivo principal dos estudos subalternos de rompimento com a tradição eurocêntrica de pensamento. É neste sentido que surge a crítica decolonial, trazendo a necessidade de decolonizar a epistemologia latino-americana e os seus cânones, na maior parte de origem

ocidental. [...] assim como os teóricos críticos de esquerda, os decoloniais buscam a emancipação de todos os tipos de dominação e opressão, em um diálogo interdisciplinar entre a economia, a política e a cultura. (ROSEVICS, 2017, p. 189)

A exclusão que se tem na invisibilização das línguas na ciência é uma parte do fenômeno histórico de exclusão de seus povos. Isso se exacerba quando pensamos a condição de certas culturas. Existem línguas que guardam em si saberes os quais são questionados só por estarem nelas:

Estamos, pues, frente a una colonialidad lingüística que muestra una doble cara: por un lado, la modernidad subalternizó determinadas lenguas en favor de otras, pero, por otro lado, además, colonizó la palabra de los hablantes de dichas lenguas. Es decir, no sólo se subalternizaron determinadas lenguas, sino también la propia palabra y el decir de los hablantes colonizados. La palabra de un quechua-parlante, por ejemplo, aunque se exprese en castellano, siempre será menos valorada que la palabra de un hispano-hablante, sobre todo si es urbano, blanco, mestizo, varón, titulado, etc.; es decir, la valoración de la palabra sigue dependiendo de la trilogía colonial señalada por Quijano: clase, raza, género. (GARCÉS, 2007, p.227)

A predominância de uma língua tem como resultado então o silenciamento de povos. Por esse mecanismo, os povos cuja voz foi calada desenvolveram uma estratégia de sobrevivência de mimetização com o opressor. Os que não foram dizimados obrigaram-se a aprender sua língua, sua religião, seu modo de trabalhar e de viver. A América Latina tem essa marca em sua história e Garcés explica como lidamos até hoje com esse legado:

Desde esta perspectiva, América Latina resulta una consecuencia y un producto de la geopolítica del conocimiento, que a su vez es un conocimiento fabricado e impuesto por la modernidad o por aquello que es fruto de la

autodefinición de modernidad. América Latina se fabricó como algo desplazado y periférico con respecto a la modernidad: los intelectuales de nuestros países asumieron tal desplazamiento y se esforzaron por ser modernos, como si la modernidad fuera el punto de llegada y no la justificación de la colonialidad del poder. (GARCÉS, 2007, p. 225)

Por esse processo, instaura-se uma ideologia de que há diferentes graus de cientificidade no conhecimento produzido nas diferentes línguas, uma ideologia que não se expressa, textualmente, mas se manifesta por meio dos ranqueamentos, por exemplo, que atribuem relevância a quem é mais lido e mais citado nas grandes línguas internacionais do que em outras.

Ora, suponhamos que uma estudante indígena produz uma monografia em uma pós-graduação de uma universidade federal do Brasil. E que o faz em sua própria língua e também nela publica seu estudo. Sua pesquisa terá menos valor que a de alguma colega de classe, que fez o mesmo processo mas em português, ou então de uma terceira, que tenha produzido e publicado em inglês? Do ponto de vista bibliométrico, sabemos que o terceiro texto será considerado mais relevante, de maior impacto. Mas, do ponto de vista científico, é possível comparar a importância desses três estudos com base apenas na bibliometria? E do ponto de vista dialógico, será que a todos os três interessa ser lido pela anglofonia? Ou será que cada um produziu na língua de seus pares, a quem a pesquisa se destinava? E, ainda, do ponto de vista dos direitos linguísticos como direitos humanos, ganhamos mais em ampliar o volume de produção científica em uma língua nativa não oficial ou em uma língua globalmente hegemônica?

Afinal, a colonialidade nos fez esquecer de que não há critério de cientificidade para as línguas, todas são recurso para fazer ciência. A ideia de que algumas são mais válidas que outras vem do olhar da hegemonia sobre seus subordinados:

Tanto el conocimiento como las lenguas pueden ser vistos como bienes que poseen los pueblos pero que tienen distinta valoración, otorgada por los centros de poder a nivel local, regional y global. Así, el conocimiento llamado científico es visto y valorado como el conocimiento, y ese conocimiento se vehicula expresivamente

mediante ciertas lenguas, todas de origen europeo (el inglés, el alemán y el francés). Quien quiera hacer ciencia, filosofía, conocimiento, tiene que apropiarse de tales lenguas para moverse en dicho espacio de poder. Lenguas como el chino o el bengalí, como el quichua, el quechua, el aimara o el shuar, a lo más sirven para expresar algo de cultura y literatura. Es decir que el conocimiento del saber institucional que pasa por el Estado y la Universidad está en las tres lenguas hegemónicas de la modernidad; las otras lenguas, en el mejor de los casos, sirven para la literatura y la expresión cultural de estos pueblos, pero no para hacer ciencia. El conocimiento de las lenguas subalternas (minorizadas, dirían los sociolingüistas) es algo que se puede estudiar, pero no es un conocimiento válido para incorporar como conocimiento paradigmático del pensar y del vivir. (GARCÉS, 2007, p. 226)

Portanto as PPLICES têm de proteger as línguas dessa destituição do direito de dizer seus conhecimentos e saberes, proteger os indivíduos dessa compulsoriedade de aprender e usar as línguas da Europa. Olhando para a trajetória do inglês em estabelecer seu domínio do campo da ciência, vemos que a colonialidade foi essencial. Graddol mostra a relação entre o colonialismo e o estatuto do inglês na ciência (e no mundo) hoje, descrevendo dois momentos do processo de estabelecimento desse domínio: o imperialismo britânico e a emergência dos Estados Unidos da América. Veja-se:

By the end of the 19th century, Britain had established the pre-conditions for English as a global language. Communities of English speakers were settled around the world and, along with them, patterns of trade and communication. Yet the world position of English might have declined with the empire, like the languages of other European colonial powers, such as Portugal and the Netherlands, had it not been for the dramatic rise of US in the 20th century as a world superpower. (GRADDOL, 1997, p. 8)

Desde o surgimento das universidades, na Idade Média, o trabalho das instituições de produção e circulação de conhecimento está vinculado a questões de Estado e de poder, exercendo um papel político ainda hoje notório. Autores críticos inclusive se negam a assumir a predominância do inglês como resultado de uma evolução, afirmando, por exemplo, que: “Em resumo, mais do que evolução, melhor seria considerar o estado atual como resultante de imperialismo cultural” (FORATTINI, 1997, p. 5).

Se, em outros momentos da história, as universidades trabalharam em favor da promoção de desigualdades, o século XXI traz a oportunidade de elas serem o cenário em que vamos explicitar esse desequilíbrio e promover mudanças. Sobretudo em um contexto atual, em que há organizações internacionais e supranacionais que dão suporte a movimentos nesse sentido. As PPLICES, neste intento, são uma ferramenta.

Como ensina Castro-Gómez (2005), a educação superior hoje tem heranças epistemológicas e pedagógicas do mundo colonial. Segundo o autor, a colonialidade do poder e a colonialidade do saber têm a mesma matriz genética e assentam-se sobre um pensamento binário que divide e exclui a partir de dualidades como “barbárie e civilização”, “centro e periferia”. Nesse ideário colonialista, as línguas e a produção de conhecimento são vistos como intrínsecos à força do Estado que representam, ideia herdada do período de constituição dos Estados nacionais. Hoje, como afirma Graddol, o movimento é oposto, no sentido de decolonial:

The idea of a national language being a requirement for a nation state has remained a powerful one. The 20th century process of decolonisation created a drive to establish new national languages which could provide an integrated identity for multi-ethnic states set up on the European model. (GRADDOL, 1997, p. 6)

A razão de PPLICES para esse movimento decolonial está na flagrante desigualdade entre as línguas e seus povos no campo da ciência. É evidente que as grandes línguas internacionais são as línguas dos grandes colonizadores do passado, sendo a maior delas o inglês, que atropela as demais: “The spread of English in the field of science has exerted significant pressure, first and foremost on the most developed national academic systems in Europe, but it has had its specific effects

in all non-Anglophone continents” (HAMEL; LÓPEZ; CARVALHAL, 2016, p. 4).

As políticas linguísticas, sobretudo para educação (e, no caso desta discussão, a educação superior), podem contribuir para equilibrar os poderes tão mal distribuídos entre as culturas no contexto global. As experiências coloniais deixaram marcas ainda muito nítidas nas culturas dos povos das ex-colônias, que se refletem nas relações com as línguas (maternas, oficiais, estrangeiras) assim como na percepção de seu próprio lugar no panorama mundial. Villanúa explica como a colonialidade impregna as culturas pós-coloniais:

Lembremos que, devido aos efeitos da dominação, o sujeito colonizado vê-se a si mesmo através dos olhos do colonizador que o homogeneiza e objetiviza. [...] O colonizado concebe-se em função do que o outro pensa dele desenvolvendo uma dupla consciência de se enxergar através do olhar do outro. Segundo as teorias pós-coloniais, esta dinâmica de (auto)percepção através do olhar do poder dominante é pertinente para todos os aspectos dos sujeitos e povos que têm vivenciado a dominação social, cultural e política. (VILLANÚA, 2013, p. 5)

Quando o acesso doméstico à internet e o uso de telefones celulares começaram a se popularizar no Brasil, na década de 1990, era comum para os usuários brasileiros ter dificuldades com os teclados disponíveis para digitação de mensagens ou outros textos, por falta de alguns caracteres da língua portuguesa nos teclados configurados para escrever somente em inglês. Esse é um exemplo de como uma ideologia monolíngue pode afetar a realidade da língua periférica — caso do português na esfera da tecnologia, campo em que o inglês impera tranquilamente. Graddol descreve esse problema:

English and computers had seemed, for decades, to go together. Computers and the programs which make them useful were largely the invention of English-speaking countries. The hardware and software reflected the needs of the English language. The early systems for text-based communication were unfriendly to accented characters and almost impossible for languages using non-roman writing systems, while computer

operators interacted with programs using instructions in English. (GRADDOL, 1997, p. 30)

A questão dos teclados, para muitas línguas (românicas, sobretudo) já foi superada e até mesmo esquecida pelos usuários da tecnologia. Porém é importante retomar exemplos como esse para que se possa, agora, questionar: em que outros âmbitos as línguas dominantes estão se sobrepondo e apagando outras línguas? Que tipo de exclusão essas hegemônias provocam? No campo da ciência e da educação superior, como temos visto, evidentemente há um domínio dessa língua sobre as demais e o efeito mais maléfico é a invisibilização de conhecimentos.

Graddol (1997, p. 3) traça um paralelo entre a promoção da diversidade linguística e as questões ambientais, ressaltando que, se não agora, no futuro certamente haverá questionamento éticos desse domínio da língua inglesa:

There are signs already of an associated shift of social values which may have a significant impact on future decision-making of organisations, governments and consumers. Some commentators predict that, just as environmental issues were once regarded as less important than the need for profit, so issues of social equity will form a third 'bottom line' in the global business environment. This suggests that those who promote the global use of English will be burdened with new social responsibilities and may have to engage with a more complex public agenda, including ethical issues relating to linguistic human rights. (GRADDOL, 1997, p. 3)

No campo da ciência, como discutimos no Capítulo 3, a globalização trouxe como efeito os movimentos de internacionalização das instituições de educação superior. E em muitos casos, do ponto de vista político-linguístico, internacionalização virou sinônimo de anglicização, perpetuando a violência epistêmica que se manifesta em muitas formas, inclusive linguística. Mas esse caminho, é importante ter em mente, não é a única alternativa. A valorização do elemento local, condição de uma virada decolonial, também é uma das oportunidades que a globalização oferece:

Globalisation is probably the most significant socioeconomic process affecting the world in the late 20th century. Its effects are felt not only in the economy, but also in politics and culture. It would be wrong, however, to think of globalisation as primarily a 'neo-colonial' process whereby the capital and social values of rich countries are imposed upon poorer ones. Discussions of globalisation unusually emphasise the importance of local contexts, for globalisation creates patterns of interdependence and interconnection, where cultures and economies influence each other rapidly, but in complex and often unpredictable ways. Rather than a process which leads to uniformity and homogeneity, globalisation seems to create new, hybrid forms of culture, language and political organisation: the results of global influences meeting local traditions, values and social contexts. (GRADDOL, 1997, p. 33)

Trata-se de uma luta por existência. A violência das colonizações deixou um legado de deslegitimação de tudo que se diferencia daquilo que ocupa a posição de dominante. Línguas foram exterminadas ou minorizadas, povos foram dizimados, diásporas foram promovidas em nome dessa postura que considera não humano tudo que não é conhecido, como ensina Sousa Santos (2009).

Um novo tempo é chegado para as ciências humanas, o tempo de questionar essa herança e propor caminhos de saída. Por isso mesmo há iniciativas questionando esse padrão de submissão à hegemonia da língua inglesa, buscando questionar essa postura:

This is exactly what is at stake in European universities these days, calling for the internationalisation of academic teaching which in most cases means Anglicisation. However, in the super central language communities and beyond there seems to emerge a growing awareness that the imperial strategy does not operate to their advantage, working against the still dominant rush to English. First, because the hegemonic strategy distorts the reality of research and particularly that of publishing, on the basis of a vicious circle between impact factors and citation indexes; it leaves out a majority share of the scientific

literature that may have an impact in the real world. And second, in terms of politics, it disempowers all academic and language communities outside the Anglophone Empire and subordinates them to the Anglo centre. (HAMEL; LÓPEZ; CARVALHAL, 2016, p. 5)

É importante, ao pensar a política linguística nas instituições de ensino, ter em mente que a língua é também um recurso econômico, portanto seu conhecimento é estratégico em uma sociedade capitalista. E o que faz uma língua mais valiosa? Segundo Prado (2012, p. 39), trata-se de quanto conhecimento pode ser acessado por meio dela: “In our knowledge society, language loses value for its speakers if they can’t use it to acquire knowledge”.

PPLICES pela decolonialidade são movimentos que tratam de educar o olhar das pessoas para além do centro dos sistemas linguísticos. Dando a conhecer as línguas e seus saberes, os Estados e as instituições podem entrar em diálogo com parceiros do mundo todo, um diálogo que muitas vezes não foi permitido na história em função dos silenciamentos. Nosso jeito de fazer ciência, e de difundir ciência, tem como base as línguas das hegemonias, originalmente eurocêntricas, cada pesquisador deveria ter consciência disso quando executa seu trabalho.

Garcés (2007, p. 219) explica como o caráter eurocêntrico de nosso horizonte cultural afeta nossa maneira de ver o mundo, inclusive de fazer ciência. O autor ensina que esse mecanismo, que herdamos das colonizações, torna universal o que seria uma particularidade, deslegitimando e anulando o que seriam as outras particularidades. No plano linguístico, afirma, “[...]las lenguas europeas, derivadas, sobre todo, del latín y del griego, se tornan las únicas en las que es posible expresar conocimiento verdadero y válido” (GARCÉS, 2007, p. 220). Vemos no exemplo da CPLP como é possível, por meio de políticas, descentralizar a gestão de uma língua, numa perspectiva indiscutivelmente decolonial, de valorização da lusofonia latina e, sobretudo, africana. Assim também as PPLICES podem ser nosso meio de promoção de uma ciência que contribua para rever as heranças da colonialidade.

O multilinguismo, portanto, antes de ser uma suposta ameaça, deve ser percebido como uma riqueza que, afortunadamente, é para ser colocado acessível às instituições e os indivíduos nela. Essa noção é até presente no discurso hegemônico sobre ensino de línguas mas nem sempre se confirma na prática, quando a promoção da diversidade

linguística é frequentemente atropelada por um tributo à língua dominante, vista como único meio de inserção na comunidade acadêmica global.

Mas Calvet (2007, p. 19) faz a consideração de que as políticas linguísticas e o planejamento linguístico não devem ser confundidos com um recurso a ser utilizado apenas para países em desenvolvimento ou em situação pós-colonial. Diz o autor que “[...] as relações entre língua(s) e vida social são ao mesmo tempo problemas de identidades, de cultura, de economia, de desenvolvimento, problemas dos quais nenhum país escapa”. É importante lembrar dessa ressalva para não cair num ideologismo.

A medida está em considerar e problematizar a questão colonial na elaboração das PPLICES, pois o processo muitas vezes é violento. Uma violência epistêmica em que “A sociedade alvo da dominação estará sujeita a verdadeira catequese cultural, implicando toda sorte de atrações, pressões e induções, visando superar-lhe as conquistas culturais próprias e substituí-las pelas da sociedade dominante” (FORATTINI, 1997, p. 5).

Walsh define, então, o que é “decolonialidade”, esse princípio ao qual nossa reflexão nos traz. A autoria comenta o termo em oposição ao conceito de “descolonização”, com que por vezes é confundido:

Suprimir la “s” y nombrar “decolonial” no es promover un anglicismo. Por el contrario, es marcar una distinción con el significado en castellano del “des”. No pretendemos simplemente desarmar, deshacer o revertir lo colonial; es decir, pasar de un momento colonial a un no colonial, como que fuera posible que sus patrones y huellas desistan de existir. La intención, más bien, es enseñalar y provocar un posicionamiento –una postura y actitud continua– de transgredir, intervenir, in-surgir e incidir. Lo decolonial denota, entonces, un camino de lucha continuo en el cual podemos identificar, visibilizar y alentar “lugares” de exterioridad y construcciones alternativas. (WALSH, 2009, p.14-15)

Esse processo decolonial, como Walsh (2009) assinala, é um caminho de luta por visibilidade. Por isso mesmo entendemos que é um conceito fundamental para nosso estudo sobre PPLICES. A ciência é um

campo afetado, historicamente, pela hegemonias das línguas e das culturas na produção e difusão do conhecimento. A decolonialidade é um jeito diferente de pensar, mais atualizado, por caminhos que ajudem a tornar visíveis as identidades fora do centro.

Esse movimento tem ganhado vulto no campo da ciência e por isso podemos falar em um “pensamento decolonial”, cuja origem é descrita por Mignolo:

Mi tesis es la siguiente: el pensamiento decolonial emergió en la fundación misma de la modernidad/colonialidad como su contrapartida. Y eso ocurrió en las Américas, en el pensamiento indígena y en el pensamiento afro-caribeño; continuó luego en Asia y África, no relacionados con el pensamiento decolonial en las Américas, pero sí como contrapartida de la reorganización de la modernidad/colonialidad del imperio británico y el colonialismo francés. Un tercer momento ocurrió en la intersección de los movimientos de descolonización en Asia y África, concurrentes con la guerra fría y el liderazgo ascendente de Estados Unidos. Desde el fin de la guerra fría entre Estados Unidos y la Unión Soviética, el pensamiento decolonial comienza a trazar su propia genealogía. (MIGNOLO, 2007, p. 27)

Assim, a elaboração de PPLICES deve ter em conta a herança colonial para que, por meio das ações que propõe sobre as línguas, possa pensar mecanismos para compensar a iniquidade entre as línguas no sistema linguístico global. Essa responsabilidade é da ordem dos direitos humanos porque tem a ver com a preservação das culturas e do patrimônio imaterial dos povos. E, por isso, a promoção do multilinguismo não deve ser apenas prioridade das PPLICES da periferia mas também e principalmente das línguas dominantes, pois “Compensation mechanisms have been analyzed as a means of making dominant languages more equitable for those who do not speak them natively” (POOL, 2010, p. 146).

Vimos, por exemplo, que as PPLICES já documentadas no Brasil fazem pouca menção à Libras e nenhuma às línguas dos povos indígenas brasileiros. Esse é um exemplo de como a língua majoritária poderia usar de seu poder para promover a visibilidade das línguas minorizadas e ainda não o fez. O processo de encolhimento de uma língua, ensinam

Skutnabb-Kangas e Phillipson (2010), é sempre resultado de uma política linguística ou da ausência dela. Línguas não simplesmente desaparecem, elas são extintas por ações e omissões deliberadas das autoridades e da sociedade:

[...] languages do not ‘just’ disappear by themselves, of old age, or because they are not seen to be fit for a postmodern digitalized age, or because people opt out of them ‘voluntarily.’ Many states actively seek to eliminate or to ‘murder’ minority languages. Misinformation to the parents of deaf children about cochlear implants may also create the belief that these children would come to ‘hear’ through implants; therefore many parents mistakenly think that there is no need for sign languages. (SKUTNABB-KANGAS; PHILLIPSON, 2010, p. 78)

As PPLICES são elemento estratégico no desenvolvimento econômico, como vimos, e na promoção e inserção das culturas em um campo altamente valorizado em nosso tempo, que é a ciência. Por essa razão, incumbe a quem elabora essas políticas levar em conta o poder de preservar ou extinguir uma língua que as PPLICES guardam em si.

Também por isso, é preciso ter cuidado com a forma escolhida para essa valorização do elemento local, para que ele não se torne apenas uma ferramenta a mais na promoção das hegemonias. Nas PPLICES que analisamos no Capítulo 4, vimos que há diferentes abordagens para as políticas em relação às línguas minorizadas, indo desde menções genéricas até à documentação de intenção real de intervenção, com ações de planejamento linguístico que contribuam na preservação linguística.

As PPLICES em geral se justificam pelas dinâmicas internacionais cujo motor é a pesquisa, mas a questão do ensino é igualmente afetada, quando se define em que línguas o conhecimento será ensinado. Falemos então da colonialidade no ensino. Muitos currículos hoje preveem disciplinas ministradas em língua estrangeira (geralmente inglês) num esforço de tornar os cursos superiores atraentes para estrangeiros e parceiros internacionais, na metodologia English as a Medium of Instruction (EMI) que vem se popularizando, por exemplo. Em outros casos, a escolha é pela oferta de PLE como forma de inclusão dos estrangeiros na língua local.

A escolha da língua do ensino é um elemento delicado das PPLICES, porque junto dela vem uma escolha de abordagem sobre como o elemento local será apresentado aos estudantes desse curso. Na história do Brasil, muitas vezes o enaltecimento do elemento local foi abraçado como um caminho não da valorização das próprias riquezas mas como uma defesa contra supostas ameaças culturais. E até mesmo se relativizando a ideia de valorização do local, como faziam os ideais civilizatórios da colonialidade ao enaltecer a figura do bom selvagem.

Hoje, com a perspectiva histórica e os desenvolvimentos do pensamento decolonial, sabemos que esse olhar que não nega o elemento local deve ser visto como uma assunção das contradições e conflitos próprios, não como uma exaltação ufanista. Aliás, sobre isso, Spring explica como o nacionalismo é uma ideologia que ainda hoje faz uso do elemento local para reforçar paradigmas neoliberais — os quais, acrescentamos, relacionam-se diretamente à posição hegemônica da anglofonia na ciência:

Os educadores nacionalistas ensinam história e tradições culturais mais por patriotismo e com o propósito de reduzir tensões étnicas e raciais do que pelo facto de representarem uma fonte de conhecimento sobre como viver com a natureza e com outras pessoas. Os ideólogos neo-liberais fazem uso de culturas locais para desenvolverem programas educativos que originarão uma sociedade de consumo e industrial. Neste contexto, as culturas locais são entendidas como um meio para alcançar um fim e não tanto como algo que valha por si só. Os agentes da educação para os direitos humanos tendem a enfatizar a protecção de línguas e culturas locais. As doutrinas dos direitos humanos abrangem a questão do direito que cada um tem à sua própria cultura e língua. (SPRING, 2004, p. 73)

Numa perspectiva decolonial, o inglês não deixa de ser inserido nas instituições de educação superior. Mas “Ensinar inglês, neste contexto, deve significar o extrapolarmento dos conteúdos linguísticos na busca por novos horizontes, percebidos em confrontos, análises e identificações com conteúdos culturais que possibilitam a formação de diversos ‘entre-lugares’” (GOMES; SANTOS, 2015, p. 145). A decolonialidade como um princípio de promoção do multilinguismo é

um guia para PPLICES que contribuam para uma epistemologia mais crítica.

Pois o ensino e a promoção de uma língua são um importante reforço da cultura a que ela pertence e “O eurocentrismo não é exclusivamente, portanto, a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também o conjunto dos educados sob a sua hegemonia” (QUIJANO, 2009, p. 74-75). Quando hoje a ciência e a educação superior no mundo tendem a uma anglicização monolinguista, não apenas a língua inglesa está sendo adotada mas os valores que ela traz em seu discurso vão sendo replicados e conservados.

Spring problematiza essa questão, lembrando que a ideia de uma língua global até pode ser positiva quando, nas palavras dele, se faz um uso “des-etnizado” da língua, mas pode também ter uma influência negativa quando serve de veículo para difusão dos valores neoliberais que promovem desigualdades entre povos, como veremos a seguir.

Se a cultura está encaixada na língua, avaliem-se as potenciais consequências do Inglês como a língua global. O Inglês como a língua global pode assegurar a influência contínua da cultura Anglo-Saxónica na cultura global, incluindo a difusão da cultura consumista Americana. Além disso, o triunfo do Inglês como a língua global poderá comportar a mensagem de que as culturas onde o Inglês é a língua oficial são superiores às culturas cuja língua oficial não é o Inglês. O Inglês como a língua global poderá, por conseguinte, completar o projecto colonialista da Inglaterra que consiste na divulgação da cultura Anglo Saxónica e o cumprimento do destino manifesto da América que consiste em civilizar o mundo. Com certeza, Huntington e outros poderão estar certos quando dizem que as diferentes variantes do Inglês e do Espanhol podem não mais reflectir a cultura das suas origens imperialistas. (SPRING, 2004, p. 80)

Por isso é que, em nosso entendimento, pensar uma “língua global” nesses termos parece uma idealização, um olhar que assume que seria possível a língua do centro ocupar todo o sistema sem que isso caracterizasse uma hegemonia, senão apenas o compartilhamento de uma língua comum. Quando a ciência se angliciza para garantir

relevância no contexto mundial, ela não apenas traduz sua produção para o inglês, mas adota também os métodos de trabalho e até mesmo as normas de formatação dos textos junto. É uma colonização epistemológica.

PPLICES para a decolonialidade implicam a não aceitação desse domínio. Compreender e mostrar ao mundo que cada língua e cada cultura tem seu lugar, a competição predatória entre elas é da ordem do capitalismo, interessa ao capitalismo, porque ajuda a manter o estado da hegemonia. Instituições de educação superior são parte do sistema, também a elas incumbe a promoção da mudança.

A educação é um espaço de formação. Guarda em si a particularidade de, estando dentro da cultura, poder ser espaço de crítica à cultura e de gênese das transformações culturais. Spring nos ensina que a cada modelo de educação, a cada política, há um conceito de cidadania correspondente e essa relação é inescusável:

Há diferenças fundamentais em termos de fins, conteúdos e métodos entre os interesses educacionais do estado-nação, as ideias neoliberais e os programas de educação ambiental e educação para os direitos humanos. Em primeiro lugar está o conceito de cidadania e o papel do estado-nação numa sociedade global. Formas nacionalistas de educação, como as de Singapura e dos Estados Unidos, enfatizam a noção de lealdade para com o estado-nação e a cidadania nacional. No contexto de uma sociedade global, os estados-nação querem educar cidadãos que possam trabalhar numa economia global para o bem dos seus países, trabalhadores globais que transportem no coração as suas nações. No entanto, as ideias neoliberais estão a transformar o papel dos governos nos estados-nação ao mudar da provisão de serviços públicos, como as escolas, para a regulação de serviços privados. (SPRING, 2004, p. 72)

Neste trecho vemos a influência da economia sobre as políticas para educação, como dissemos, uma relação inevitável. O conceito de cidadão está atrelado à economia, parte do que é ser cidadão de um Estado se define pelas tensões do mercado. No caso do Brasil, temos logo no início da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(LDB), por exemplo, a menção ao trabalho como uma das atividades que balizam a atividade da educação no Brasil:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no **trabalho**, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º **A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho** e à prática social. (BRASIL, 1996, grifo nosso)

E, acrescentamos, em nossa sociedade educa-se para o trabalho porque se vive para o trabalho. Essa é a lógica capitalista e neoliberal, como ensina Spring:

O neo-liberalismo e a educação ambiental e para os direitos humanos realçam novas formas não nacionalistas de patriotismo e cidadania. As políticas educacionais do Banco Mundial reforçam a lealdade para com as economias nacionais em contraste com a lealdade para com os símbolos políticos dos estados-nação. As políticas do Banco Mundial sustentam uma identificação com uma economia global que fragiliza um sentido de lealdade em relação ao estado-nação. Defensores dos direitos humanos e da educação ambiental por vezes hostilizam abertamente o conceito de estado-nação. Estas ideologias educacionais promovem uma cidadania global baseada em padrões éticos para o mundo inteiro. Para muitos dos defensores destas ideologias educacionais, uma sociedade civil global constitui um antídoto ou uma espécie de contrapeso para as ações dos estados-nação. Entre os ambientalistas e alguns educadores para os direitos humanos, o patriotismo envolve não o amor pela nação mas pelas pessoas e espécies. A lealdade adquire o sentido de lealdade para com o bem de todos. (SPRING, 2004, p. 72)

O autor descreve outra dimensão da herança colonial. Por meio de um discurso de “somos todos humanidade”, aqueles que exercem a dominância se apropriam dos bens culturais e materiais dos que se submetem a sua hegemonia. Este é, em pleno século XXI, o discurso do colonizador, que explora a riqueza do outro em nome de promover uma suposta prosperidade mundial, que beneficiará a todos.

Mas essa concepção é só uma nova forma de ser nacionalista e promover a manutenção da própria cultura na posição de dominante, mesmo que o resultado seja a invisibilização da ciência do outro (HAMEL *et al.*, 2016) ou a invisibilização do próprio outro (SOUSA SANTOS, 2009). Esse paradigma já foi superado, do ponto de vista teórico, hoje a Política Linguística reconhece que é equivocado temer que a promoção da diversidade linguística resulte em enfraquecimento da identidade do povo de um país. Hoje sabemos que o multilinguismo é um recurso valioso tanto do ponto de vista humano quanto para a economia de um país.

Por tudo isso, a própria ideia de democracia é muito relevante para o fazer científico. A pluralização linguística da ciência dependerá de que haja condições de produção e difusão do conhecimento para todos os pesquisadores, independente de onde desenvolverão seu trabalho. Afinal, “Democracy is defined as a shared entitlement to participate in intellectual activities which advance the egalitarian view that anyone can theorize if they have the will and the conditions to invest in the work required” (SINGH, 2017, p. 7).

Se analisarmos a história da lusofonia na África, veremos que por muito tempo os PALOP não puderam dar a devida atenção para suas PPLICES por estarem lutando por sua libertação e democratização. E fazer ciência e publicar resultados é um luxo ainda negado a muitos povos, sobretudo os que estão do lado de lá da linha de Sousa Santos (2009). É uma questão humanitária que aqueles que são ouvidos e lidos promovam a visibilidade dos que ainda estão lutando.

A paz mundial dependerá de políticas que divulguem a ótica do mundo como espaço de diversidade, onde coexistem muitas civilizações únicas e sem hierarquia cultural entre elas: “Huntington afirma que os líderes mundiais deviam aceitar a ideia de um mundo multicivilizacional e multipolar. A paz mundial requererá a aprendizagem do trabalho dentro da estrutura das diferenças culturais e religiosas” (SPRING, 2004, p. 84).

Assim, as políticas linguísticas podem contribuir para a construção de um mundo mais justo e igualitário. A decolonialidade das políticas linguísticas tem a ver a libertação do nosso pensamento:

El giro decolonial es la apertura y la libertad del pensamiento y de formas de vida-otras (economías-otras, teorías políticas-otras); la limpieza de la colonialidad del ser y del saber; el desprendimiento de la retórica de la modernidad y de su imaginario imperial articulado en la retórica de la democracia. El pensamiento decolonial tiene como razón de ser y objetivo la decolonialidad del poder (es decir, de la matriz colonial de poder). (MIGNOLO, 2007, p. 29-30)

Enfim, em vez de concentrar a maioria de nossos esforços em igualarmo-nos ao opressor, poderemos ser livres para viver uma história própria, construída a partir de uma identidade local e valorizando nossas culturas e línguas em convivência com as outras. Uma existência e uma forma de conhecer “a partir de” e não “sobre” a cultura do outro. Uma forma de fazer ciência em nos empoderemos na formação de redes de pesquisa que se curvem à vigilância necessária da anglofonia, mas que mobilizem nossos recursos de modo amplo para a valorização de toda a produção de conhecimento da humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese buscamos investigar como devem ser as políticas linguísticas para ciência e educação superior, cientes de que a tarefa é desafiadora, porque o objeto do estudo tem demandas tão novas que a análise se dá quase em tempo real. Para se ter uma ideia, na época da escolha do tema da pesquisa, em 2015, a maioria dos nossos interlocutores eram estrangeiros e nenhuma instituição brasileira tinha ainda publicado sua PPLICES. Ao longo dos últimos anos, vimos a questão das políticas linguísticas específicas para este campo ganhar atenção em nosso país, ser cada vez mais temas de discussão em eventos e publicações, mas sempre incluídas na grande área das Políticas Linguísticas e atreladas à questão da internacionalização, nunca como um campo de estudos específicos.

Foi por entender da novidade do assunto que dedicamos o Capítulo 1 a fixar limites do objeto de estudo das PPLICES e reunir algumas das problemáticas que têm pedido da Política Linguística essa especialização. Compreendendo que as línguas não são produto da natureza, e sim da história, voltamos nosso olhar para as questões mercadológicas que são o balizador de quase tudo no tempo em que vivemos. Avaliamos que as PPLICES são um elemento estratégico geopolítico e problematizamos seu papel de resistência ou submissão aos poderes hegemônicos, que instauram uma competitividade no mercado linguístico como se houvesse equidade de forças entre as diferentes línguas na métrica das publicações.

Sem criticar a funcionalidade do inglês como atual língua da ciência, procuramos conhecer os caminhos que esse idioma percorreu até se consolidar na posição dominante. Analisamos que o inglês não guarda em si característica negativa, nem positiva, mas apenas é a língua da vez na sucessão de hegemonias na produção de conhecimento, fenômeno que se repete desde a Antiguidade.

De fato, numa pesquisa que tanto se beneficiou da acessibilidade de conhecimentos em inglês, seria incoerente que alguém interpretasse nossa crítica ao monolinguismo como uma crítica ao inglês. Da mesma forma, consideramos que este trabalho tem um quê de performático porque pratica o que diz: realizamos uma pesquisa multilíngue sobre o multilinguismo, citando todos os autores em seu idioma original de publicação graças ao recurso da tecnologia que nos ajudou com acesso e, quando necessário, com traduções. E o fizemos em rede, sendo uma

tese de doutorado que se insere na Cátedra Unesco Políticas Linguísticas para o Multilinguismo.

Questionamos o papel das instituições de educação superior no contexto internacional, na formação humana e na proteção das línguas. Vimos que o processo de internacionalização das universidades tem provocado movimentos importantes no campo das PPLICES, ampliando a responsabilidade de estudos como o nosso em oferecer respostas às muitas questões que emergem da prática.

Sem nos esquivar da responsabilidade com a nossa língua materna, o português, abrimos espaço em nosso estudo para conhecer as iniciativas do campo de PPLICES e analisar como têm contribuído para seu fortalecimento. Mas nosso estudo registra também quanto as PPLICES brasileiras são problemáticas na proteção do português mas de modo incomparável à invisibilização de outras línguas nacionais, como as indígenas e a de sinais.

A análise de PPLICES brasileiras do Capítulo 4 tem caráter ilustrativo. Este conjunto de documentos que analisamos não é terminativo, evidentemente. Muitas pesquisas ainda serão necessárias para compreender como o Brasil está lidando com as pressões do mercado linguístico da ciência, para analisar as PPLICES que estão em elaboração e, sobretudo, dentro de alguns anos, que resultados essas políticas terão apresentado.

Por fim, no último capítulo elencamos quatro pontos aos quais chamamos Princípios para PPLICES: a) uma metodologia de pesquisa pós-monolíngue, b) o aproveitamento das tecnologias de modo amplo, c) a promoção de redes de pesquisa, d) a decolonialidade.

Essa tese iniciou falando em invisibilização e se encerrou falando em decolonialidade. Não por casualidade. Em nosso entendimento, a decolonialidade é o ponto de chegada do processo de problematizar a invisibilização das línguas. É difícil imaginar que o contexto seria esse se não fosse a violência das colonizações. O monolinguismo é um meio de controle, um panóptico linguístico em que todos os saberes são vigiados pela língua do centro, que sem pudor invade e pilha os conhecimentos das culturas marginalizadas que acessa livremente por meio das traduções e da adesão espontânea dos falantes ao uso da língua do centro.

Apresentamos a decolonialidade como um princípio mas também como uma meta, um ponto de chegada que deveria ser estabelecido por cada política linguística neste tempo em que vivemos. Uma questão humana, de revisão de injustiças históricas, de resgate das línguas que foram silenciadas e de mudança paradigmática na educação e na ciência.

Em relação aos objetivos a que nos propusemos, avaliamos que a pesquisa os contemplou e até foi um pouco além, porque a questão da economia das línguas inicialmente não seria contemplada em um capítulo inteiro, o que acabou sendo demandado quando nosso olhar sobre o objeto foi se aprofundando.

Mesmo assim, temos consciência das muitas questões que tangenciam o tema de PPLICES para multilinguismo e que a finalização do trabalho tem a ver com a conclusão da trajetória deste doutorado, antes de ser um fechamento do estudo. Pelo contrário, chegamos ao fim da tese registrando a riqueza desse objeto de estudo e as múltiplas possibilidades de pesquisa que ele ainda oferece e pede.

Como toda produção de texto, essa tese deixa muito mais assuntos fora dela do que contemplados. E que bom que é assim, pois essa limitação nos indica a riqueza do campo das PPLICES. Restam muitas tarefas epistemológicas a nós mesmos, na continuidade dos estudos, e a nossos pares, que nos revisarão e irão além.

Para os futuros estudos, gostaria de me aprofundar sobre a tangência entre as PPLICES e a promoção da autoria, juntando os objetos da pesquisa do mestrado em Educação (JESUS; MACHADO, 2014) e deste doutorado em Linguística. Os estudos sobre autoria analisam a expressão dos sujeitos no mundo, enquanto os estudos sobre as políticas linguísticas tratam das condições de expressão desses indivíduos no espaço em que vivem. Será possível pensar PPLICES como um meio amplo de promoção da autoria? Será a autoria um dos efeitos das políticas que valorizem a diversidade de culturas? São questões que emergiram deste encontro de dois objetos de estudo na mesma biografia.

E por falar em biografia, ao longo do texto, tomei o cuidado de me referir de modo amplo às instituições de pesquisa e educação superior sem restringir o campo das PPLICES às universidades. Isso se explica por meu lugar de fala, de docente em um Instituto Federal. Essa tese se produziu no contexto de um doutorado interinstitucional incentivado pelo Instituto Federal de Santa Catarina, onde trabalho e espero contribuir com os resultados dessa pesquisa.

Os institutos federais brasileiros são instituições de educação profissional, que guardam a particularidade de oferecer a formação profissional todos os níveis, além da educação superior e das atividades de pesquisa e extensão que caracterizam as universidades. Por essa razão, sua demanda por PPLICES vão no mesmo sentido das universidades, inclusive no que tange à internacionalização. E o IFSC, como relatamos e analisamos, também construiu sua política de línguas

e agora tem diante de si o desafio de implementá-la e fazer valer o discurso de multilinguismo que este documento guarda.

Com a interdisciplinaridade do objeto PPLICES, provavelmente nossos interlocutores não sejam especialmente os linguistas. Ao longo do percurso da pesquisa, dialogamos com várias áreas do conhecimento — como nosso referencial bibliográfico evidencia — e a cada avanço do estudo ficou mais forte a impressão de que o lugar das línguas é um problema político-linguístico cujas soluções são necessariamente interdisciplinares. Por isso, esperamos que os desdobramentos desse estudo possam nos colocar em diálogo com interlocutores tão diversos quanto a complexidade das PPLICES requer.

Como todos os estudos sobre política, essa pesquisa tratou de conflitos, de tensões e também de violências. Tocamos em temas como ciência e educação superior, metodologias de ensino, bibliometria e tantos outros — cada um deles um universo com suas demandas por estudo e aprofundamento. Assim chegamos ao fim esperando ter contribuído para a ciência com que nos comprometemos e entregar um bom ponto de partida a quem nos suceder.

REFERÊNCIAS

AMON, Ulrich. English as a Future Language of Teaching at German Universities? A Question of Difficult Consequences, Posed by the Decline of German as a Language of Science. *In*: AMON, Ulrich. **The dominance of English as a language of science: effects on other languages and language communities**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2001.

AUGM. **Asociación de Universidades Grupo Montevideo Asociación de Universidades Grupo Montevideo: Institucional**. Disponível em: <http://grupomontevideo.org/sitio/institucional/>. Acesso em 29 de dezembro de 2017.

BAKER, Colin. **Foundations of Bilingual Education and Bilingualism**. 5.ed. Bristol, UK: Multilingual Matters, 2001.

BARRETO, Mauricio L. O desafio de avaliar o impacto das ciências para além da bibliometria. **Rev. Saúde Pública** [online]. 2013, vol.47, n.4, pp.834-837. ISSN 0034-8910. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v47n4/0034-8910-rsp-47-04-0834.pdf> . Acesso em 07 de novembro de 2018.

BIANCO, Joseph Lo. Language Policy and Planning. *In*: HORNBERGER, Nancy H.; MCKAY, Sandra Lee. **Sociolinguistics and Language Education**. UK: British Library, 2010.

BOURDIEU, P. **Ce que parler veut dire: L'économie des échanges linguistiques**. France: Librairie Arthème Fayard, 1982.

BOURDIEU, P. **L'économie des échanges linguistiques**. *Lingue Française*, 34, maio de 1977. *In*: *Lingue française*, n°34, 1977. **Linguistique et sociolinguistique**. pp. 17-34; doi : <https://doi.org/10.3406/lfr.1977.4815>
https://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1977_num_34_1_4815.
 Fichier pdf généré le 04/05/2018.

BRASIL. **Decreto n. 9005 de 14 de março de 2017.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9005.htm. Acesso em 30 de outubro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria nº 220, de 3 de novembro de 2017. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, n. 214, quarta-feira, 8 de novembro de 2017, p. 20. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/08112017-PORTARIA-N-220-DE-3-DE-NOVEMBRO-DE-2017.pdf>. Acesso em 09 de novembro de 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei número 9.394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: Acesso em 15 de julho de 2018.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas.** São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas:** proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil.

CARVALHO, Alexey. **Produção Acadêmica Docente na Educação Superior:** exigência, necessidade e critério de qualidade. 21/02/2017. 159p. Doutorado em Educação. Universidade de Sorocaba. Biblioteca depositária: Universidade de Sorocaba.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Escrevendo gramáticas no século XXI. In: FREITAG, Raquel Meister; SILVA, Leilane Ramos da (Orgs.). **Percursos de uma política linguística no Brasil.** Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Decolonizar la universidad: La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (Orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global** Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro. *In*: LANDER, E (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.

CEFET-MG. **Resolução CD-036/15**, de 6 de agosto de 2015. Cria o cargo de Coordenador de Ações e Políticas Linguísticas. Disponível em http://www.conselhordiretor.cefetmg.br/galerias/Arquivos_ConDir/Resolucoes/Resolucoes_2015/RES_CD_036_15.htm e em http://www.conselhordiretor.cefetmg.br/galerias/Arquivos_ConDir/Resolucoes/Resolucoes_2015/RES_CD_036_15_anexo.pdf (anexo). Acesso em 01 de novembro de 2018.

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. **História das universidades**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996. Tradução: Elcio Fernandes.

CORREA, Djane Antonucci. Práticas linguísticas e ensino de língua: variáveis políticas. *In*: CORREA, D. A. (Org.). **Política Linguística e ensino de línguas**. Campinas-SP: Pontes, 2014.

CPLP. **Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP**. 1996. Disponível em: <https://www.cplp.org/Default.aspx?ID=3869>. Acesso em 29 de dezembro de 2017.

CRYSTAL, David. **English: the global language**. Cambridge University Press, 1996.

DE SWAAN, Abram. Language Systems. *In*: COUPLAND, Nikolas. **The handbook of language and globalization**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2010.

DE WIT, Hans. **Higher Education Research Goes Global.**

International Higher Education. Number 85: Spring 2016, p. 8-10.

Disponível

em:<<http://ejournals.bc.edu/ojs/index.php/ihe/article/view/9235/8291>> .

Acesso em 14 de fevereiro de 2016.

DIAS, Cleber; SILVA, Ana Márcia. Editoração científica e os descaminhos das políticas: experiências da Revista Pensar a Prática.

Rev. Bras. Ciênc. Esporte [online]. 2014, vol.36, n.4, pp.802-808.

ISSN 0101-3289. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1016/j.rbce.2014.11.014> . Acesso em 04 de

novembro de 2018.

DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. **Política Linguística Do Estado Brasileiro Na Contemporaneidade: A Institucionalização De Mecanismos De Promoção Da Língua Nacional No Exterior.**

01/05/2012. Doutorado em Lingüística. Universidade Estadual de

Campinas. Campinas. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central.

DIONISIO, Cynthia Israelly Barbalho. **O Exame CELPE-BRAS: Mecanismo de Política Linguística para o Programa Estudantes-**

Convênio de Graduação (PEC-G). 15/02/2017. 265f. Mestrado em

Linguística. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-PB.

Biblioteca depositária: Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa).

DORIGON, Thomas. **O Celpe-bras Como Instrumento De Política Linguística: Um Mediador Entre Propósitos E Materializações.**

14/03/2016. Mestrado em Letras. Universidade Federal do Rio Grande

do Sul. Porto Alegre, Biblioteca Depositária: Bscsh.

ESPERANÇA, José Paulo. **Uma Abordagem Ecléctica ao Valor da Língua: O Uso Global do Português.** Lisboa: Camões - Instituto da

Cooperação e da Língua, I.P., 2009. Disponível em [http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/lingua-1/1228-](http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/lingua-1/1228-1228/file.html)

[1228-](http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/lingua-1/1228-1228/file.html)file.html. Acesso em 24 de outubro de 2018.

ETH-ZÜRICH. **ETH-Zürich.** Disponível em:

<https://www.ethz.ch/en.html>. Acesso em 05 de novembro de 2018.

FACCIN, Pedro dos Santos. **Quando o texto vira número: linguística e produção intelectual na academia**. 24/08/2015. Mestrado em Linguística. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central UFSC.

FORATTINI, Oswaldo Paulo. A língua franca da ciência. **Revista de Saúde Pública**. v.31, n.1, fevereiro de 1997, p. 3-8.

G1. USP volta a ser a melhor do país em ranking de universidades da América Latina. Disponível em:
<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/10/30/usp-volta-a-ser-a-melhor-do-pais-em-ranking-de-universidades-da-america-latina.ghtml>. Acesso em 30 de outubro de 2018.

GARCÉS, Fernando. Las políticas del conocimiento y la colonialidad lingüística y epistémica. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

GIBBS, W. Wayt. Lost Science in the Third World. **Scientific American**. Agosto de 1995. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/259056309_Lost_Science_in_the_Third_World. Acesso em 01 de julho de 2017.

GOMES, Rodrigo Belfort; SANTOS, Elaine Maria. A leitura em língua inglesa: métodos e questões identitárias. *In*: FREITAG, Raquel Meister; SILVA, Leilane Ramos da (Orgs.). **Percursos de uma política linguística no Brasil**. Jundiá: Paco Editorial, 2015.

GRADDOL, David. **The future of english?**. The British Council: London, 1997.

HAMEL, R. E.; LOPEZ, E. A.; CARVALHAL, T. P. **Language policy and planning: challenges for Latin America universities.** Current Issues in Language Planning, DOI: 10.1080/14664208.2016.1201208. Disponível em: <http://hamel.com.mx/Archivos-Publicaciones/Hamel-Alvarez-Lopez-Carvalho-2016-Language-policy-and-planning-challenges-for-Latin-American-universities.pdf> Acesso em 14 de fevereiro de 2016.

HAMEL, Rainer Enrique. 2007. The dominance of English in the international scientific periodical literature and the future of language use in science. *AILA Review* 20, 53–71.

HAMEL, R. E. Hacia una política plurilingüe y multicultural. *In: Políticas lingüísticas para América Latina.* Narvaja de Arnoux, Elvira et al. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 289-295.

HAUGEN, E. Língua, dialeto, nação, in BAGNO, M. (org.). **Norma linguística.** São Paulo: Loyola, 2001.

HORNBERGER, Nancy. Selecting Appropriate Research Methods in LPP: methodological rich points. *In: HULT, Francis M.; JOHNSON, David Cassels. Research Methods in Language Policy and Planning: a practical guide.* Chichester: Wiley-Blackwell, 2015.

IC. **Instituto Camões: Identidade.** Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobre-nos/identidade>. Acesso em 29 de dezembro de 2017.

IILP. **Instituto Internacional da Língua Portuguesa.** Disponível em: <http://iilp.cplp.org/home.html>. Acesso em 29 de dezembro de 2017.

IFSC. **Política de Ensino, Pesquisa e Extensão para a Área de Línguas do IFSC.** Resolução CONSUP nº 41, de 01 de outubro de 2018.

IPO. **Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística.** Disponível em: <http://e-ipol.org>. Acesso em 29 de dezembro de 2017.

JABUR, Eleusa, Neves de Alencar. Ensino da Língua na Escola Pública. *In: CORREA, D. A. (Org.). Política Linguística e ensino de línguas.* Campinas-SP: Pontes, 2014.

JESUS, Manuela Oliveira de. A lusofonia e o papel de instâncias nacionais e internacionais na promoção e difusão de português como língua estrangeira. *In: FREITAG, Raquel Meister; SILVA, Leilane Ramos da (Orgs.). Percursos de uma política linguística no Brasil.* Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

JESUS, Paula Clarice Santos Grazziotin de; MACHADO, Ana Maria Netto. Para que os universitários escrevam: Princípios de Amparo, Liberdade e Reconhecimento Mútuo. *In: OLIVEIRA, A.; ARAÚJO, E. & BIANCHETTI, L. (eds.) Formação do Investigador: reflexões em torno da escrita/pesquisa/autoria e a orientação.* Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. CED - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. 2014. pp. 8-34. Disponível em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/151. Acesso em 29 de dezembro de 2017.

KRAMSCH, Claire. Por que os professores de língua estrangeira precisam ter uma perspectiva multilíngue e o que isto significa para sua prática de ensino. *In: CORREA, Djane Antonucci (org.). Política linguística e ensino de língua.* Campinas: Pontes, 2014.

LANDER, Edgard (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>. Acesso em 29 de dezembro de 2017.

LAUS, S. P.; MOROSINI, M. C. **Internationalization of Higher Education in Brasil.** *In: DE WIT, H.; JARAMILLO, J. G.; KNIGHT, J. (orgs).* Higher Education in Latin America: the international dimension. Washington, D.C.: The World Bank, 2005.

LIMA, Ricardo Arcanjo de; VELHO, Lea Maria Leme Strini and FARIA, Leandro Innocentini Lopes de. Bibliometria e "avaliação" da atividade científica: um estudo sobre o índice h. *Perspect. ciênc. inf.* [online]. 2012, vol.17, n.3, pp.03-17. ISSN 1981-5344. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362012000300002>. Acesso em 04 de novembro de 2018.

LÓPEZ, Lino T. Borroto. La universidad latinoamericana y caribeña: los retos del nuevo siglo Modernidad y postmodernidad: Ia universidad y los discursos. *In: CORONADO, Jaime Antonio Preciado. Anuario de la integración latinoamericana y caribeña.* Disponível em <http://www.ieei-unesp.com.br/portal/wp-content/uploads/2011/09/La-universidad-latinoamericana-y-caribena-Lino-Lopez.pdf>

MANSOOR, Sabiha. **Language Planning in Higher Education: a case study of Pakistan.** Karachi: Oxford University Press, 2005.

MASTERTEST. **Teste TOEFL ITP.** Disponível em: <https://www.mastertest.com.br/produto/teste-toefl-ity/> . Acesso em 15 de maio de 2017.

MARAZZI, Christian. **O lugar das meias: a virada linguística da economia e seus efeitos sobre a política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Tradução: Paulo Domenech Neto.

MENEZES, Claudio; BAPTISTA, Dulce Maria. Metodologia de acesso a dissertações de mestrado de tradução por estrangeiros, uma abordagem preliminar. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação.** v.10. n.3. p. 154-164. Jan-jul/2017.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa.** Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em 07 de abril de 2018.

MIGNOLO, Walter. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura: Un manifiesto. *In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (Orgs.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.* Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MIGNOLO, Walter. *Histórias Locais / Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MILROY, James. Ideologias linguísticas e as consequências da padronização. *In*: LAGARES, Xoán; BAGNO, Marcos. (orgs.) **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria 4.056. Ministro Fernando Haddad. Brasil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/portariacolip-4056.pdf>. Acesso em 29 de dezembro de 2017.

MLA AD HOC COMMITTEE ON FOREIGN LANGUAGES. **Foreign Languages and Higher Education: New Structures for a Changed World**. *MLA Journal Profession*, 2007 (pp. 234-245). Disponível em: <https://www.mla.org/Resources/Research/Surveys-Reports-and-Other-Documents/Teaching-Enrollments-and-Programs/Foreign-Languages-and-Higher-Education-New-Structures-for-a-Changed-World> . Acesso em 10 de maio de 2017.

MOITA LOPES, L. P.. **A formação do professor de línguas: discurso, produção de conhecimento e cidadania**. I Encontro Nacional Sobre Política de Ensino de Línguas Estrangeiras / I ENPLE, Florianópolis, SC. *In* V. J. LEFFA (Compilador). *TELA (Textos em Lingüística Aplicada) [CD-ROM]*, p. 24-29. Pelotas: Educat, 2003.

MONTEAGUDO, Henrique. Variação e norma linguística: subsídios para uma (re)visão. *In*: LAGARES, Xoán; BAGNO, Marcos. (orgs.) **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011.

MOURA, Bruno Azevedo; MOURA, Leides Barroso Azevedo. Ranqueamento de universidades: reflexões acerca da construção de reconhecimento institucional. **Acta Scientiarum**. Education, vol. 35, núm. 2, julio-diciembre, 2013, pp. 213-222, Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3033/303328749008.pdf>. Acesso em 01 de novembro de 2018.

OLIVEIRA, Gilvan Müller. O Sistema de Normas e a evolução demológica da Língua Portuguesa. *In*: ORTIZ, Maria Luisa Álvarez e Gonçalves, Luis (Orgs.) **O Mundo do Português e o Português no Mundo afora**: especificidades, implicações e ações. Campinas: Pontes, 2016, pp. 25-43.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI**. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, v. 52, n. 2, p. 409-433, Dec. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132013000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 de março de 2017.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **O lugar das línguas**: A América do Sul e os mercados linguísticos na Nova Economia. Synergies Brésil n° spécial 1 - 2010 pp. 21-30.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Plurilinguismo no Brasil**: repressão e resistência linguística. Synergies Brésil n° 7 - 2009 pp. 19-26. Disponível em: <https://gerflint.fr/Base/Bresil7/gilvan.pdf>. Acesso em 21 de outubro de 2018.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Política linguística, política historiográfica**: epistemologia da história da(s) língua(s) a propósito da língua portuguesa no Brasil Meridional (1754-1830). Campinas, SP: UNICAMP, 2004.

OLIVEIRA, Gilvan. Müller. de. Brasileiro fala português: Monolingüismo e Preconceito Lingüístico *In*: Moura e Silva (Org.). **O direito à fala**: A questão do preconceito lingüístico. Florianópolis, Editora Insular, 2000.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de; BECKHAUSER, Alex; MENDES, Júlia; JESUS, Paula Clarice Santos Grazziotin de. O português língua da ciência e da educação superior: primeiras aproximações. *In*: OLIVEIRA, Gilvan Müller de; RODRIGUES, Luana. **Atas do VIII Encontro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas**. Florianópolis: UFSC Universidade Federal de Santa Catarina e AUGM Associação de Universidades Grupo Montevideu – Núcleo Educação para a Integração, 2017, 292p.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de; JESUS, Paula Clarice Santos Grazziotin de. Ensinando línguas em uma perspectiva pluricêntrica: o Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não Materna (PPPLE). **Revista Domínios da Linguagem**. v.12. n.2. 2018.

Disponível em

<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/40367/22378>. Acesso em 15 de novembro de 2018.

OLP. **Observatório da Língua Portuguesa: Quem somos**. Disponível em: <https://observalinguaportuguesa.org/category/quem-somos/>. Acesso em 29 de dezembro de 2017.

PANLEX. **Panlex**. Disponível em: <https://panlex.org/>. Acesso em 19 de outubro de 2018.

PILATTI, Luiz Alberto; CECHIN, Marizete Righi. Perfil das universidades brasileiras de e com potencial de classe mundial. **Avaliação** (Campinas) [online]. 2018, vol.23, n.1, pp.75-103. ISSN 1414-4077. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772018000100006>. Acesso em 04 de novembro de 2018.

PONTO FINAL. **Ana Paula Laborinho**: “As línguas são formas de afirmação de poder”. Disponível em: <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2017/07/31/ana-paula-laborinho-as-linguas-sao-formas-de-afirmacao-de-poder/>. Acesso em 02 de agosto de 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Coleção Sur Sur. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, setembro/2005.

PRADO, Daniel. Language Presence in the Real World and Cyberspace. In: VANNINI, Lauerer; LE CROSNIER, Hervé (Orgs.). **Net.Lang: towards the multilingual cyberspace**. C&F editions: Caen, France, 2012, p. 35 a 52.

RAJAGOPALAN, K. A norma linguística do ponto de vista da política linguística. In: LAGARES, Xoán; BAGNO, Marcos. (orgs.) **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O professor de línguas e a suma importância do seu entrosamento na política linguística do seu país. *In*: CORREA, D. A. (Org.). **Política Linguística e ensino de línguas**. Campinas-SP: Pontes, 2014.

RAMOSE, Mogobe B. Globalização e Ubuntu. *In*: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

ROSEVICS, Larissa. Do pós-colonial à decolonialidade. *In*: CARVALHO, Glauber; ROSEVICS, Larissa (Orgs.). **Diálogos internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Perse, 2017.

RUF. **Ranking Universitário Folha**. Disponível em: <http://ruf.folha.uol.com.br/2018/> . Acesso em 05 de novembro de 2018.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

QS. **QS World University Rankings**. Disponível em: <https://www.topuniversities.com/> . Acesso em 05 de novembro de 2018.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. 28.ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR - estado do Paraná. **Programa Paraná Fala Inglês**. Disponível em: <http://www.seti.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=274>. Acesso em 15 de maio de 2017.

SEHNEM, Paulo Roberto. **Relações entre os Contributos de Programas de Mobilidade Internacional e a Competência Comunicativa Intercultural de Estudantes Universitários.** 18/12/2015. Doutorado em Educação. Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí. Biblioteca Depositária: UNIVALI.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria Erotildes Moreira e. **Interfaces entre Ações Oficiais e as Políticas Linguísticas para a Promoção Internacional do Português.** 15/06/2015. Doutorado em Linguística. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Biblioteca Depositária: Ciências Humanas.

SILVA, Regina Celia da. **Plurilinguismo em Ambientes Virtuais de Aprendizagem: Potencialidades, Entraves, Desdobramentos, Perspectivas.** 01/02/2012. Doutorado em Linguística Aplicada. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central.

SILVA, Diego Barbosa da. **De Flor do Lácio à Língua Global: uma análise discursiva das relações de poder nas políticas linguísticas para a promoção, a difusão e a projeção do português da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).** 01/01/2011. Mestrado em letras. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: Biblioteca do Instituto de Letras.

SILVA, Diego Barbosa da. **O passado no presente: história da promoção e difusão da língua portuguesa no exterior.** Cadernos do CNLF, v. XIV, n. 4, t.4. 2010. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_4/3018-3034.pdf. Acesso em 01 de junho de 2017.

SINGH, Michael. **Post-Monolingual Research Methodology: Multilingual Researchers Democratizing Theorizing and Doctoral Education.** Educ. Sci. 2017, 7, 28; doi:10.3390/educsci7010028. Disponível em: <<http://www.mdpi.com/2227-7102/7/1/29/pdf>>. Acesso em 01 de março de 2017.

SKUTNABB-KANGAS, Tove; PHILLIPSON, Robert. **The Global Politics of Language: Markets, Maintenance, Marginalization, or Murder?**. In: COUPLAND, Nikolas. **The handbook of language and globalization**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2010.

SOUZA, Marina Mello de Menezes Felix de. **Avaliação da política linguística para o ensino de línguas estrangeiras: o impacto linguístico no programa Ciências Sem Fronteiras**. 13/01/2014. Mestrado em Estudos de Linguagem. Universidade Federal Fluminense. Niterói. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Do Gragoatá.

SUNY COIL CENTER. **Guide for Collaborative On Line Learning Course Development**. v. 1.6.1. New York, NY. State University of New York. Disponível em: <http://coil.suny.edu/>. Acesso em 20 de maio de 2017.

TERRA. **Marisa erra no inglês e vende camiseta com estampa "estupradores"**. 29 de outubro de 2013. Disponível em: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/moda/marisa-erra-no-ingles-e-vende-camiseta-com-estampa-estupradores,d757073aab402410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>. Acesso em 08 de junho de 2018.

UESC. Universidade Estadual de Santa Cruz. Assessoria de Relações Internacionais. **Equipe**. Disponível em: http://www.uesc.br/arint/index.php?item=conteudo_equipe.php. Acesso em 03 de novembro de 2018.

UFBA. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n. 01/2018**. Disponível em: <https://ufba.br/sites/porta1.ufba.br/files/resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2001.2018%20-%20CONSEPE.pdf>. Acesso em 01 de novembro de 2018.

UFMG. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n. 07/2018**. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/sods/content/download/2297/15764/version/1/file/07rescepe2018+Pol%C3%ADtica+Lingu%C3%ADstica+da+UFMG.pdf>. Acesso em 01 de novembro de 2018.

UFRGS. **Evento discute políticas linguísticas para a internacionalização**. 02/06/2017. Disponível em <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/evento-discute-politicas-linguisticas-para-a-internacionalizacao>. Acesso em 03 de abril de 2018.

UFSM. Reitoria. **Resolução n. 018/2018**. Institui a Política Linguística da Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <https://www.ufsm.br/wp-content/uploads/2018/08/Resolu%C3%A7%C3%A3o-018-2018-UFSM.pdf>. Acesso em 01 de novembro de 2018.

UnB. **Plano de Internacionalização da Universidade de Brasília (UnB) 2018-2022**. Brasília. Maio de 2018. Disponível em: http://noticias.unb.br/images/Noticias/Docs/PlanoInternacionalizacaoUnB_2018-2022.pdf. Acesso em 09 de novembro de 2018.

UNESCO. **Diretrizes e procedimentos para elaboração de um projeto de cátedra e de Programa UNITWIN**. Fevereiro de 2006. Disponível em <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Brasilia/pdf/Diretrizes%20projeto%20de%20catedra.pdf>. Acesso em 30 de setembro de 2018.

UNESCO. **Programa de Cátedras UNESCO e Redes UNITWIN no Brasil**. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/networks/unesco-chairs-programme/#c154171> Acesso em 01 de setembro de 2018.

UNIFEI. Universidade Federal de Itajubá. **Políticas Linguísticas e Internacionalização da Universidade**. 28/06/2017. Disponível em: <https://unifei.edu.br/evento/politicas-linguisticas-e-internacionalizacao-da-universidade/> . Acesso em 03 de abril de 2018.

VALADARES, Flavio Biasutti. Anglicismos em moçambique: uso em editoriais – uma perspectiva lusófona na sociolinguística. **Revista de Humanidades**. v.30. n.1. 2015. Disponível em: <http://periodicos.unifor.br/rh/article/view/4746>. Acesso em 22 de janeiro de 2018.

VENUTI, Lawrence. **Escândalos da Tradução**: por uma ética da diferença. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

VILLANÚA, María D. “Lolita”. **A afirmação de si através da descoberta do outro**: a aprendizagem do português em Porto Rico como experiência descolonizadora. Disponível em: <http://ensinoportugues.org/archives/archived-articles/>. Acesso em 01 de junho de 2017.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder: Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón (Orgs.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.